



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### SEÇÃO II

ANO XXIII — N.º 110

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 9 DE JULHO DE 1968

ATA DA 2ª REUNIÃO, EM 8  
DE JULHO DE 1968

2ª Sessão Legislativa,  
da 5ª Legislatura

(Convocação Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DO SR. GUIDO  
MONDIN.

As 14 horas e 30 minutos  
acham-se presentes os Senhores  
Senadores:

Edmundo Levi  
Arthur Virgílio  
Pedro Carneiro  
Sebastião Archer  
José Leite  
Aurelio Vianna  
Guido Mondin

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Presentes ep-  
nas 7 Srs. Senadores. Não há qu-  
rum, portanto, para abrir a sessão.  
Nestas condições, encerro a presente  
reunião, designando para a sessão or-  
dinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

Sessão em 9 de julho de 1968  
(Terça-feira)

PROJETO DE LEI DA CAMARA  
N.º 74, DE 1968

Votação, em turno suplementar, do  
Substitutivo do Senado ao Projeto de  
Lei da Câmara n.º 74, de 1968 (nú-  
mero 1.222-B-68, na Casa de ori-  
gem) que acrescenta dispositivos ao  
Decreto-lei n.º 37, de 18.11. de 1936,  
estendendo benefícios aduaneiros a  
cientistas e técnicos radicados no ex-  
terior que venham a exercer sua pro-  
fissão no Brasil, tendo Pareceres: I  
— Sobre o Substitutivo da Comissão  
de Redação (Parecer n.º 520-68), ofe-  
retendo a redação do vencido; II —  
Sobre a emenda n.º 1 das Comissões  
de Constituição e Justiça, Projetos do  
Executivo e de Finanças (pareceres  
orais proferidos na sessão de 26 de  
junho de 1968), contrários.

REQUERIMENTO N.º 850, DE 1968

Votação, em turno único, do Re-  
querimento n.º 850, de 1968, de auto-  
ria do Sr. Senador Aarão Steinbruch,  
solicitando transcrição nos Anais do  
diário de "O Globo", de 27 de ju-  
nho de 1968.

REQUERIMENTO N.º 862, DE 1968

Votação, em turno único, do Re-  
querimento n.º 862, de 1968, de autoria  
do Senhor Senador Aurélio Vianna,  
solicitando prorrogação, por mais  
180 (cento e oitenta) dias, do prazo  
da Comissão Mista incumbida do es-  
tudo dos problemas agropecuários e  
seus reflexos na economia nacional.

## SENADO FEDERAL

Expediente Despachado

MENSAGENS DO PRESIDENTE  
DA REPÚBLICA

Mensagem n.º 234, de 1968

(N.º 415-68, NA ORIGEM)

Excelentíssimos Senhores Membros  
do Senado Federal:

Tenho a honra de submeter à ele-  
vada aprovação de Vossas Excelen-  
cias, na forma do parágrafo 1.º do  
artigo 74 da Lei n.º 5.010, de 30 de  
maio de 1966, a indicação do Bacha-  
rel Hervandil Fagundes, para exercer  
o cargo de Juiz Federal no Estado do  
Rio Grande do Sul.

Conforme se verifica do anexo  
"Curriculum Vitae", o indicado pre-  
sente todos os requisitos legais para  
a investidura.

Brasília, em 4 de julho de 1968. —  
A. Costa e Silva.

"CURRICULUM VITAE"

HERVANDIL FAGUNDES

Filiação: Ulisses Fagundes e Cora-  
dina Fagundes.

Data de Nascimento: 22 de novem-  
bro de 1929.

Lugar de Nascimento: Santa Ma-  
ria, RS.

Domicílio: Porto Alegre.

Residência: Vieira de Castro, 352,  
ap. 43, Tel. 3-1183.

Profissão: Advogado (O. A. B. —  
Seção do RS n.º 3.077).

Função Pública: (Em regime de  
acumulo): a) Consultor Jurídico na  
administração autárquica estadual; b)  
Professor, contratado, na Faculdade  
de Ciências Econômicas da Universi-  
dade Federal do Estado do Rio Gran-  
de do Sul, para a disciplina de Di-  
reito Usual.

Cursos:

1. Ciências Jurídicas e Sociais —  
1962, Faculdade de Direito da Ponti-  
fícia Universidade Católica, RS;

Bolsa de estudos, nos termos da  
"Lei Brossard" decorrente da classi-  
ficação no curso de bacharelado;

2. Curso de Administração Pública  
— 1957, Instituto de Administração  
da Faculdade de Ciências Econômicas  
da UFRS;

3. Técnico em Contabilidade — 1953,  
E. T. C. anexa à Faculdade de Ciên-  
cias Econômicas da UFRS;

4. Seminários de Administração  
Pública — Fundação Getúlio Vargas  
(EBAP), e Escola de Serviço Públi-  
co do Estado da Guanabara .....  
(ESPEG);

Concursos:

1. p/o Ministério Público Estadual,  
1983;
2. p/registro no M. E. C. como  
Professor de Direito, 1983;
3. p/Advogado do Ofício de Juiza-  
do de Menores, 1963; (2.º lugar);
4. p/Assessor Administrativo, 1955  
(1.º lugar);
5. p/Técnico em Administração,  
1982;
6. p/Oficial Administrativo, 1954.

Nomeações para funções e Cargos  
Públicos e experiência na  
Administração Pública

1. Promotor de Justiça do Estado;
2. Conselheiro do Conselho do Ser-  
viço Público — órgão criado pela  
Constituição do Estado (art. 2.º)  
para controle da legalidade dos atos  
administrativos e estudo de proble-  
mas de administração geral;

Relator de vários Pareceres, envol-  
vendo interpretação de textos cons-  
titucionais e legais, aprovados pelo  
Governador do Estado e constantes do  
"Ementário de Pareceres", editado  
pelo referido Conselho e imprimido  
pelo Departamento de Imprensa Ofi-  
cial do Estado;

3. Consultor Jurídico de Autarquia  
Estadual (em exercício);

4. Subchefe da Casa Civil do Go-  
verno do Estado, (1964-1967), no se-  
gundo Governo Ildo Meneghetti;

5. Chefe da Casa Civil do Gover-  
no do Estado, em substituição, no  
mesmo Governo;

6. Assessor Jurídico do Secretário  
da Administração Estadual, no mes-  
mo Governo; (gestão do Senhor An-  
tonio Pires);

Pareceres, minutas de projetos con-  
vertidos em lei, minutas de decretos,  
elaborações de razões de vetos, etc;

7. Professor de Direito, no Institu-  
to de Administração da Faculdade de  
Ciências Econômicas da UFRS;

8. Professor de Direito, no Estado;

9. Professor de Administração Pú-  
blica, em curso de extensão universi-  
tária, para formação de administra-  
dores, promovido pelo "Centro de  
Treinamento e Formação", da Com-  
panhia Estadual de Energia Elétrica  
do Estado do Rio Grande do Sul;

10. Professor de Direito Adminis-  
trativo, substituto, no Curso de Ad-  
ministração Pública, da Faculdade de  
Ciências Econômicas da UFRS;

11. Professor de Administração Pú-  
blica, na Prefeitura de Porto Alegre;

12. Membro do Conselho da Ordem  
do Mérito do Serviço Público, do Es-  
tado do RS, criado pelo Decreto nú-  
mero 18.519, de 23.5.67, como repre-  
sentante do Conselho do Serviço Pú-  
blico;

Autor do trabalho de elaboração das  
minutas do Decreto de regulamentação  
da "Ordem"; da Portaria de de-  
signação dos membros da Ordem e  
do Diploma, submetidas à Presidência  
do referido órgão;

13. Membro do Conselho de Admi-  
nistração de Material, do Estado; Re-  
lator de Pareceres sobre a matéria;

14. Advogado militante no foro de  
Porto Alegre, desde 1933, perante a  
Justiça Comum e a Justiça do Tra-  
balho, em ambas as instâncias, con-  
forme publicações de notas de expen-  
dientes no Diário da Justiça do Esta-  
do;

15. Advogado de Ofício, perante as  
1.ª e 2.ª Varas Criminais, tituladas  
pelo Juiz Dr. Adolpho Silva Macha-  
do, à época;

Experiências anteriores, na  
Administração Privada (1943-1950)

1. Sociedade União dos Caixeiros  
Viajantes do RS;

2. Sindicato Viajantes do RS;

3. Banco da Província do RS;

4. The Texas Company (Texaco).

A Comissão de Constituição e  
Justiça.

Publicado no DCN (Seção II) de  
9.7.68.

Restituição de autógrafos de Proj-  
to de Lei sancionado:

N.º 235-68 (n.º de origem 418-68) —  
Autógrafos do Projeto de Lei núme-  
ro 3.797-66, na Câmara e n.º 8-68, no  
Senado, que autoriza o Poder Executi-  
vo a doar a Fundação Universidade  
Norte de Minas terreno situado na  
gleba do Colégio Agrícola "Antônio  
Versiani Athayde", no município de  
Montes Claros, Estado de Minas Ge-  
rais.

RESPOSTAS AOS SEQUINTE RE-  
QUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES

N.º 438-68, de autoria do Senador  
Vasconcelos Tôrres, enviada pelo Mi-  
nistro da Educação e Cultura (Aviso  
n.º 409, de 3.7.68);

N.º 468-68, de autoria do Senador  
Vasconcelos Tôrres, enviada pelo Mi-  
nistro da Educação e Cultura (Aviso  
n.º 389-Br, de 2.7.68);

N.º 508-68, de autoria do Senador  
Adalberto Sena, enviada pelo Minis-  
tro Extraordinário para Assuntos do  
Gabinete Civil da Presidência da Re-  
pública (Aviso n.º 1.015-SAP-68, de  
4.7.68);

N.º 511-68, de autoria do Senador  
Lino de Mattos, enviada pelo Minis-  
tro da Educação e Cultura (Aviso  
n.º 390-Br, de 2.7.68).

EXEMPLAR ÚNICO

# **ATAS DAS COMISSÕES**

## **COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL**

**SEGUNDA REUNIÃO, REALIZADA  
EM 16 DE MAIO DE 1968, ÀS 15,00  
HORAS.**

As quinze horas do dia dezois de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Senhores Senadores Manoel Villaga, Presidente, Wilson Gonçalves, Alvaro Maia, Luiz de Barros, Fernando Corrêa, Dylton Costa, Paulo Tórrès e os Senhores Deputados Murilo Badaró, Flávio Marcílio, Raymundo Brito, Hamilton Prado, José Sally, Amaral de Souza e Raymundo Parente, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional incumbida do estudo e parecer sobre o Projeto de Lei n.º 15, de 1968 (CN), que institui o sistema de sublegendas e dá outras providências, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal.

É lida e sem debates aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Senhor Presidente comunica à Comissão a finalidade da presente reunião, ou seja, a leitura, discussão e votação do parecer do Deputado Raymundo Brito, bem como, dos destaques à emendas e subemendas.

Assim, o Senhor Senador Manoel Villaga concede a palavra ao Deputado Raymundo Brito, Relator da matéria, que lê seu parecer favorável ao Projeto e às emendas de números 9 — 18 — 27 — 36 — 42 — 45 — 55 — 56 — 60 — 63 — 68 — 97 — 98 — 99 — 100 — 107 e 119, no todo ou em parte e contrário a todas as demais. Finalmente apresenta 15 (quinze) subemendas.

Após a leitura do parecer do Relator, o Senhor Presidente dá conhecimento à Comissão dos artigos 7º e 10 das Normas, que tratam da apresentação de destaques e do tempo que dispõem os parlamentares para discutí-los.

Em discussão o parecer do Relator. Neste momento usam da palavra os Senhores Senadores Paulo Tórrès e Wilson Gonçalves e os Srs. Deputados Hamilton Prado, Amaral de Souza, Cid Sampaio, Ruy Santos, José Sally, Flávio Marcílio e Raymundo Brito.

Antes de passar à votação o Senhor Presidente lê para a Comissão o artigo 8º das Normas, que disciplina a votação do parecer.

Em votação, é o parecer do Senhor Deputado Raymundo Brito, aprovado, salvo os destaques.

O Senhor Presidente suspende a reunião por cinco minutos, para efeito de ordenação dos destaques apresentados.

Reaberto os trabalhos, o Senhor Presidente coloca em discussão e votação a Subemenda do Deputado Flávio Marcílio ao artigo 15 do Substitutivo do Relator.

Em discussão usam da palavra os Senhores Senadores Fernando Corrêa, Wilson Gonçalves, Paulo Tórrès e os Senhores Deputados Flávio Marcílio, Ruy Santos, José Sally, Murilo Badaró, Alves de Macedo, Hamilton Prado e Raymundo Brito.

Em votação é a subemenda aprovada pelo voto do Senador Manoel Villaga, Presidente da Comissão, com base no parágrafo único do artigo 8º das Normas. Nesta oportunidade o Senhor Presidente declara que vota pela subemenda, em concordância com a maioria da ARENA no Senado Federal.

Devido ao adiantado da hora, o Senhor Presidente, após ouvir a Comissão, suspende os trabalhos às dezoito horas para reiniciá-los às vinte e uma horas.

Reiniciados os trabalhos, são aprovadas as subemendas ns. 1 e 2, de

# **EXPEDIENTE**

## **DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL**

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO

FLORIANO GUIMARÃES

## **DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

autorias, respectivamente, dos Deputados Hamilton Prado e Ernesto Valente.

Durante a votação da subemenda do Deputado Murilo Badaró ao artigo 4 do Substitutivo, verifica-se a ausência de quorum. Dêsse modo, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, convoca os Senhores Parlamentares para outra reunião a realizar-se no próximo dia vinte e um às dez horas e determina que as notas taquigráficas desta reunião sejam publicadas em anexo à presente ata.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, *Alvaro Maia*, Secretário da Comissão, a presente ata que uma vez lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

**2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA, INCUMBIDA DO ESTUDO E PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 15, DE 1968 (CN), QUE "INSTITUI O SISTEMA DE SUBLEGENDAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", ÀS 15 HORAS, DO DIA 16 DE MAIO DE 1968.**

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga). — Havendo número legal, declaro abertos os trabalhos da presente Comissão Mista, que tem por fim estudar e dar parecer sobre o Projeto de Lei n.º 15, de 1968, que institui o sistema de sublegendas e dá outras providências.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Raymundo Brito, para proceder à leitura do seu parecer.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator). —

(Lendo)  
Pela Mensagem nº 16, de 1968, dada de 24 de abril, fundamentada em Exposição de Motivos do Exmo. Sr. Ministro da Justiça, o Poder Executivo enviou ao Congresso Nacional o Projeto de Lei que institui o sistema de sublegendas.

Para a proposição governamental, que recebeu o nº 15 de ordem, foi solicitada a tramitação prevista pelo parágrafo 3º do art. 54 da Constituição.

Instalada em 26 de abril, a Comissão Mista, sob a presidência do Senador Manoel Villaga, foram apresentadas no período próprio, 121 emendas uma das quais de autoria do Senador Antônio Carlos Konder Reis, substitutiva de todo o Projeto.

Designado para Relator da matéria passamos a apresentar o nosso parecer.

Este é o Relatório.

Parecer

Até o advento da Revolução de 31 de março de 1964, a atividade política no Brasil se exercitava através de numerosos partidos, alguns dos quais sem expressivo contingente eleitoral que legitimasse a sua vigência como órgãos de representação autêntica de idéias e princípios norteadores da opinião pública nacional.

A multiplicidade partidária através da qual se capitalizava a nossa existência política, impossibilitava, muitas vezes, pela multiplicação dispersiva de programas sem o indispensável lastro ideológico, o conhecimento e a

solução de graves problemas nacionais.

As críticas arrojadas contra essa realidade do panorama político brasileiro se orientaram, predominantemente, no sentido de atribuir às facilidades legais para a constituição de novas agremiações partidárias, os inconvenientes e os males que tal situação criou para o nosso sistema democrático.

A verdade, porém, era mais profunda e de etiologia mais complexa, que os limites naturais deste Parecer nos impedem de demonstrar com o desejável desenvolvimento.

Diremos, apenas, mal aflorou num ritmo pendular de experiências contraditórias e mal sedimentadas.

Saltamos do bi-partidarismo do Império, consuetâneo, mau grado os inconvenientes que hoje lhe possamos apontar, com o sistema unitário então vigente, para o regime dos partidos estaduais fragmentando idéias e soluções, enquistando em núcleos geográficos, sementeiras de oligarquias intoleráveis e retrógradas, os anseios e as aspirações mais legítimas da nacionalidade.

Dai, volvemos para a empolgante experiência dos partidos de âmbito nacional, bandeira que erguemos, repletos de entusiasmo e de esperança, como solução adequada ao aprimoramento de nossas instituições.

Mas, o fato é que, apesar desse grande passo que demos para a consecução de autenticidade do sistema representativo, os resquícios do divisionismo do passado, persistem, manifestando-se, agora através de dissídios e divergências no próprio seio das agremiações partidárias nacionais.

Esses antagonismos e entrecioses intra-partidários, fenômeno normal na vida das grandes comunidades políticas, procuraram desesperadamente um válvula de escape para dar expansão aos seus pontos de vista doutrinários, às suas opiniões e ideais uma forma estrutural que lhes permitisse assomar ao procênio da atividade política e participar, com amparo em lei, da direção da coisa pública.

Não raro, foi a prepotência das direções partidárias a causa desses dissídios.

Os grupos dissidentes adotaram duas soluções: alguns abandonaram as legendas de origem e foram enfileirar-se à sombra de outros partidos.

Minorias dissidentes da U.D.N., por exemplo, motivaram a formação de seções estaduais do Partido Republicano e do Partido Libertador, na Bahia.

Outros grupos minoritários, porém, constituíram-se, de logo, em Partidos autônomos uma espécie digamos, de verdadeiras sublegendas de luxo, apresentando lastimável mesmice programática.

Não foi pois a legislação eleitoral que só por si ocasionou a proliferação dos pequenos partidos.

Ela apenas, refletiu uma realidade preexistente, dar expressão legal a essas correntes partidárias empenhadas, por todo o país, em conflitos intestinos, de imprevisíveis consequências.

Vozes autorizadas, por então, se ergueram no seio do Congresso Nacional, clamando por uma providência que, mantendo a unidade dos partidos nacionais, pondo-os a resguardo dessas dissensões internas, inevitáveis na esfera estadual e municipal, viesse, entretanto, ao mesmo tempo, enajar aos rebelados e discordantes do próprio partido, a maneira legal de exprimir suas queixas e fazer prevalecer as suas opiniões, e salvo das representações de autoritarismo, eventualmente exercido pela direção partidária.

Um meio de acomodar brigas de irmãos, sem sacrifício da autoridade paterna.

É que o defeito da legislação eleitoral não estava propriamente no pouco rigor com que permitiu a formação de novos partidos, mas, isto sim, em não proporcionar as condições minoritárias uma estrutura legal de afirmação de suas convicções.

Quando da discussão do Código Eleitoral de 1950, o venerando parlamentar Raul Pila, cuja ausência de cenário político tanta falta tem feito apresentou algumas emendas de alto alcance para aperfeiçoamento do sistema representativo, entre as quais a instituição das sublegendas.

Na tribuna da Câmara dos Deputados, rebatendo crítica a uma de suas emendas, que propunha o voto exclusivamente em legendas e não também pessoa, como adotamos, crítica oposta pelo Deputado Aliomar Baleeiro, que dava ênfase ao perigo do arbítrio partidário, o representante gaúcho assim se expressou:

“É justamente para corrigir o que dele (o arbítrio) possa restar que se alvitra, além da legenda, a sublegenda, corretivo natural dos inconvenientes que a votação somente em legenda poderia acarretar. Graças à sublegenda não se estabelece a ditadura do Partido, porque a oposição, a dissidência no seio do Partido poderia sempre fazer valer seus direitos.

“Contra a sublegenda se tem arguido que ela leva à fragmentação dos Partidos. Nada mais falso. O argumento, apenas, demonstra que não se compreendeu perfeitamente o papel da sublegenda e reproduz o erro muito comum, de se tomar o efeito pela causa. Afirmo, justamente, o contrário: que a providência legal capaz de melhorar e garantir a unidade dos Partidos, principalmente dos grandes Partidos, é a sublegenda.”

“Nós adotamos o sistema dos partidos nacionais. Quisemos garantir os partidos nacionais, dando-lhes força e esquecendo que a idéia dos partidos nacionais é natural na política nacional. Não se poderiam excluir de todos os partidos regionais ou municipais porque os problemas da política no município são muito diversos dos problemas da política da União. Isso explica que os chamados grandes partidos nacionais, quando se trata de eleições municipais, tenham se desentendido-se. É que os interesses em torno dos quais se trava a eleição municipal são muito diferentes, nada têm que ver com o programa nacional do Partido. Eis a causa real.

“Contesto, porém, que a sublegenda venha alterar ou agravar o problema. Ela não cria dissídios, ao passo que a ausência da sublegenda os pode mascarar, criando um pouco intensos, basta, porém, que se tornem profundos, para que se verifique o espetáculo de todos os dias: as dissidências, que não têm no Partido nem uma garantia, nem uma maneira de se manifestar, pois estão debaixo da ditadura partidária, só encontram o recurso de se bandearem para outro partido”. (Diário do Congresso, 17-2-50).

As emendas Raul Pila foram, entretanto, rejeitadas.

O Instituto do Direito Público e Ciência Política, em 1956, realizou uma série de debates sobre problemas do nosso sistema eleitoral, sob a

presidência do ilustre Deputado Barbosa Lima Sobrinho, mesa redonda em que tomaram parte eminentes figuras do mundo político e cultural brasileiro.

Veio à colação o problema das sublegendas, predominando a tese de sua conveniência e utilidade, sendo lembrado o exemplo da legislação do Uruguai (*Ley de Lemas*, nº 9.831, de 23 de maio de 1939), onde, de longa data, vinha sendo aplicado pelos dois partidos ali existentes o processo das legendas.

Vitorioso o movimento revolucionário de 1964, os partidos políticos foram extintos (Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965), sendo incumbidos os membros efetivos do Congresso Nacional de promover a criação, dentro do prazo de 45 dias, de organizações que teriam atribuições de partidos políticos, — "enquanto estes não se constituírem" (Ato Complementar nº 4).

Por esse Ato, facultou-se, para as eleições diretas a serem realizadas em 1966, o registro de candidatos em sublegendas (art. 9º).

No mesmo sentido, os Atos Complementares números 7 (art. 4º); 25 (art. 1º); 26 (art. 1º); 29 (art. 3º, parágrafo único).

Finalmente, o Ato Complementar nº 37, de 14 de março de 1967, estabeleceu, sem limitações no tempo, como os anteriores, que "nas eleições diretas poderá ser admitido o registro de candidatos em sublegendas", tornando sua aplicação automática com um simples requerimento por 1/3 dos membros da respectiva comissão competente para pedir o registro.

Instituiu-se, assim, o sistema das sublegendas para as eleições diretas no Brasil, sendo certo que a experiência das eleições gerais de 1966, confirmaram o acerto da iniciativa revolucionária, face aos proveitosos resultados auferidos pelas duas organizações, às quais incumbe a responsabilidade de nossa existência partidária atual.

Resta saber se, introduzindo em nossa legislação eleitoral por força de Ato revolucionário, o instituto das sublegendas encontra amparo legal; vale dizer, se o presente Projeto, que estabelece as normas de sua execução futura, é legalmente válido, ante a vigência da Constituição de março de 1967.

Ora, nenhuma elva de inconstitucionalidade inquina a proposição em apreço.

A Constituição em vigor, no Título V, das Disposições Gerais e Transitorias, art. 173, determinou taxativamente, que ficavam aprovados e excluídos de apreciação judicial, os atos praticados pelo Comando Supremo da Revolução, assim como os praticados pelo Governo Federal com base nos Atos Institucionais 1, 2, 3 e 4 e nos respectivos Atos Complementares e ainda os atos de natureza legislativa, expedido com base naqueles provimentos.

Sendo de natureza nitidamente legislativa, como vimos, as disposições dos Atos Complementares instituidores das sublegendas, dúvida não pode existir de que o sistema das sublegendas se encontra incorporado à legislação eleitoral brasileira.

Cumprir registrar que o Poder Judiciário por sua mais alta Corte de Justiça Eleitoral, não só baixou Instruções para aquele pleito de 15 de novembro de 1966, incluindo um artigo (nº 53, § 1º), provendo aos casos de sublegendas, como, em vários julgamentos unânimes, repeliu todos os recursos interpostos contra contagem de votos em sublegendas, o que confirma e reforça o "placet" da Justiça específica à nova instituição eleitoral (Resol. nº 7.965, de 10 de outubro de 1966), e, *verbis gratia*, Recursos ns. 3.036, 3.038, 3.033 e 4.152).

Ante o exposto, podemos deliberar tranquilamente sobre a proposição governamental, cuja legalidade está acima de qualquer discussão.

Passemos à apreciação das emendas

Demos parecer favorável, no todo ou em parte, às emendas de ns. 9 — 18 — 27 — 36 — 42 — 45 — 55 — 56 — 60 — 63 — 68 — 97 — 98 — 99 — 100 — 107 — 119; parecer contrário às de ns. 1 — 2 — 3 — 4 — 5 — 6 — 7 — 8 — 10 — 11 — 12 — 13 — 14 — 15 — 16 — 17 — 19 — 20 — 21 — 22 — 23 — 24 — 25 — 26 — 28 — 29 — 30 — 31 — 32 — 33 — 34 — 35 — 37 — 38 — 39 — 40 — 41 — 43 — 44 — 46 — 47 — 48 — 49 — 50 — 51 — 52 — 53 — 54 — 57 — 58 — 59 — 61 — 62 — 64 — 65 — 66 — 67 — 69 — 70 — 71 — 72 — 73 — 74 — 75 — 76 — 77 — 78 — 79 — 80 — 81 — 82 — 83 — 84 — 85 — 86 — 87 — 88 — 89 — 90 — 91 — 92 — 93 — 94 — 95 — 96 — 101 — 102 — 103 — 105 — 106 — 108 — 109 — 110 — 111 — 112 — 113 — 114 — 115 — 116 — 117 — 118 — 120 — 121.

Obs.: Algumas dessas emendas foram por nós consideradas prejudicadas.

Oferecemos 15 subemendas e concluímos pelo seguinte substitutivo:

# **SUBSTITUTIVO** **PROJETO DE LEI Nº 15, DE 1968** (CN)

*Institui o sistema de sublegendas e dá outras providências.*

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os Partidos Políticos poderão instituir, na forma prevista nesta lei, até três sublegendas nas eleições para Senador, Governador e Prefeito.

Parágrafo único. Consideram-se sublegendas listas autônomas de candidatos concorrendo a mesma eleição dentro da organização partidária registrada na forma da lei.

Art. 2º A instituição de sublegenda será concedida pela respectiva convenção partidária, estadual ou municipal, dentro de 120 (cento e vinte) dias anteriores à data fixada para as eleições.

§ 1º Cada sublegenda será qualificada pela denominação do Partido, seguida dos números 1 a 3, na ordem decrescente dos votos com que foram instituídas na convenção.

§ 2º Para as eleições municipais a se realizarem em novembro de 1968, os Diretórios Municipais substituirão as convenções nas atribuições conferidas a estas na presente lei.

§ 3º Nos Municípios em que não tenha sido constituído Diretório Municipal, a atribuição da criação de sublegendas e indicação de candidatos será deferida à Comissão Executiva Regional.

Art. 3º Na votação para a instituição de sublegendas o voto será nominal.

Parágrafo único. A ninguém é lícito votar pela instituição de mais de uma sublegenda.

Art. 4º Resolvida a instituição de sublegendas a qual somente poderá ser recusada por um quorum superior a 80% dos convenções, proceder-se-á à votação, considerando-se constituídas as três (3) mais votadas e que tenham obtido, pelo menos, cada uma, vinte por cento (20%) dos votos.

§ 1º Os convenções que apoiarem cada uma das sublegendas serão considerados os seus instituidores, lavrando-se de todos os atos a respectiva ata, para os fins de direito.

§ 2º As sublegendas quando instituídas, vigorarão apenas durante o processo eleitoral a que se destinam.

§ 3º Para a apresentação das sublegendas à Convenção bastará que assinem a proposta de candidatos ou de listas apenas dez por cento dos convencionais.

Art. 5º A convenção para a escolha dos candidatos será realizada, no máximo, até sessenta (60) dias antes do término do prazo para o seu registro perante a Justiça Eleitoral.

§ 1º As convenções serão constituídas na forma prevista na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei número 4.740, de 15 de junho de 1965).

§ 2º No caso dos §§ 3º e 4º o artigo 2º, o prazo será o de até 30 dias antes do pleito.

Art. 6º Quando da eleição dos delegados à Convenção Nacional ou Regional, verificar-se existência de vinte por cento (20%), no mínimo, de opiniões divergentes no órgão incumbido da escolha, distribuir-se-á o número de delegados por critério proporcional, sempre que numericamente possível, entre as diversas correntes.

Art. 7º Nas eleições para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, cada Partido poderá registrar tantos candidatos quantos os lugares a preencher, mais 100%.

§ 1º As Comissões Executivas, Nacional, Regional e Municipal indicarão 10% dos candidatos, observado o seguinte critério:

I — Nas indicações para a Câmara dos Deputados 5% dos lugares na chapa serão preenchidos pela Comissão Executiva Regional e 5% pela Comissão Executiva Nacional.

II — Nas indicações para as Assembleias Legislativas, todos os 10% pela Comissão Executiva Regional.

III — Nas indicações para as Câmaras de Vereadores 5% pela Comissão Executiva Municipal e 5% pela Regional.

§ 2º Havendo sublegendas, cada uma concorrerá com lista autônoma com um número de candidatos proporcional aos votos recebidos na convenção e o acréscimo previsto neste artigo será distribuído entre elas, ainda proporcionalmente, cabendo a sobra, se houver, à sublegenda nº 1.

§ 3º É lícito a qualquer das sublegendas não constituir a sua lista com o total dos candidatos a que tem direito, nos termos do parágrafo anterior, podendo reduzir o número de seus candidatos, conforme for de sua conveniência.

Art. 8º Instituídas as sublegendas a escolha dos candidatos far-se-á em votações sucessivas, em convenção (artigo 5º), dela participando, apenas os instituidores de cada legenda.

Parágrafo único. A escolha dos candidatos obedecerá à ordem numérica das sublegendas (§ 1º do art. 2º), lavrando-se ata única de todo o processo convencional.

Art. 9º O registro dos candidatos do Partido, incluindo as sublegendas, se houver, será requerido pelo Presidente do Diretório Estadual ou Municipal, na forma da lei e das Instruções da Justiça Eleitoral.

§ 1º Se o Presidente do Diretório até três dias antes do término do prazo legal para registro não o requerer, qualquer instituidor de sublegenda, designado pelos seus companheiros de sublegenda juntando cópia autêntica da ata (parágrafo único do art. 8º) poderá fazê-lo à Justiça Eleitoral, como mandatário dos demais para esse fim.

§ 2º Se o Presidente do Diretório não requerer o registro de qualquer das sublegendas dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior ou se recusar a entregar a cópia autêntica da ata a que se refere o mesmo ou, por qualquer outra forma, tentar procrastinar, dificultar ou impedir o registro das sublegendas, ficará sujeito às penas de 6 meses a 2 anos de detenção e à multa de NCrs 5.000,00 (cinco mil cruzeiros novos), mediante o processo e nos termos prescritos pela legislação eleitoral.

Art. 10. No pedido de registro de candidatos serão indicados até seis

(6) Delegados Especiais, em número igual para cada sublegenda.

§ 1º Os Delegados Especiais, escolhidos em reunião dos respectivos instituidores das sublegendas, as representarão perante a Justiça Eleitoral até o trânsito em julgado da decisão que diplomou os eleitos.

§ 2º Os instituidores das sublegendas, em reunião convocada pelo primeiro signatário, poderão, a qualquer tempo, pela maioria dos seus membros, substituir os representantes de que trata este artigo.

Art. 11. As sublegendas serão asseguradas os mesmos direitos que a lei concede aos Partidos Políticos no que se refere ao processo eleitoral especialmente quanto à propagação política através do rádio e da televisão, fiscalização das mesas receptoras, juntas apuradoras e demais atos da Justiça Eleitoral.

§ 1º Os horários de propaganda política serão distribuídos, igualmente entre as sublegendas, cabendo aos Delegados Especiais de cada uma organizar a participação idêntica de todos os candidatos.

§ 2º O Fundo Partidário será distribuído dentro as sublegendas que concorrerem à eleição.

Art. 12. Além dos Delegados Especiais, cada sublegenda poderá credenciar fiscais para todos os atos do processo eleitoral, os quais, indicados por instituidores ou candidatos, serão apresentados à Justiça Eleitoral pelo primeiro instituidor de cada sublegenda ou seu substituto.

Art. 13. Os convencionais instituidores de cada sublegenda escolherão, dentre eles, três representantes, em ordem numérica que se substituirão, nos seus impedimentos, ou em caso de ausência.

Art. 14. Nas eleições em que houver sublegendas, somar-se-ão os votos dos candidatos do mesmo Partido.

§ 1º Nas eleições para o Senado, em que houver sublegendas, a soma a que se refere este artigo, far-se-á em relação a cada vaga.

§ 2º Se o partido vencedor tiver adotado sublegenda, considerar-se-á eleito o mais votado dentre os seus candidatos.

§ 3º Havendo empate na votação entre candidatos do mesmo Partido, será considerado eleito mais idoso.

§ 4º Se o empate ocorrer entre candidatos de Partidos diferentes, será considerado eleito o do Partido que elegeu maior número de representantes para o órgão legislativo correspondente e, persistindo, o mais idoso.

Art. 15. Quando as vagas a serem preenchidas no Senado forem duas ou mais de duas, serão as mesmas distinguidas por letras, para que fique caracterizada, na inscrição do candidato, a vaga por ele pleiteada.

§ 1º Na cédula única para o Senado, o eleitor poderá assinalar tantos nomes, quantos forem as vagas a preencher.

§ 2º Serão considerados nulos os votos atribuídos a dois candidatos à mesma vaga, ainda que do mesmo ou de partidos diferentes.

§ 3º Não havendo sublegendas para o preenchimento de qualquer das vagas, será eleito o mais votado dentre os inscritos e, no caso de empate, o mais idoso.

Art. 16. A filiação partidária regular-se, no que for aplicável, pelo parágrafo único do art. 88 do Código Eleitoral (Lei 4.737, de 15.7.65), observado o seguinte:

I — Nas eleições federais e estaduais, o candidato deverá ser filiado ao partido na circunscrição em que concorrer, pelo prazo de 1 (hum) ano anterior ao pleito;

II — nas eleições municipais, pelo prazo de 6 (seis) meses, também anterior ao pleito.

§ 1º Para as candidatos que já exerceram qualquer mandato eletivo



ou que já tenham filiação partidária, por razão para mudança de partido será de 2 (dois) anos.

§ 2º Nas eleições municipais a serem realizadas em novembro de 1968 o prazo estabelecido no inciso II será de 60 (sessenta) dias.

§ 3º Para os candidatos com idade de 21 anos e para aqueles cuja elegibilidade esteja condicionada em virtude do exercício de função pública, os prazos estabelecidos nos incisos I e II ficarão reduzidos à metade.

Art. 17. Os livros de filiação partidária, abertos e rubricados pelos Tribunais Superior Eleitoral, Regionais Eleitorais ou Juizes Eleitorais, não estão sujeitos a padronização e serão encerrados em cartório, até a véspera da convenção para escolha do candidato.

Parágrafo único. O eleitor, ao manifestar, no livro a sua filiação, assinará, após sua assinatura, o número do seu título eleitoral, a seção respectiva e a data em que está se inscrevendo.

Art. 18. Será nulo qualquer acordo, desde que devidamente comprovado, entre candidatos de partidos diferentes ou candidato de um partido e outro partido, para fins eleitorais.

§ 1º O Diretório Nacional, ex officio ou mediante representação do Diretório Estadual ou Municipal, promoverá o cancelamento do registro do candidato que violar o disposto neste artigo.

§ 2º O Diretório Nacional e o Regional terão os prazos, respectivamente, de 30 (trinta) e 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da representação, para decidir quanto à mesma.

Art. 19. O Tribunal Superior Eleitoral dentro de quinze (15) dias após a promulgação desta lei fixará o respectivo calendário no que se refere às eleições municipais a serem realizadas em 1968 e 1969 em cumprimento do disposto, quanto ao prazo nos artigos 2º e 5º.

Parágrafo único. As eleições para o preenchimento de vagas, acaso verificadas no Executivo Municipal, em virtude de morte, renúncia ou em consequência de sentença judicial, serão realizadas em data fixada no calendário previsto neste artigo.

Art. 20. Passa a vigorar com a seguinte redação o § 1º do art. 41 da Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965, (Lei Orgânica dos Partidos Políticos):

"Art. 41. ....

§ 1º O número de delegados a que se refere o item II, eleitos pelo Diretório Regional, será igual ao de deputados federais do partido na representação da respectiva circunscrição.

Art. 21. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá as necessárias instruções para fiel execução desta lei.

Art. 22. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sala das Comissões, em ... de ... de 1968. — Raymundo Brito, Relator.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITTO — (Relator) — Este é o Parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Após a leitura do Parecer do Relator, a Presidência colocará em discussão o Parecer e as emendas conforme disciplinam as normas.

Antes, porém, desejo ler os artigos 5º e 7 das referidas normas:

O artigo 10 diz o seguinte:

"Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de 10 (dez) minutos, antes da votação pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão, podendo encaminhar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos o autor da emenda ou um representante de

seu Partido na Comissão, o autor do destaque e o Relator".

O Art. 7º é o seguinte:

"A discussão de uma só emenda o parecer e as emendas. Poderá usar da palavra sobre a matéria em discussão, durante 5 (cinco) minutos, qualquer membro da Comissão, Líder do Partido ou de Bloco Parlamentar. Se a matéria em discussão for emenda, também poderá usar da palavra o seu autor pelo mesmo limite de tempo. O Relator terá igual direito, pelo prazo de 10 minutos".

Esclarecidos esses dois pontos importantes das normas, essa franqueada a palavra para a discussão do parecer e das emendas. (Pausa).

O SR. SENADOR PAULO TORRES — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Tem a palavra V. Exª.

O SR. SENADOR PAULO TORRES — Sr. Presidente, sou novo nas lides políticas. Eleito pelo voto direto Governador do meu Estado, achei-me na obrigação, já que fui indicado pela unanimidade de uma convenção, de disputar o voto majoritário.

Como disse o nobre Relator, no seu brilhante parecer, que vem pôr à prova, mais uma vez, as grandes e inalienáveis qualidades de sua personalidade de escol, a sublegenda é uma imposição dos grandes partidos.

S. Exª citou leis do Império, aplicáveis na Constituição e, ao citar um grande vulto da política nacional, o fez recordando a figura veneranda de Raul Pila.

Em 66 já existia sublegenda no meu Estado, entretanto a APENA e o MDB não se prevaleceram do dispositivo. Concorreram somente dois candidatos: um, pela ARENA; outro, pelo MDB. Tive a felicidade de ser eleito, muito embora fôssemos minoria na Câmara dos Deputados e na Assembleia Estadual.

Ontem, convocados pelo eminente Presidente do nosso Partido, o Senador Daniel Krieger quando S. Exª perguntou se éramos favoráveis ou não à sublegenda, meu voto foi o seguinte: de acordo com o parecer do eminente Relator — eu votamos integralmente a sublegenda para todos os escalões — senador, prefeito e governador — ou não votamos para ninguém.

Entendo não podemos mutilar o parecer do nobre Deputado Raymundo Brito. Quanto a retardar, por algum tempo, Sr. Presidente, a moral não admite.

O nobre Senador Enrico Rezende apresentou um projeto. A proposição foi retirada porque dizia que a tramitação levaria muito tempo.

O Presidente do nosso Partido disse-nos, ontem, que solicitara ao Senador Presidente da República mandasse uma mensagem baseada no § 3º do art. 54, para que o projeto tivesse a tramitação, dentro do prazo exigido.

Por isso, Sr. Presidente, congratulando-me com esta Comissão e o eminente Relator, eu voto pelo Parecer do Ilustre Deputado Raymundo Brito.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Com a palavra o nobre Deputado Cid Sampaio.

O SR. DEPUTADO ALDE SAMPAIO — Sr. Presidente, apenas com algumas observações quanto, vamos dizer, à redação do Parecer, no que tange ao artigo 7º, § 3º e 3º, exceto essas duas ressalvas que expus aqui, mais adiante, também manifesto meu apoio ao projeto, ao substitutivo do Ilustre Relator, dizendo que S. Exª efetivamente, realizou um trabalho digno do maior louvor, demonstrando S. Exª que agiu coerente com a função que cabe aos políticos, isto é, fiel

aquela conceituação de política que é justamente a de conciliar as divergências.

S. Exª conseguiu, portanto, ficar fiel à verdadeira tarefa de político, porque política nada mais é do que procurar conciliar as divergências.

Da mesma forma, também, Sr. Presidente, manifesto a minha estranheza quanto à argumentação de muitos que investem contra a sublegenda, numa demonstração, podemos dizer, de verdadeiro farfalismo político, porque a sublegenda não é uma inovação política atual no sistema eleitoral brasileiro, uma vez que funcionou, como disse muito bem o Senador Paulo Torres, nas eleições de 1966.

Entendo que a sublegenda deve, efetivamente, ser instituída para as eleições majoritárias, uma vez que para as eleições proporcionais não é necessária. Dificilmente haverá veto para essa ou aquela corrente minoritária de participar numa eleição de caráter proporcional, o mesmo não ocorrendo numa eleição majoritária.

A sublegenda, no nosso entendimento, para os cargos majoritários, é uma imposição da conjuntura que vive o País, de transição do pluripartidarismo para o bipartidarismo. Representa uma válvula, um instrumento de superação de dificuldades naturais que devem existir quando estamos numa fase delicada de transição, repito, do pluripartidarismo para o bipartidarismo.

É perfeitamente coerente a figura da sublegenda com essa conjuntura e com o próprio bipartidarismo.

Assim, Sr. Presidente, apenas solicitaria ao nobre Relator observasse a redação dada aos §§ 2º e 3º, que não está coerente com o Art. 1º que afirma "que serão instituídas sublegendas para eleição de Senador, governador e prefeito".

Pelos §§ 2º e 3º do Art. 7º se está também instituindo sublegenda para eleição proporcional. Então, a minha sugestão ao nobre Relator — estou aqui apresentando a subemenda — é modificar-se a redação do § 2º, acrescentando o seguinte:

"Havendo sublegenda para os cargos executivos cada uma concorrerá na sublegenda do Partido quando o número de candidatos, proporcional ao número do partido, etc. etc. ...

Porque, na realidade, o que temos é uma representação de sublegenda para cargo executivo — a legenda proporcional.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS

— Apenas se a maioria da Convenção, ou, vamos dizer, se a cúpula partidária não aceitar aquela *quorum* da sublegenda, é que caberá aos instituidores da sublegenda para governador: eu para prefeito requererem ao Tribunal o acréscimo daqueles nomes na lista dos Deputados. Mas a lista, realmente, tem que ser uma só, de início.

O SR. DEPUTADO AMARAL DE SOUSA — Neste ponto, V. Exª tem toda razão.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS

— Da mesma forma, o § 3º do Artigo 7º para ser coerente com o Artigo 1º da Substitutivo, deverá ser redigido, em nosso entendimento, da seguinte forma:

"E livre aos instituidores da sublegenda para os cargos (inaudível) não preencherem o total dos candidatos a que têm direito.

E apenas uma justificativa para ficar coerente com a modificação do § 2º, porque, conservando a redação atual, teríamos indiretamente instituída a sublegenda também para a eleição proporcional.

Sr. Presidente, nobre Relator, esta é a minha sugestão.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — V. Exª, manifesta oposi-

ção quanto à sublegenda para as eleições proporcionais, pois poderiam ocorrer dificuldades quanto à composição das chapas para deputados estaduais e federais. Na realidade, a sublegenda para a composição dos diretórios municipais dos candidatos a vereador dos municípios funciona como uma válvula de segurança para o partido. Se não se admitir a sublegenda, poderia haver no diretório municipal uma verdadeira compressão da maioria sobre a minoria, o que poderia ser insuportável e eminentemente prejudicial às bases partidárias. Daí a razão pela qual havia até preparado uma sublegenda que iria apresentar no sentido de congnar no artigo 1º, em seguida até 3 sublegendas, nas eleições para Senador, intercalar "proporcionais e para Senador, Governador e Prefeito".

O SR. DEPUTADO AMARAL DE SOUSA — Naturalmente V. Exª, parte de muitas premissas e a conclusão de V. Exª, tem que ser contrária à conclusão que estou expondo. Porque eu parto das premissas de que não deve haver sublegenda para eleição proporcional, embora adote uma fórmula inteligente, que o nobre Relator consignou no seu parecer, isto é, de instituição da sublegenda para os cargos executivos. E vou mais além: acho mesmo que o que desfigurou o partido é a sublegenda nas eleições proporcionais, não nas eleições para o cargo executivo, que é uma fórmula de superarmos as divergências, porque sabemos que as divergências estão geralmente nas eleições de governador e prefeito, na eleição majoritária. Nas eleições proporcionais, dificilmente um grupo ou alguém ficará sem possibilidade de concorrer. Evidente que a lei, a legislação nunca pode ser perfeita e nem deve ser casuística também. Pode ocorrer, que, por melhor legislação que elaborem os aqui...

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — A Presidência quer ser tolerante, mas seria interessante que os apartes fossem evitados, porque o tempo é muito exigido.

O SR. DEPUTADO AMARAL DE SOUSA — Acato, naturalmente, a observação do nobre Presidente, e declaro que somos favoráveis à sublegenda para as eleições majoritárias, para os cargos executivos, poderíamos admitir também para o Senado. Mas fundamentalmente, achamos importante a Sublegenda para os cargos executivos e achamos perniciosos para as eleições proporcionais porque, se adotamos a sublegenda para as eleições proporcionais, aí estaremos formando partidos dentro dos partidos. E nos cargos de Executivo, não. Um candidato será vitorioso, terá forçosamente, fundamentalmente o apoio dos demais companheiros de Partidos.

Mas, a minha observação, Sr. Presidente é esta: para ser coerente com o parecer do nobre Relator e com a tese que adotamos, entendendo que devem ser modificados os parágrafos 2º e 3º, do art. 7º, observando aqueles conceitos que há pouco nós expussemos.

Sr. Presidente, era essa a observação que desejava fazer e renovar as minhas felicitações ao nobre Relator, e inclusive a toda esta Comissão, toda ela consciente da tarefa que está exercendo. Porque, no trabalho que nós executamos aqui, estaremos consolidando o bipartidarismo no Brasil, que, no nosso entendimento, é fundamental para a estruturação do regime democrático brasileiro. Porque, o nosso entendimento, com o maior respeito às opiniões em contrário, é de que, sem o bipartidarismo, seria fazer o Brasil voltar para aquela situação anárquica, que viveu a vida pública brasileira. E observo, Sr. Presidente, que foi com muita sabedoria que a revolução de 64 deu ao bipartidarismo no Brasil, porque é uma tendência universal que estamos

observando em todos os povos, todas as Nações democráticas. E dizia muito bem o eminente tratadista Maurice Duverger em "Os Partidos Políticos", que o movimento nacional das sociedades alcançava o bipartidarismo, e esse eminente tratadista francês também afirmou que a noção de um bipartidarismo político é natural em todas as composições sociológicas.

Sr. Presidente, nós, que apoiamos a Revolução de 1964, deveríamos sim, era ser muito mais entusiastas na defesa do bipartidarismo, para respondermos às críticas contra o sistema, para respondermos às críticas contra a Sublegenda e respondermos mesmo. Sr. Presidente, permita e desculpe os termos, ao fariatismo que se usa no país nesta conjuntura, para aplaudirmos o bipartidarismo e a Sublegenda.

Esta é a minha opinião, nobre Presidente, pedindo desculpas se me alonguei em minhas palavras.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Continua a discussão.

Com a palavra o nobre Deputado José Sally.

O SR. DEPUTADO JOSE SALLY — Sr. Presidente, diz o artigo 7:

"Havendo sublegenda, cada um concorrerá com lista autônoma com o número de candidatos proporcional aos votos recebidos na convenção".

Não poderemos acomodar todos os candidatos em uma só lista, ainda que todos representem a legenda 1, 2 e 3? Não seria possível agasalhar numa só lista todas as sublegendas, os candidatos a cada sublegenda.

São três as sublegendas, num total de 42 candidatos. Todas as três sublegendas teriam seus candidatos dentro dessa lista de 42.

Se V. Exa. pudesse conciliar isso, dentro do espírito do substitutivo, não haveria nenhuma objeção.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Baseado no artigo 7º das normas que dirigem os trabalhos desta comissão, dou a palavra ao Sr. Deputado Ruy Santos, como Líder de Partido.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Sr. Presidente, Senhores Congressistas, política é uma arte.

Num projeto político como este, o Relator tem forçosamente que se transformar no maior dos artifices para acomodar as divergências, os choques e contradições. S. Exa. superou a si próprio, nesse esforço para conciliar esse choque de pontos de vista.

Estou inteiramente de acordo com o eminente Senador Paulo Torres, quando defendeu a tese de que as sublegendas deveriam ser par para todos os pleitos.

Também assim penso e sempre penso, mesmo porque, no que toca às eleições proporcionais, o eleitorado precisa estar sabendo, precisa ter conhecimento das ligações ou das vinculações dos candidatos, no pleito proporcional, a este ou aquele candidato de sublegenda.

Tenho a mesma reação do eminente Senador Paulo Torres quanto a sublegendas e a extensão que deveriam ter. Mas temos-nos de cingir forçosamente às dificuldades surgidas e às acomodações da própria arte da Política.

Sr. Presidente, pedi a palavra, num acréscimo ao brilhante parecer do Deputado Raimundo Brito, para fazer ponderações de ordem geral ou para afastar dúvidas que possam existir ainda em alguns eminentes companheiros sobre o projeto, ou sobre a ideia, a filosofia que ele encarna.

O nobre Relator já trouxe a colação — para usar expressão de bachareis, e infelizmente não o sou — S. Exa. já trouxe a colação o ponto de vista de Raul Pila acerca da sublegenda, ponto de vista esse irresponsável.

Fala-se que a sublegenda é uma imoralidade. Vez por outra ouço discurso, pelo menos na Câmara dos Deputados, acusando a sublegenda de imoral. Mas, se é uma imoralidade, essa imoralidade foi praticada por ambos os partidos no pleito passado e não autoridade, nem um nem outro para dizer que isso é imoralidade.

De modo que não há imoralidade. O que é uma realidade da vida, não digo da vida brasileira. O que é realidade da vida partidária em todo o mundo, em que a opinião pública, o partido e as correntes se dividem em dois, em governo e oposição. O próprio regimento da Casa, da Câmara manda que se formem grupos parlamentares em torno do Governo e da oposição.

Se chegarmos aos Estados Unidos observaremos que existe o partido Republicano e o Democrático. O mesmo se dá na Inglaterra, onde existe o Conservador e o Trabalhista. Em todos os demais países encontramos sempre governo e oposição, divididos em duas correntes partidárias.

Dai, Sr. Presidente, vai a resposta, é que jamais será imoralidade o bipartidarismo brasileiro. O bipartidarismo não é coisa só do Brasil, é a realidade. Só não existe bipartidarismo nos países onde impera o regime comunista. Não existe, portanto, rigorosamente, bipartidarismo.

Mas, há um outro aspecto, nesse projeto, que é o aspecto da filiação partidária. A filiação partidária está já prevista no Código Eleitoral, no artigo 88, onde diz:

"Art. 88. Não é permitido registro de candidato embora para cargos diferentes por mais de uma circunscrição ou para mais de um cargo na mesma circunscrição."

Parágrafo único. Nas eleições realizadas pelo sistema proporcional o candidato deverá ser filiado ao partido na circunscrição em que concorrer, pelo tempo que for fixado nos respectivos estatutos."

Quer dizer, a lei denegou ao estatuto partidário a designação deste caso. Ora, se a lei denegou, por que não ela própria estabelecer isso?

Esse Código Eleitoral, porém, depois de votado na Câmara e no Senado na volta à Câmara iniciadora, não teve a sua redação final votada. Então, o Sr. Presidente Castello Branco, de saudosa memória, promulgou-o como ele havia enviado ao Congresso Nacional.

Sr. Presidente, como sou curioso, metido mesmo em coisas que não são da minha seara, fui acompanhar a tramitação desse projeto, na Câmara e no Senado.

Na Câmara, foram-lhe oferecidas aos dispositivos de filiação partidária duas emendas.

Foram apresentadas duas emendas, uma do nobre Deputado Guilherme de Oliveira, colega do nobre Deputado Murilo Badaró, que a estendia também à eleição majoritária.

Essa emenda foi aceita e o projeto, até a redação final, estava lá, mas foi apresentada outra emenda, de cujo número não me lembro, mas posso comprometer-me a apresentá-la aos Srs. Congressistas em breve.

Essa emenda estabelecia a filiação partidária de um ano para as eleições federais, e essa emenda nada menos, tem como autor o Senhor Deputado Martins Rodrigues, Secretário-Geral do MDB.

Quer dizer, Sr. Presidente, a filiação partidária não pode ser repugnada assim, primeiro porque está na lei, segundo porque está na cogitação dos que, hoje, combatem essa lei.

Isso quanto a este aspecto. Mas há outro aspecto que tem sido venti-

lado por companheiros quanto à votação secreta para a constituição da sublegenda. Eu tenho dado explicação a vários quanto à sistemática da organização da sublegenda, e o Deputado Murilo Badaró enviou à mesa subemenda que deixa claro o problema. A mansira de se fazer a sublegenda é a seguinte:

Instala-se a Convenção nos termos da Lei. Um grupo de 10% ou um segundo grupo de 10 ou de 3, toma a iniciativa de preparar a constituição de sublegenda. A Convenção então delibera se vai ou não haver a sublegenda. E, para decidir que não vai haver sublegenda, é preciso mais de 80% dos convencionais se rebelarem contra a votação da sublegenda.

O problema não está nesse voto, mas no fato de que esse voto será secreto para Senador. Mas, na hora da sublegenda, — a votação da sublegenda que não é só de 10%, porque no projeto para sublegenda há necessidade de 20% — a votação se fará a descoberto. E esta votação não poderá ser secreta porque os convencionais que se dispõem, acima de 20%, a constituir sublegenda, eles passam a se ... a formar o que se poderia chamar uma subconvenção para escolher o candidato, para escolher os delegados do partido, escolhendo três dentre eles. Esses nossos companheiros que instituem a sublegenda têm que estar a descoberto em número superior a 20%.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Para este caso está prevista a votação secreta. V. Exa. aprecia o problema e oferece facetas interessantes. Pergunto: nesta segunda fase, quando aqueles que votaram secretamente, quando se reúnem para deliberar sobre os candidatos da sublegenda, não fica quebrado o sigilo do voto?

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Não, por um motivo. Vamos dizer que 70% apenas se insurgiram contra a sublegenda e então vem o voto a descoberto. O Presidente da convenção então diz: "Quem se dispõe a compor a sublegenda 1 — 2 — 3 — 4 — 5?" Porque pode haver várias. Não é escolha de candidatos. Então vem o voto a descoberto, com a 1, 2, 3 etc. É claro que aí vamos encontrar disparidade entre a votação secreta. Mas isso já está criado.

Dai em diante, tem que ser a descoberto, porque ele passa a participar de uma pequena convenção dentro da grande. E o próprio projeto estabelece que a ata da convenção é uma só, inclusive com esse trabalho das subcomissões. Tanto que o substitutivo do Relator, aceitando emenda do Senador Mem de Sá e do Deputado Arnaldo Cerdeira, em vez de ficar dentro do prazo legal, botou 3 dias e a emenda do Senador Mem de Sá — se a direção do partido não der aqueles elementos, esta sujeita até a processo.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Minha intervenção é exatamente para colaborar com Vossa Excelência, com cujo pensamento central estou de pleno acordo. A votação secreta tem a finalidade de evitar, na convenção, as conhecidas pressões, principalmente nas convenções municipais. Conhecemos o interior brasileiro, sabemos como a democracia vive por lá.

Eu indagaria de V. Exa. — se, por exemplo, um determinado número de convencionais votasse secretamente para a instituição de sublegenda e, na hora de revelar quem estaria com aquela sublegenda, não sobra aquele mínimo exigido pelo projeto, para a constituição da sublegenda, ela estaria criada definitivamente?

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Estaria criada. Aí o coator já não

pode mais saber quem daqueles que votaram.

(Trocam-se partes simultâneas).  
(Trocam-se partes inaudíveis sem microfone).

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — O Código Eleitoral funciona desde as convenções — e aí chamo a atenção do Senador Gonçalves — e as convenções já são presididas pela justiça eleitoral, nos termos da lei.

Não quero dizer que se afasta delas mas confesso a possibilidade de coação, mas esta restringe muito. Le fato o nobre Deputado Amaral de Souza tem razão nas suas ponderações quanto à redação do § 2, e § 3.

Como estão redigidos parece que na sublegenda para votação proporcional o que se dá é o seguinte: se a sublegenda, nos termos do Projeto, tem direito proporcional a participar da constituição da chapa, ela dá esta constituição. Mas o Projeto, se faz com a lista toda, globalmente, e só se a direção partidária não cumprir isso é que aí caberá ao instituidor ao representante da Sublegenda, ir à Justiça Eleitoral para corrigir isso. E aí, nós sabemos que, pela Lei Eleitoral, pode haver acréscimo ao pedido de inscrição de candidatos e o instituidor irá pleitear na Justiça a inclusão, na lista, de mais aqueles e aqueles, juntando a Ata.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Eu apresentei emenda prevendo essa hipótese, no sentido de o Presidente não apresentar o requerimento no prazo previsto no Código Eleitoral e estabeleci um sistema para que ele fosse compelido legalmente a cumprir esse dever, mas em caso de recurso, em vez de aplicar uma pena que não cobre o interesse eleitoral político de quem quer que seja, o instituidor da sublegenda requeria a inclusão de seu candidato e solicitaria ao Juiz o registro.

Que nos adianta que um Presidente de Diretório seja multado em 5 mil cruzeiros novos, se não vamos registrar? Eu pedi destaque para essa emenda. É um problema que pode ocorrer com qualquer um de nós:

"§ 3º Sob a pena de perda do cargo, o Presidente do Diretório é obrigado a fornecer aos instituidores de sublegendas — ou a seu representante cópia autêntica da ata a que se refere o parágrafo 1º deste artigo. Em caso de recusa do Presidente, apresentado o requerimento do registro, ...

"Com essa alegação, a autoridade eleitoral competente requisitará cópia da ata da convenção para instruir o projeto".

O fato de o Presidente ser preso ou pagar multa, não importa, pois não apresentou a ata, que é fator essencial.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Estou inteiramente de acordo com a ponderação de V. Exa., mas acho que a prisão e a multa já são, vamos dizer assim, fatores de coação para os próprios co-autores.

Queria dar essas explicações, de um homem metido nesses problemas eleitorais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Flávio Macedo, pediria aos Srs. Membros desta Comissão que só discutissem o assunto nos momentos apropriados, pois na ocasião do destaque essas matérias serão novamente ventiladas.

Com a palavra o Sr. Deputado Flávio Marinho.

O SR. DEPUTADO FLAVIO MARINHO — A solução apresentada pelo nobre Senador Wilson Gonçalves é perfeitamente razoável e justa, porque não importa ao candidato a multa imposta a outra pessoa, porque este já sofreu a outra pessoa, porque já sofreu na própria carne o devido destrato e vai entrar na Justiça.

O parágrafo que está sendo discutido, sua redação não realmente corresponde ao número 1 da sublegenda. Não há sublegenda para os casos proporcionais, e a redação que deve ser dada é a que assegura ao instituidor da sublegenda para o cargo majoritário, de logo, imediatamente, participação, com seus candidatos, na lista geral, ficando assegurada, de imediato, a entrada.

Então, fica satisfeito o ponto de vista do nobre Senador Wilson Gonçalves, como as alegações do eminente Deputado Amaral de Sousa: institui-se o sublegenda para o caso majoritário e aos instituidores fica assegurado, de logo, o número "x", obrigatoriamente com registro geral.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Continua em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo mais parlamentar que deseje discutir o parecer, vou colocá-lo em votação.

Os autores de destaque para emendas, na hora da votação do destaque, têm direito a falar.

Com a palavra o nobre Relator, Deputado Raimundo Brito.

O SR. PALATOR — Deputado Raimundo Brito — Sr. Presidente, quero começar, agradecendo ao Senador Paulo Torres e aos ilustres Senhores Amaral de Souza e Rui Santos, as expressões elogiosas que tiveram para com meu trabalho. E ao mesmo tempo, a intervenção valiosa do Nobre Deputado José Sally, que veio trazer sua contribuição ao nosso trabalho.

Devo dizer que este projeto, este substitutivo não representa, inteiramente, meu pensamento pessoal, sobre o assunto. Eu tenho pensamento pessoal e habitual sobre os temas políticos que este projeto ensaja, mas tive o cuidado de ouvir o máximo dos srs. parlamentares, o maior número de Deputados e Senadores para poder chegar a um termo e elaborar um trabalho que representasse uma média da opinião vigente no Congresso.

Esta foi o meu pensamento. Devo de me referir agora como fez o Deputado Ruy Santos, ao problema do voto secreto nas convenções e da filiação partidária, porque esse sistema nos vilita para debate, ainda.

Concluo, agradecendo a colaboração valiosíssima, inestimável, de quantos aqui se manifestaram sobre o assunto. Reservo-me o direito de falar sobre esses dois pontos, quando vierem a debate.

Referindo-me porém, à intervenção do Deputado Amaral de Souza cunpro o dever de agradecer a S. Exa. não somente as palavras elogiosas que teve para comigo, bem assim a valiosíssima colaboração, através de brilhante parecer que proferiu sobre uma consulta endereçada à Comissão de Constituição e Justiça, parecer que li, estudei e anotei e muito serviu à elaboração do meu substitutivo.

Ditas estas palavras, Sr. Presidente, reconheço que, de fato, os §§ 2º e 3º do art. 7º merecem uma retificação com a qual concordo, sobretudo com a intervenção do nobre Senador, que trouxe uma colaboração prestimosa e com um sentido certo ao que, em verdade, eu queria dizer e não disse.

Nestas condições, Sr. Presidente, pediria a V. Exa. apresentasse a subemenda do Deputado Amaral de Sousa, na certeza de que esta Comissão acolherá a sua sugestão porquanto não tenho a pretensão de ter feito trabalho perfeito, completo. Meu trabalho ul-tramar-se-á, completar-se-á com a colaboração dos eminentes Membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Está encerrada a discussão.

Passa-se à votação. Antes, porém vou ler o art. 8º das Normas Disciplinadoras dos Trabalhos da Comissão que dispõe:

"Art. 8º: Encerrada a discussão, proceder-se-á à votação, que não terá encaminhamento. Para efeito de vo-

tação, que se realizará em globo, as emendas serão divididas em três grupos:

- a) emendas com parecer favorável;
- b) emendas com subemendas; e
- c) emendas com parecer contrário."

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Vai proceder à votação do Relatório sem prejuízo das emendas.

Em votação.

Os Srs. Membros da Comissão que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Votaremos agora as emendas com pareceres favoráveis, salvo os destaques.

Em votação o Parecer do Relator. (Pausa.)

Está aprovado.

Votaremos as emendas com subemendas, salvo os destaques.

Em votação o parecer do Relator. (Pausa.)

Está aprovado.

Votaremos as emendas com parecer contrário, salvo os destaques.

Em votação o parecer do Relator. (Pausa.)

Está aprovado.

Passa-se agora à discussão dos destaques.

Mais uma vez me permito reler o Art. 10 das Normas Disciplinadoras dos Trabalhos da Comissão.

"Art. 1º Qualquer destaque de emenda para votação em separado será requerido no prazo comum de 10 (dez) minutos, antes da votação, pelo respectivo autor ou qualquer membro da Comissão, podendo encaminhar a votação, pelo prazo de 5 (cinco) minutos, o autor da emenda, ou um representante de seu Partido na Comissão, o autor do destaque o Relator.

Para efeito da ordenação dos destaques, porque muitos incidem sobre o mesmo ponto, vou suspender a sessão por 5 minutos, enquanto a Secretaria executa esse trabalho. (Pausa.)

(A sessão é suspensa por 5 minutos).

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Está reaberta a sessão.

Convido os Senhores Parlamentares a que tomem assento. (Pausa.)

Passaremos agora à discussão a votação dos destaques.

Relembro que, além de os Senhores Membros da Comissão Mista, nesta oportunidade poderão usar da palavra os autores de emenda e pedidos de destaque que não pertencem à Comissão.

O primeiro destaque apresentado é da autoria dos Senhores Deputados Hamilton Prado e Flávio Marçilio e reza o seguinte:

Redija-se assim o art. 15 do substitutivo:

Quando, na eleição para o Senado, existir na circunscrição, a preencher duas ou três vagas, as convenções partidárias decidirão pelo voto secreto uninominal em um único escrutínio.

§ 2º. Na hipótese de não ser atendido o mínimo previsto no parágrafo anterior, haverá um segundo escrutínio, para preenchimento da vaga ou vagas existentes.

Procedam-se às modificações necessárias à adaptação do substitutivo."

Como estamos na fase da discussão, concedo a palavra a quem dela queira fazer uso. (Pausa.)

Com a palavra o nobre Deputado Flávio Marçilio, que subscrive o destaque.

O SR. DEPUTADO FLÁVIO MARÇILIO — Sr. Presidente, Senhores Membros da Comissão, no art. 1º do Substitutivo nós aprovamos suble-

gendas para senadores, governadores e prefeito. E no art. 15 do mesmo substitutivo está indicado o processo quanto aos senadores.

A emenda posta em exame visa efetivamente a extinção da sublegenda para Senador.

As considerações são de ordem seguinte: há periodicamente eleição para Senador que se renova por 1/3 ou por 2/3.

Na renovação de 1/3, quando é um candidato só, deve ser apreciado o critério da maioria dos Partidos. E assim mesmo o que ocorre para os candidatos, em alguns casos, no Legislativo.

Quando a eleição for para os 2/3 aí tomamos em consideração a tese dos da maioria na escolha dos Senadores. A emenda visa justamente isto, assegurar o direito da maioria à indicação ao Senado, quando o candidato for um só, ressaltando os direitos da minoria, quando a indicação for de dois senadores, modificando a estrutura do art. 15, que é o processo de escolha de senadores. Isso dá direito à sublegenda, quer para um, quer para dois senadores.

O artigo 15 disciplina o processo de escolha, quando forem duas vagas. Nós queremos excluir a sublegenda, mas assegurar o voto da minoria que equivale a uma sublegenda. Assegurar, como, esse direito da minoria? Mediante, na Convenção, o processo de escolha por votação uninominal e em um único escrutínio.

Qual a razão de ser uninominal? Para evitar que o mesmo votante, escolhendo os dois candidatos porque se o mesmo votante escolher os dois candidatos, pode a maioria indicar os dois candidatos ao Senado, desprezando a minoria. Então, o processo eleitoral se faz uninominalmente, à base...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO — (Relator) — Concordo com a sua exposição, mas terá que ser modificado o Relatório.

O SR. DEPUTADO FLÁVIO MARÇILIO — Daí coloco: "Para adaptação ao sistema" senão cai na sublegenda.

Aprovada essa emenda fica o Relator autorizado a proceder às modificações necessárias à adaptação ao sistema. Os dois candidatos mais votados, num escrutínio só, mediante votação uninominal. Não há possibilidade de a minoria deixar de ter o seu candidato.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Mas isso é sempre a maioria quem fala.

O SR. DEPUTADO FLÁVIO MARÇILIO — Não é justamente o contrário.

A votação é uninominal.

O processo é uninominal e em um só escrutínio.

(Trocaram-se partes simultâneas).

O espírito da emenda é extinguir a sublegenda para o cargo majoritário, respeitar o direito das minorias? Respeitar como? Quando a vaga for uma, a maioria normalmente indica o candidato. Quando forem duas as minorias poderão indicar o candidato, uma vez que o processo de escolha é uninominal e em um escrutínio só. Por esse processo, então indiretamente fica assegurado a autoria da sublegenda.

Apenas é uma única sublegenda, porque a maioria indica o candidato, mas a minoria fica assegurado o direito de indicar o outro candidato.

O processo é uninominal e em um só escrutínio.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Manoel Villaga) — Com a palavra o nobre Senador Fernando Corrêa.

O SR. SENADOR FERNANDO CORRÊA — Sr. Presidente, peço a V. Exa. faça a votação a partir do art. 1º, em ordem, porque o art. 5º, ora em discussão, pode ser modi-

ficado, pois sua matéria se enquadra no art. 1º.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Manoel Villaga) — O nobre Senador Fernando Corrêa, em parte, tem razão. Mas, pela disciplina dos trabalhos, os destaques têm a numeração de acordo com a chegada cronológica à Mesa. Este destaque se enquadra no art. 1º, mas chegou em primeiro lugar, e, exatamente por esta razão, está sendo apreciado agora.

Continua em discussão destaque. Com a palavra o nobre Deputado José Sally.

O SR. DEPUTADO JOSÉ SALLY — Na discussão e votação do projeto, ressaltados os destaques, coloca V. Exa. o primeiro destaque em votação, já que a matéria do projeto que se está votando é matéria vencida.

O destaque para a primeira emenda, Sr. Presidente, não pode, de minha parte, ter voto favorável, considerando que o é o espírito dominante do projeto está quebrado com a subemenda do Eminente Deputado companheiro. Porque, se o critério é dividir em 35% para cada candidato, ela acaba com dois candidatos, porque a minoria pode ter 20% e não conseguir fazer sua inscrição de sublegenda para Senado. Se no projeto não estabelece que a instituição de sublegenda para governador passa a 20%, quebra o espírito do projeto, com o que não podemos concordar.

E mesmo, Sr. Presidente, os dois critérios põem a disposição em cargo proporcional. Assim, se for uma só vaga a maioria faz. Se for mais de uma vaga, vem orientação para a maioria. Ora, Sr. Presidente, por mais bem elaborada que a emenda tenha sido, não pode acolher meu apoio e, sendo assim, acompanho o eminente Senador Paulo Torres que, desde a primeira hora, se colocou, como representante de meu Estado, nas vagas do Senado. Estou, pois, com o seu pensamento, inteiramente de acordo com o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Faço apelo aos nobres Companheiros para que os oradores possam ser ouvidos pois tenho a impressão de que nem estão ouvindo o Relator, e a gravação fica prejudicada.

Amanhã, qualquer dos oradores em querência apelar para a gravação, para confirmar o seu ponto-de-vista, terá dificuldades.

O SR. DEPUTADO JOSÉ SALLY — Sr. Presidente, agradeço a intervenção de V. Exa.

Concluirei. Meus argumentos finais foram estes, de que está quebrando espírito do projeto dominante, se aprovada a emenda.

Assim, coloco-me contra, acompanhando o pensamento do nobre Senador Paulo Torres, do meu Estado, firmado, desde a primeira hora, contrário à sua aprovação, e agora, com os argumentos apresentados pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Continua a discussão do destaque.

Tem a palavra o Sr. Deputado Murilo Badaró.

O SR. DEPUTADO MURILLO BADARÓ — Sr. Presidente, tenho a impressão de que, para atender à objeção feita pelo nobre Deputado José Sally e às de outros Senhores Congressistas, surgidas no decorrer da exposição do nobre Deputado Flávio Marçilio, a solução poderia ser encontrada da seguinte forma: sendo esta uma lei em certo sentido de caráter temporário, tanto assim que ela, que é um instituto apenas para eleição, poder-se-ia estabelecer o princípio de que, quando se disputar uma vaga de Senador, aí se dará a sublegenda, nos termos do princípio da sublegenda para todos; as eleições majoritárias; e quanto à ocorrência



duas vagas de Senador, para não incidir em nenhuma infringência constitucional, atender-se-lhe, então, que é a subemenda do nobre Deputado Flávio Marçílio.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Continua a discussão.

Tem a palavra o Sr. Senador Wilson Gonçalves.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Sr. Presidente, nobres companheiros da Comissão, a subemenda ora em discussão, a meu ver, frontalmente se choca contra a única justificativa que se pode alegar, do ponto de vista jurídico e político para a sublegenda. De todas as discussões que se têm estabelecido para legitimar a sublegenda, o único argumento válido e democrático é evitar o esmagamento das minorias. E, por conseguinte, este, a meu ver, o único fundamento legítimo que se pode invocar face à sublegenda. Sabemos que os dois partidos existentes no País têm a sua heterogeneidade, nascida de sua própria formação, que todos conhecemos. E não seria razoável, nem principalmente democrático, permitir que uma maioria, muitas vezes é eventual que e nem sempre é a maioria do povo, esmague um trânsito livre para uma minoria expressiva dentro daquele Partido. No caso, cria-se, a meu ver, um absurdo que talvez não vá colocar bem o Congresso Nacional. É que, para escolha de um mesmo cargo, se estabelecem dois critérios. Quando há duas vagas para Senador, o critério estabelecem dois critérios. Quando é para se escolher um único lugar, ou se sacrifica a minoria — o que vai de encontro ao único fundamento deste projeto — ou então se cria sublegenda e então é estabelecido o absurdo de uma parte do Senado ser eleita sob um critério e a outra por outro critério. Além do mais, se prevalecesse o fundamento de que se precisa respeitar as minorias expressivas, os cargos majoritários, todos eles, deviam ter um tratamento igual na lei.

Lamento discordar que se dê a esta lei o sentido de temporário. A lei é sempre uma norma geral. Só é temporária quando tem uma vigência determinada em um de seus artigos. Talvez na consciência de cada um de nós exista a presunção de que esta lei não vai durar. Mas ontologicamente, é uma lei como qualquer outra. Se fosse uma lei de experiência devia ser feita apenas para a eleição do ano, porque estabelecia a sua aplicação. Com os efeitos dessa aplicação poderia ser elaborada uma lei melhor para vigorar daqui a dois anos. Mas esta lei tanto não é temporária que já prevê eleição daqui a dois anos, o que lhe dá caráter de lei permanente, sujeita à revogação, embora, como qualquer lei permanente.

Que aconteceria no caso de se respeitar para todos os outros cargos eletivos o princípio das minorias? Aqui para Senador seria sacrificada pelo menos uma terceira corrente do partido porque não é possível para duas vagas haver três candidatos do mesmo partido, nos termos da emenda apresentada pelos nobres deputados.

Além do mais, se para governador, se para prefeito e se para uma vaga de Senador prevalece o sistema majoritário, então é a negação, a meu ver, do próprio fundamento desse projeto.

Entendo que falta, inclusive, coerência no projeto. Para todos os demais cargos majoritários se institui sublegenda. O cargo de Senador, que é indiscutivelmente majoritário, tem um tratamento inteiramente diferente. Então se vê que a lei vai tratar de casos e não de normas gerais disciplinando eleições.

Entendo, Sr. Presidente, que só esses fundamentos que eu não quero

também me alongar, sei que o prazo é exíguo — são suficientes para mostrar que a aprovação desta emenda vai, inclusive, enfraquecer junto aos nossos adversários o próprio sistema da sublegenda. Porque, ou ela existe dentro de um critério geral para determinados cargos, ou ela, nessa casuística, naturalmente não terá a força moral para prevalecer.

Eu entendo, portanto, Sr. Presidente, dentro dessas considerações que, além de outros motivos que poderia invocar neste instante, a subemenda, data desta revolução, que a subemenda, reduz este Projeto.

Por estas razões, eu me manifestei contrário ao destaque e consequentemente, em favor do texto constante do Substitutivo do nobre Relator.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Continua em discussão. Tem a palavra o Deputado Alves Macêdo.

O SR. DEPUTADO ALVES MACÊDO — Como o ilustre Senador Wilson Gonçalves acho que o princípio fundamental da democracia é justamente a garantia dos direitos individuais, sobretudo na vida partidária.

Vejo em muitos artigos o Projeto eivado de exigências descabidas, no sentido de dar a maioria momentânea e excessivos direitos, subjugando direitos da minoria. Vejo exigências que vão tirando da minoria o direito de se manifestar. Do contrário a maioria se incrustaria no poder. O que acontece é que o Partido, ao disputar qualquer eleição, no poder pretende ser maioria. A minoria, em determinado momento conquista a maioria. Esta é que é a tônica da democracia; é esta luta que faz com que a democracia seja o regime preferido por todos. Porque, do contrário, jamais permitiria o direito de disputarem os cargos.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Tenho o mesmo pensamento do Sr. Deputado Ruy Santos. Para que se possa indicar uma minoria, é preciso seja ela expressiva.

É diferente a situação dos candidatos ao Legislativo, com relação aos candidatos do Executivo, porque na função executiva temos que levar em consideração, não apenas executivos estaduais, como também municipais, onde a paixão e o interesse são acirrados, as batalhas intensas, e, nas convenções, dificilmente haveria condições que assegurassem aqueles percentuais da ordem de 30% — vamos admitir — ou menos de 30% para que seja constituída minoria para constituição de uma sublegenda.

Mas, no que respeita ao Legislativo, especialmente sendo duas as vagas para o Senado, e hipótese defendida pela subemenda do nobre Deputado Flávio Marçílio, evidentemente a minoria teria que ser maior que aquela habitualmente admitida nas convenções para o Executivo. Deveria ser uma minoria correspondente a um terço de 30%, portanto, da ordem de 33 a 35%.

O SR. SENADOR PAULO TORRES — (Inaudível).

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Em última análise o objetivo da subemenda do Deputado Flávio Marçílio seria para efeito de assegurar, de qualquer forma, uma minoria expressiva na participação do pleito, com indicação de deputados.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Continua em discussão.

O SR. SENADOR PAULO TORRES — Sr. Presidente, S. Exa. esgotou o assunto da sublegenda.

Ele mostrou, à saciedade, a vantagem que tem a instituição da sublegenda para os cargos majoritários.

Sr. Presidente, não compreendo que, na eleição de 1964, tivéssemos a sublegenda para o Senado Federal e não tivéssemos para os Governadores de Estado, que muitos deles foram nomeados através do voto indireto, e,

hoje, vamos eliminar, acabar a sublegenda para o Senado, instituindo-a para os Governadores de Estado.

A meu ver, a situação é moral. Desejo, como revolucionário que pegou em armas em 31 de março de 1964, que o Senado da República saia, hoje, deste episódio mais engrandecido do que nunca. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Com a palavra o Senhor Deputado Raimundo Brito.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Sr. Presidente e Srs. Membros da Comissão, meu pensamento está exposto no substitutivo que tire a honra de ser.

Devo ponderar que esta hora difícil que estamos a enfrentar, na elaboração de uma lei eleitoral, decorre, a meu ver, e é pelo período por expender algumas considerações de caráter doutrinário sobre o assunto, antes de que se proceda à votação — da situação partidária: somos uma democracia partidária, fora dos quadros partidários, não é possível o exercício da vida política.

A Constituição é expressa, contém um Capítulo especial sobre os partidos políticos, e a sua preocupação de dar ênfase a esse sentido partidário. Nossa democracia foi tamanha que, no artigo 159 — se não me falha a memória — chegou ao ponto de incluir disposições de nítido caráter regulamentar. Este é o fato. São disposições regulamentares incluídas dentro de uma Constituição. Consequentemente, nossa vida política teria que se traçar com base na existência dos partidos. E, como consequência lógica desse princípio, o voto teria que ser de legenda que representaria um programa. "O eleitor votará na legenda tal porque o programa que ela expressa encarna todas as suas aspirações ou serve aos interesses nacionais, etc. etc." Entretanto, paradoxalmente, ao lado dessa preocupação partidária, ao lado desse mandamento do partido, da exigência de partidos, ao lado de todas essas disposições que impõem o encaminhamento da opinião popular através dos quadros partidários, paradoxalmente nós vivemos também num regime personalista. Mas a grande verdade é essa, e nós temos que reconhecê-la, antes de tudo.

Devo dizer, desenvolvendo um pensamento que expus no começo da minha fala nesta Comissão, que em princípio era pelas sublegendas, inclusive para as eleições proporcionais, atendendo a que nós estamos num regime de bipartidarismo — bipartidarismo não, porque não temos dois partidos, temos duas organizações de caráter partidário, esse é que é o fato. Mas, de qualquer sorte, as sublegendas serviriam como uma espécie de válvula de escape, como uma segurança das minorias, dentro deste ou daquele partido, que não se sentiriam diminuídas por isso, desde que os seus princípios gerais, as suas teses, as suas plataformas ficariam ressaltadas. Era uma briga interna, uma divergência intestina, discussões e dissídios domésticos que poderiam encontrar, através das sublegendas, essa solução. Esse é que é o fato.

Mas não atingimos, desgrazadamente, esse grau de educação política.

Daí as dificuldades. Eu era, a princípio, a favor da sublegenda. Consultei o maior número que me foi possível consultar de senadores e deputados para auscultar a opinião geral e tirar uma média aproximada. Senti que havia resistência para as sublegendas proporcionais.

Ante as críticas que se levantaram contra a súmula dos votos da sublegenda, tal como estava no § 11, do Art. 14 do Projeto, chegamos a uma fórmula hábil chamada votação vertical, na qual funcionariam várias

somas que se processariam dentro das vagas que ocorressem. Mas, desde que a resistência à a emenda do ilustre Deputado Marçílio coincidem com o meu pensamento, abstenho-me de maiores considerações sobre o assunto.

A Comissão o resolverá na sua alta sabedoria.

Quero tornar, ainda, bem claro para todos que não tenho a validade de pai para o seu filho. Sou um homem de pensamentos e de coração abertos para todas as opiniões, principalmente aquelas que são contra o meu ponto de vista; porque tenho ponto de vista doutrinário sobre os pontos polêmicos deste Projeto, mas sacrifiquei-os para servir a todos e servir ao meu Partido, servir a Democracia brasileira. Foi este meu pensamento, de maneira que não sentirei nenhum constrangimento.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Vou colocar em votação o destaque.

O Senhor Parlamentar que estiverem de acordo com o nobre Relator, deverão votar "com o Relator", aqueles que estiverem com o destaque, deverão votar "com o destaque".

O Sr. Secretário fará a chamada para efeito de votação.

(Procedeu-se à chamada)

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Seis a seis.

Tendo a Comissão empilhado em votação a este destaque, cabe à Presidência, de acordo com o parágrafo único do art. 8º, desempatar.

Nesta coordenada, a Presidência deseja prestar à Comissão alguns esclarecimentos.

Houve, como é sabido, nas duas Casas do Congresso, uma série de entendimentos, no Senado da República e na Bancada da Arena, no sentido de ajuizar qual o pensamento da maioria no Senado, a respeito do assunto.

Dois votações foram feitas, com resultados diferentes e como a questão de sublegenda é uma questão que cria implicações e, por vezes, quem não está afetado aos problemas eleitorais e à disciplina da vida partidária tem dificuldade em entender a exposição daqueles mais interessados, é que nessas conversas de bancada no Senado, a votação se dirigia, ora num sentido, ora noutro.

Verificamos, então, que após os entendimentos, alguns companheiros vinham nos perguntar: afinal votamos como?

Em face disso, houve por bem o Senhor Presidente do Partido, Senador Daniel Krieger, autorizar-me a colher as assinaturas de todos os Senadores da ARENA, presentes nesta Casa nos dias de ontem e de hoje.

Essas duas relações foram feitas assim:

Uma: Opino no sentido de que não deve haver sublegenda para eleições senatoriais.

Outra: Opino no sentido de que as vagas no Senado devam ser disputadas com sublegenda.

Para a primeira, contra a sublegenda, votaram os Srs. Senadores: Antônio Carlos — Petrólio Portella — Gilberto Marinho — Rui Palmeira — Eurico Rezende — Dinarte Mariz — Manoel Villaga — Milton Trindade — José Cândido — Ney Braga — Fernando Corrêa — Guido Mondin — Benedito Valladares — Aloysio de Carvalho, e agora dá o seu voto, porque não foi encontrado, o nobre Senador Arnon de Melo. (Pausa).

Votaram contra a sublegenda 18 Senhores Senadores.

A favor da sublegenda votaram os Srs. Senadores Wilson Gonçalves, Paulo Torres — Lobão da Silveira — Aivaldo Maia — José Leite — Victorino Freire — Dylton Costa — Achilles Cruz — Mello Braga — Carvalho Pinto, com a ressalva "adotando, entretanto, fórmula diferente", Raul

Giuberti — Menezes Pimentel e Milton Menezes. (Pausa).

Votaram a favor das sublegendas 13 Srs. Senadores.

Pego ao nobre Deputado Hamilton Prado que confira o número de votantes. (Pausa).

Votaram na ARENA, 30 Srs. Senadores, numa bancada de 46.

Acontece o seguinte; quando se vai fazer a apuração de uma eleição, o voto dos ausentes ninguém os considera.

Quem não comparece à eleição é porque não tem interesse na eleição. Se formos votar considerando os que não comparecem, sequer para manifestar, em voto em branco, o seu ponto de vista, então teríamos de concluir pela impossibilidade de fazer-se eleição neste País.

De modo que o voto da presidência não é o do Presidente mas em obediência às disposições que tenho em mãos. E, como a maioria dos Senadores opinou pela não sublegenda, o Presidente — que não tem voto — obedece ao que disciplinou a maioria ficando, por consequência, aprovado o destaque.

Está aprovado o destaque.

Dado o adiantado da hora, indago dos Srs. Componentes da Comissão se desejam continuar os trabalhos ou interrompê-los para continuarmos após o jantar. (Pausa).

Fica então decidido que daremos prosseguimento aos nossos trabalhos às 21 horas.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — (Pela Ordem) — Sr. Presidente, quantos destaques foram apresentados a sublegendas?

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Os destaques são em número de 18.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Ficam suspensos os trabalhos que serão reiniciados às 21 horas.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 18 horas).

REUNIAO DA COMISSÃO MISTA, INCUMBIDA DO ESTUDO E RECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 15, DE 1968 (CN), QUE INSTITUI O SISTEMA DE SUBLEGENDAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS, AS 21 HORAS, DO DIA 16 DE MAIO DE 1968.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Vamos reiniciar os trabalhos da Comissão, interrompidos na tarde de hoje, para continuar a discutir os destaques.

Destaque nº 2, de autoria do Deputado Hamilton Prado. Tem a seguinte redação. (Lê).

“Redija-se o final do art. 1º da seguinte forma:

“ Nas eleições proporcionais e para ..... ”

As reticências se referem ao texto do substitutivo.

“Justificação:

“Nesse artigo foi esquecida a referência às eleições proporcionais às quais as sublegendas se aplicam. — Hamilton Prado”.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO DE BRITO (Relator) — A emenda está prejudicada pela votação na tarde de hoje.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Não há sublegendas em eleições proporcionais.

O SR. SENADOR MANOEL VILLAGA (Presidente) — A Emenda e o Destaque nº 3 é do Deputado Garcia Netto refere-se ao Art. 3.

O documento nº 2 é da autoria do nobre Deputado Hamilton Prado.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Sr. Presidente a minha preocupação era preservar a instituição da Sublegenda das eleições pro-

porcionais para o efeito de instituir a sublegenda, não haver o risco de uma maioria, na convenção, impedir eventualmente a candidatura de Vereadores.

A redação proposta pelo Deputado Amaral de Souza assegura aos instituidores de sublegenda a faculdade de constituir a sua chapa para o Legislativo correspondendo proporcionalmente aos votos que tiveram na instituição da sublegenda. De modo que não há mais razões de ser para esta subemenda.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Manoel Villaga) — De acordo com o Deputado Hamilton Prado fica prejudicada a emenda de sua autoria.

Também sobre o Art. 1º do Substitutivo, há uma emenda do Deputado Garcia Netto, que acredito estar igualmente prejudicada:

“Os partidos políticos poderão instituir, na forma prevista nesta Lei, 2 Sublegendas ...

O SR. DEPUTADO GARCIA NETO — Sr. Presidente a minha emenda não está prejudicada porque nela nós estamos prevendo somente a instituição de duas Sublegendas, partindo do princípio de que a instituição da Sublegenda tem de fato suprir a possibilidade de uma ditadura na cúpula partidária, e essa é a argumentação mais forte. Por outro lado, nós achamos que a instituição de três Sublegendas é muito para resolver o problema. É uma dose talvez muito grande do remédio que vamos dar.

A nossa emenda tem essa finalidade: restringir a duas Sublegendas e não três como está no Projeto de Lei. Substitutivo tão bem elaborado pelo nobre Deputado Raymundo de Brito.

Política é como amor. Não há coisa mais parecida com a política do que o amor: um pouco, dois é bom, e três é demais.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Mas, a esta altura, a insinuação perturba nossos trabalhos. (Risos).

Entendi prejudicada porque a emenda destacada por V. Exa. fala em eleições proporcionais.

O SR. DEPUTADO GARCIA NETO — Baseamo-nos, para fazer a emenda, no projeto de lei original. Este previa a sublegenda para eleições proporcionais e majoritárias. Mas, como já caiu aqui a sublegenda para eleições proporcionais, desejaria que minha emenda fosse vista somente por este ângulo; em duas sublegendas.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Permite-me V. Exa., Sr. Presidente, um esclarecimento como Líder? (Assentimento da Presidência).

Cada um de nós coloca sempre o problema dentro do ângulo de seu Estado. Realmente, há Estados que não têm necessidade de mais de duas sublegendas, mas há outros em que as brigas gravitam, e três sublegendas até é pouco.

Assim, entendo que é melhor a tolerância do projeto dentro daqueles 20% ou que tenha mais de 20%.

Faria um apelo ao ilustre Colega, Deputado Garcia Netto.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — O sistema do projeto foi neste sentido: até 3. Nada impede que haja duas, porque, se formos dizer em duas naqueles Estados em que a situação local exige 3, criaremos outro caso daqui a pouco. Não há a menor dúvida. Faço um apelo ao ilustre Deputado Garcia Netto.

O SR. DEPUTADO GARCIA NETO — Estou entendendo que há tendência da Comissão para adotar três sublegendas. Apenas estou defendendo a emenda que fiz. Acho que, em muitos Estados, a terceira legenda vai complicar o processo eleitoral dentro do Partido.

O SR. DEPUTADO RAYMUNDO BRITO (Relator) — E em muitos Es-

tados vai melhorar. Por isso eu faria um apelo aos ilustres colegas, para que retirasse sua emenda.

O SR. DEPUTADO GARCIA NETO — Aiendo, perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Retirada a emenda.

Ao artigo 2º, há um destaque da autoria dos nobres parlamentares Deputado Murilo Badaró e outros:

“Mantenha-se o prazo estabelecido pela mensagem.”

É de 180 dias, 6 meses.

O SR. DEPUTADO RAYMUNDO BRITO (Relator) — Sr. Presidente, antecipo-me para dizer que sou a favor.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Sr. Presidente, eu pediria que, concomitantemente com esta subemenda, fosse apreciada outra, que formulei ao mesmo artigo, no sentido de que atenderia ao objetivo dos proponentes da subemenda, criando, talvez, condições melhores para o dispositivo e que seria de manter prazo de 120 dias, não a partir da data fixada para as eleições, mas da data fixada para o registro de candidatos.

Creio que não é demasiado porque são 120 dias e justifico porque, na realidade, como está, 120 dias seriam apenas 30 dias para a realização de convenções, preparo de papéis, encaminhamento de pedidos de registro de candidatos à Justiça Eleitoral, com aquela documentação abundante que todos conhecemos, para solução de todas as dúvidas que surgirem. Não raro ocorre isso com os pedidos de registro de candidatos.

De modo que, na realidade, esse prazo de 30 dias seria insuficiente.

O SR. DEPUTADO RAYMUNDO BRITO (Relator) — O nobre Deputado concordaria em que fossem 60 dias, a contar do registro? Dessa forma seriam 150 dias.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Só chamo a atenção para o fato de que, praticamente, os partidos teriam apenas 60 dias para a realização de convenções, preparo de papéis, encaminhamento de solicitação de registros e apreciação desses pedidos.

O SR. DEPUTADO RAYMUNDO BRITO (Relator) — Pediria noventa dias, se possível acumulados. Seriam cento e oitenta dias pleiteados no ato da emenda.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Sr. Presidente, a convenção é uma só para a instituição de sublegenda, escolha de candidato. De maneira que, fazendo-se sessenta dias antes do término do prazo é o suficiente para registro, para tudo.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Sessenta dias antes do prazo do registro.

O SR. DEPUTADO RAYMUNDO BRITO (Relator) — Dou parecer favorável à subemenda do nobre Deputado Hamilton Prado no sentido de que se dê nova redação para que seja contado o prazo de 60 dias antes do início do prazo para registro.

Somente sob essa condição, Senhor Presidente, é que meu parecer é favorável à subemenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Os Srs. Congressistas que estão de acordo com a subemenda, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

A Subemenda está aprovada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Acho que todas as emendas referentes ao prazo estão prejudicadas com a aprovação dessa subemenda aprovada pela Comissão.

O SR. DEPUTADO ERNESTO VALENTE — Sr. Presidente, pela ordem. Sobre o assunto pondero que há um

artigo mais adiante, no substitutivo, que cuida especificamente do prazo para a convenção de escolha dos candidatos.

O SR. DEPUTADO RAYMUNDO DE BRITO (Relator) — Qual é o artigo?

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — É o artigo 5º.

O SR. DEPUTADO ERNESTO VALENTE — Este artigo tem correção com aquele outro da convenção para escolha da sublegenda e correção com o prazo previsto na lei eleitoral para registro de candidatos que, como sabemos, é de 90 dias improrrogáveis antes da data fixada para a eleição. O artigo 5º estabelece o prazo de 60 dias antes do término. Ora, este prazo não pode ser de 60 dias, se o Código Eleitoral exige 90 dias para registro. Não podemos realizar uma convenção para escolha de candidatos 60 dias antes, quando a lei exige 90 dias.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — O artigo 5º e agora a aprovação dessa subemenda normaliza o projeto. O prazo é de 150 dias em conjunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — O relator julga prejudicada a emenda em face do destaque nº 3.

Pedi que a redação fosse mantida para 180 dias, como está a Emenda, nesse sentido.

Obedecendo à redação que apenas prevê 120 dias, passando-a para 160 dias, não é preciso mexer na redação nem criar esses 60 dias antes do prazo.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — É preciso uma pequena retificação nesse artigo 5º onde diz que a convenção será realizada, no máximo, até 60 dias. De acordo com esse dispositivo terá que ser nesses 60 dias, não mais. Até 60 dias antes.

O SR. DEPUTADO ERNESTO VALENTE — O prazo então poderia mudar para os mesmos 150 dias, para fazermos uma convenção só.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Mas a convenção é uma só. Mas chamo a atenção de V. Exas. para o artigo 5º em que diz o seguinte: (Lê)

“Art. 5º A convenção para a escolha dos candidatos será realizada, no máximo, até sessenta (60) dias antes do término do prazo para o seu registro perante a Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. As convenções serão constituídas na forma prevista na Lei Orgânica dos Partidos Políticos. (Lei nº 4.740, de 15 de julho de 1965.)

Pelo que ouvimos é término e não prazo. Mas em vez de ser no término, deveria ser no início.

O SR. DEPUTADO ERNESTO VALENTE — É no início do prazo.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Dentro de 60 dias antes do início.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Ótima intuição.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Está certa a redação:

“A Convenção para escolha dos candidatos será realizada, no máximo, até 60 dias antes do término do prazo para o seu registro.”

O término é no nonagésimo dia antes da eleição. Eu posso registrar o candidato até no dia seguinte à Convenção, o término do prazo é até o nonagésimo dia.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — 60 dias antes do término, fica dentro dos noventa dias.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Vamos ler o artigo 93, para esclarecimento. Diz este artigo:

“O prazo para a entrada em cartório do requerimento de registro de candidato a cargo eletivo terminará, improrrogavelmente, às 18 (dezoito) horas do 90º



(nonagésimo) dia anterior à data marcada para a eleição."

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — O início é até o dia seguinte da convenção. Pode ser o dia seguinte. O término é que é de 90 dias antes do pleito. A redação está certa.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Não está. Se fosse o da convenção, seriam 60 dias da data do pleito.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Não. O prazo termina às 18 horas do 90º dia.

Vamos admitir que amanhã se altere o prazo para registro. Então, ficam os 60 dias de pó para o término do prazo.

Entendo que o dispositivo como veio na mensagem, do ponto de vista eleitoral, está certo. Este artigo está rigorosamente como veio na mensagem.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Mas, nestas condições, contraria o disposto na emenda que há pouco aprovamos.

Na emenda que acabamos de aprovar há pouco, as sublegendas só poderão ser instituídas nos 60 dias anteriores ao 90º dia.

De modo que os dispositivos ficam contraditórios.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Fazendo o jogo do dois dispositivos — dentro de 120 dias, como diz o artigo 2º, anteriores à data fixada — pode ser, vamos admitir, 150, como está proposto. Pode ser 151 etc. Mas o outro fala em 60 dias: a convenção no máximo até 60 dias. De maneira que acho, agora, que para ficar acertados os dois dispositivos, era melhor aqui ficar 180, que, coincidindo com o de lá, o máximo de 60, tinha um mês de jogo, para a convenção.

Quer dizer, o máximo, é 180 e o mínimo é aquele 60. Aí entrego a mão. Eu opinaria, já agora, para ficar os 180. Acho que é melhor — 180.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Talvez o melhor seria a fórmula de 180 dias da data fixada para harmonização dos dois dispositivos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO — Sr. Presidente, neste clima de compreensão excelente em que todos procuram se harmonizar, chegamos à conclusão de que devemos dar o prazo máximo de 180 dias da data das eleições, no artigo 2º, ao invés de 120 dias. E, no artigo 5º, o máximo de 60 dias. O nobre Deputado Hamilton Prado autor da subemenda está de acordo. De modo que o problema está resolvido, no tocante ao artigo 2º, prejudicados os destaques.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Dêse modo, com o Parecer do nobre Relator, submeto à aprovação dos senhores Membros. Se estiverem de acordo com o que opinou o Sr. Relator, permaneçam como se acham. (Pausa).

Está aprovado, com prejuízo dos destaques.

Há um destaque de autoria do nobre Deputado Alves de Macedo para a emenda nº 12, que altera a redação do § 1º do artigo 2º.

O SR. DEPUTADO ALVES DE MACEDO — Sr. Presidente, gostaria de me referir à parte da emenda número 10. Aliás, subscrevi essa emenda em nome de um colega que estava ausente e pediu-me por telefone que a subscrisse.

Evidentemente o prazo de seis meses está fixado em cima. Agora, o parágrafo 1º ficou desnecessário dada a redação que deu o Relator ao parágrafo segundo. Ele traz uma ideia nova, um subsídio novo ao problema da Constituição das siglas. E' que, ao invés de dar uma numeração às sublegendas — 1, 2, 3 — ele pede que sejam elas qualificadas pelas siglas do Partido — ARENA ou MDB

— seguido do adjetivo de caráter cívico — ARENA Nacional, ARENA Municipal. Para evitar o problema dos eleitores. Não vejo um sentido mais importante — traz um subsídio novo em vez de numeração ARENA 1 — 2 — 3, será ARENA Liberdade, ARENA Independência.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Tem a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Senhor Presidente, é preciso encerrar qual é o espírito da sublegenda que aprovamos. A intenção da lei ao criar a sublegenda é permitir a manifestação da minoria mas sem perder de vista a unidade do partido. Se criarmos, como quer a Emenda n.º 10, adjetivos civícos e coisa semelhante, isto irá causar confusão, contrariedade e até provocar dissídio.

Voto contra a Emenda e faço apêlo à Comissão para que vote contrariamente à Emenda nº 10.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — A Emenda número 10 dispõe sobre prazos, sobre eleições simultâneas, e sobre denominações de sublegenda. O assunto somente foi ventilado, até agora, pelo Deputado Alves Macedo e pelo Relator, do que diz respeito à denominação de sublegenda.

O Sr. Relator opina contrariamente a essas denominações.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — O relator opina contrariamente.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — A emenda visava mais a primeira parte.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Consideramos prejudicada e seguimos adiante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Então o destaque solicitado pelo Deputado Alves Macedo a respeito da Emenda nº 12.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Está prejudicado pela própria redação. O relator não adotou a redação da mensagem e deu uma redação mais liberal, mais democrática.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO — (Relator) — Está prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Ainda sobre o parágrafo 2º do art. 2º há um pedido de destaque de autoria do Deputado Garcia Neto. Refere-se o pedido de destaque à Emenda nº 13.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Está prejudicado pela própria redação. O relator não adotou a redação da mensagem e deu uma redação mais liberal, mais democrática.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO — (Relator) — Está prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Há um pedido de destaque do Deputado Ernesto Valente à Emenda nº 7, sobre prazo que julgo prejudicado.

O outro destaque solicitado pelo Sr. Deputado Ernesto Valente é sobre a Emenda nº 16, ainda também incidindo sobre o Art. 2º no seu § 3º.

O SR. DEPUTADO ERNESTO VALENTE — Solicitei, nobre Relator, a inclusão de um § 3º ao Art. 2º com a seguinte redação.

"Será atribuída a sublegenda nº 1, ao bloco majoritário. E em caso de empate entre dois ou mais blocos de convencionais serão as sublegendas respectivamente escolhidas mediante sorteio".

Pode perfeitamente haver uma convenção em que existam dois grupos disputando sublegendas: o grupo A e o grupo B. Em caso de empate, a qual dos dois grupos iremos atribuir a sublegenda nº 1? A qual grupo, se os dois são iguais, empatam?

Para evitar o impasse na convenção apenas pedi o recomendo um sorteio: será escolhida a número 1 ou número 2 mediante sorteio, e se houver empate entre a 2 e 3 sorteio entre estas últimas.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO — (Relator) — Dou Parecer favorável.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Com Parecer favorável do nobre Relator e com aquiescência do autor do destaque, tenho a impressão de que podemos dar como aprovada.

Destaque de autoria do nobre Senador Wilson Gonçalves para a emenda nº 6 que incide também sobre o Art. 2º e em questão de prazo.

Está prejudicada.

Ao Art. 3º do Projeto há um destaque de autoria do nobre Deputado Murilo Badaró para emenda nº 5 que reza:

"Modifique-se a redação do Art. 3º: onde se lê "instituição" leia-se: "Constituição".

O SR. MURILO BADARÓ — Senhor Presidente, para que essa emenda tivesse sentido agora, era necessário que V. Exa. colocasse também em discussão uma sugestão de redação que estou propondo para o Artigo 4º.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO — (Relator) — Eu me lembro da emenda e dei Parecer favorável.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — V. Exa., se refere ao Artigo 7º? V. Exa. pede sejam discutidas simultaneamente? Eu pediria a Vossa Exa. preferência para esta redação do Deputado Badaró, que praticamente substitui o caput do Art. 4º.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — E' conveniente ler para os Srs. Membros da Comissão a redação proposta ao art. 4º pelo nobre Deputado Murilo Badaró, a qual tem implicações com a subemenda nº 5, ao art. 3º, e resolve os dois problemas dos arts. 3º e 4º. (Lê).

"O art. 4º terá a seguinte ... atendendo-se ao proposto no artigo 3º e seu parágrafo."

Aprovada a emenda, deverá ser modificada a numeração dos demais parágrafos do art. 4º.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Por isso, quando se fala no § 1º, sugerindo a constituição da sublegenda, então teríamos que conjugar com o art. 3º, cuja votação nominal é indispensável, para efeito de constituição das três sublegendas mais votadas.

O SR. DEPUTADO ALVES DE MACEDO — Isso é da Constituição, a nominal?

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Entendi que o art. 4º estava com redação confusa por causa do desejo de alguns de que a votação fosse secreta. Então, a sugestão foi essa: a primeira etapa da convenção é para instituição do sistema das sublegendas. Instituídas as sublegendas, passa-se à escolha das três mais votadas. Aí, através do sistema todo estabelecido no projeto, que é nominal.

O Sr. DEPUTADO ALVES DE MACEDO — Eu me permitiria, tenho duas emendas a esse respeito.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Gostaria de focalizar um ponto. — Como é que vai ficar essa votação? Não está escolhido ainda um candidato. Numa convenção, se resolve que há sublegenda. Como é que se classificam as três? Como a pessoa identifica que sublegenda é?

O SR. RUY SANTOS — O projeto estabelece o quorum mínimo de 10% dos convencionais para pleitear que haja sublegenda. A convenção terá que decidir, por voto secreto, se permite ou não.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Então, a convenção decide se há sublegenda. A Direção da convenção diz: os Srs. que estão com a proposta "x" se manifestem pela proposta, vamos dizer 1. Podem ser até 5, para propor o máximo de 10%.

E, então, diz: os Srs. convencionais que estão com a proposta tal, assinada pelo Sr. Fulano, se manifestem. E terá que aparecer mais de 20 a favor dela, pois do contrário ela morre.

O SR. RELATOR — Deputado Raimundo de Brito — Essa parte não pode ser senão nominal.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Identificada a proposta, o Deputado Ruy Santos diz o seguinte?

A eleição se processará num requerimento e os senhores, que estão com a proposta nº 1, se manifestem favoravelmente ao processo nº 1º.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Conforme disse o nobre Deputado Murilo Badaró, estes que assinaram a proposta de 10% passarão a ser os instituidores, porque eles passarão a funcionar daí em diante, como mini-convenção para escolher convencionais, delegados, etc.

O SR. RELATOR — (Deputado Raimundo Brito) — Eu disse que não podia ser senão nominal nessa parte, porque, inclusive, os instituidores da sublegenda têm que ser identificados porque eles podem representar a sublegenda.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — E vão reunir-se separadamente.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO — (Relator) — Não pode ser secreta nesta fase, de maneira nenhuma.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Não sei se a denominação criaria dois momentos — a instituição e a constituição. Instituir e constituir é muito parecido. Acho os termos muito sinônimos.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — A numeração vai ser em ordem decrescente.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Agora, os convencionais subscritores de requerimento solicitando sublegendas, serão considerados instituidores. Quer dizer, modifica-se o sistema de 10% para votar, porque foi considerado que, se ele não tem os 20%, pouco vai dizer. O que interessa é que o número de convencionais que requerem, sejam considerados seus instituidores, e estes ficam com a prerrogativa de votar o diretório.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — E os outros que venham a apoiá-lo.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Os outros, com votação secreta.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — A votação não poderá, nunca, ser secreta. Dou um exemplo a V. Excelência: há três requerimentos para votação de sublegendas, com 10%. Se o convencional for um indivíduo sem boa formação moral, ele irá votar secretamente por todos.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Não pode, porque cada um tem direito a um único voto.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Os instituidores são os 10% que assinaram para subscrever a sublegenda.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Quem subscrever, é instituidor.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Mas os 10% podem representar uma grande minoria dentro da sublegenda e com isso como ficam como instituidores — isto nos termos do projeto — que passam a escolher os candidatos?

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Exato. Com 10%.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Só com isso não pode.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Esses 10% são os instituidores, são os responsáveis.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Não são os instituidores. Tanto que, se não houver os 20% a favor, não há instituição. São os querentes da sublegenda.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Os requerentes passam a ser os instituidores. Ai se permite a votação secreta.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — A apresentação do pedido da sublegenda é um ato formal, é um ato simples. (Muito bem) 10% se reúnem e pedem a sublegenda. Os instituidores são aqueles que obtiverem 20% em votação nominal. São coisas diferentes apresentação e instituição. A apresentação é um gesto formal — "eu desejo isto", 10% dizem isto.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — São os instituidores ou simplesmente os que requereram. É uma questão de denominação. Vamos raciocinar primeiro. Seria mais conveniente a votação secreta. Todos acham mais conveniente a votação secreta.

Todos nós achamos conveniente a votação secreta para instituir a sublegenda, para propor a instituição de determinado grupo, mínimo de 10% que poderia ser até de 15, ser 20, ser 50 no mínimo. Então, o mínimo de 10% proporia a instituição da sublegenda, instituição que só se efetivaria quando, na votação secreta, ela obtivesse uma votação sobre os 20%. E sendo instituída, as três mais votadas.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO — V. Exa. dá licença? Não pode. Porque esses instituidores, — mais de 20% da convenção, vão ter que ser rigorosamente, inapelavelmente identificados nominalmente porque eles vão funcionar como disse o Deputado Ruy Santos e o Deputado Badaró, e o Deputado Macedo — permitam-me a expressão, que não correta — como uma espécie de mini-convenção. Vão funcionar como procuradores, como representantes, usando prerrogativas do Partido. Como é que vamos votar secretamente? Não pode!

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Existindo número que permita obter mais de 20% e figure entre os três mais votados na Convenção esse serão os procuradores.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Vou responder a V. Exa.: Como V. Exa. vai saber quais são os outros 10%, se a votação foi secreta?

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Admitindo que é dogma, e que a Lei determina que somente 20% representam a procuração. Se na realidade, o conhecimento dos votantes é indispensável, porque eles passarão, realmente, a constituir o Colégio de escolha do candidato, se o voto tiver sido secreto qualquer cidadão que tiver votado num outro partido pode dizer e se estabelecerá, desde o início uma disparidade entre o número de votos da chapa de eleição e o número de votos dos que compareceram para votar, tornando inautêntico o resultado.

Vamos dizer declaradamente como o processo se realiza: suponhamos que dentro de uma Convenção em que 50 pessoas representem 20% nem todas as 50 terão assinado. Não vão restringir o número dos que querem assinar. 50 pessoas correspondem ao número legal para sua constituição mas essas 50 não queiram assinar e somente 20 assinem, mas na hora da votação apareçam as 50 homologando a criação.

Não resta dúvida de que esses que não quiseram assinar e que homologaram constituíram seus procuradores os que assinaram. Então os que vão decidir são os que assinaram. Os outros não assinaram porque não quiseram, pois, inclusive até a hora da votação se a pessoa quiser assinar, assina.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Vamos aos números. Admitamos que 21, 22 e 23% da convenção, isto é, 66%, e número suficiente para fazer sublegenda. Estes no raciocínio

de V. Exa., passam a ser instituidores.

Pergunto: os 34% de convencionais restantes, na escolha de chapas, vão votar em que sublegenda?

Descobrem o voto...

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Como descobrem o voto? Na convenção a votação é secreta.

(Trocam-se apertes simultâneos).

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Muitos não vão querer votar a descoberto. Instituídas as sublegendas, cada um escolherá a sua.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Porque, necessariamente há de constituir quorum. Ele tem a faculdade de subscrever; não subscreve. Quando ele deixa de subscrever, abdica do direito de votar para escolha do candidato daquela sublegenda na sua miniconvenção. Mas não apóia aquela convenção. Isso evita, principalmente no interior, as pressões.

Suponhamos: que três grupos políticos têm um objetivo: constituir sublegendas. Agora, um deles não sabe se obterá maioria. Então ele se declara; ele se declarando, não obtém; não obtendo, ele vai ficar numa situação difícil perante os dois outros grupos que obtiveram. Ele fica numa situação estranha.

O SR. DEPUTADO ALVES DE MACEDO — Compreendeu, Deputado Raimundo Brito? Depois de instituída cada uma, adere. Adere se quiser — Senão, se abstém.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — A Presidência repete o apelo aos Srs. Deputados, no sentido de que o diálogo seja evitado, porque muito dificilmente chegaremos a uma conclusão. Solicitaria que cada parlamentar pedisse a palavra e expusesse seu ponto de vista e os outros não aparteassem. A Presidência está verificando que, tendo 49 destaques e vendo-se obrigada a cumprir rigorosamente o que determina a norma, ou seja, 5 minutos para cada orador, da maneira como estão se conduzindo os diálogos, os apartes prejudicam o pensamento do orador.

Continua em discussão o destaque de autoria do Nobre Deputado Murilo Badaró.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Murilo Badaró.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Sr. Presidente, está havendo votação no plenário do Congresso. Não seria interessante se V. Exa. tomasse os votos aqui?

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Tenho que conceder a palavra ao Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Seria a sugestão para pedir à Mesa do Congresso que fossem tomados os votos dos parlamentares aqui presentes para o que se está votando naquele plenário.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — A sugestão de V. será atendida.

Proceda-se ao Recolhimento de Assinatura de Deputados para votação no Plenário da Câmara dos Deputados;

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Se todos os Senhores Deputados já votaram no plenário da Câmara, vamos reiniciar os trabalhos.

Peço aos nobres parlamentares que evitem o diálogo porque do contrário, não chegaremos a uma conclusão e a Presidência se verá obrigada a suspender os trabalhos. A continuar no tumulto é preferível suspender a sessão.

Continua com a palavra o Senhor Murilo Badaró sobre a sublegenda n.º 7, motivo da discussão.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Sr. Presidente, a modificação sugerida para o art. 4º decorreu exatamente do desejo que quase toda a maioria tem de encontrar uma solução para o problema do voto secreto nas decisões convencionais. O desejo de que o voto secreto fosse de fato fundamental na convenção nos levou durante dois dias a procurar uma fórmula capaz de encampar esse tema de votação secreta com o corpo do projeto que no seu art. 8º diz o seguinte:

"Instituídas as sublegendas, a escolha dos candidatos far-se-á em votações sucessivas, em convenção (art. 5º), de participação apenas os instituidores de cada sublegenda".

■ mais: A cada sublegenda será assegurada os mesmos direitos que a lei concede aos partidos políticos — (art. 11). O que equivale a dizer: — cada sublegenda poderá indicar delegados e uma série de outras prerrogativas de que elas gozarão. Então, para conciliar essa necessidade do voto secreto com o corpo do Projeto é que foi sugerida essa Emenda. Na primeira etapa haveria uma instituição do sistema. A votação seria secreta porque as expressões que porventura se fizessem sentir desapareceriam dentro do texto do Projeto também.

Teoricamente, entendo que se se instituírem cinco sublegendas para atender ao restante, só com votação nominal é que se poderá chegar à constituição da sublegenda, pela escolha, pela convenção, das três mais votadas.

Sou inteiramente favorável. Se alguém descobrir esta fórmula, mas me parece que a fórmula do Deputado Macedo leva ao generalizado e mais do que isso, a umas teorias que vão desvirtuar e desfigurar decisões.

O objetivo do projeto não é esse, é o de resguardar a unidade partidária. Se se encontrar uma fórmula, mas levamos dois dias quebrando a cabeça para encontrar...

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — V. Exa. permite um aparte? Pode haver o caso de existir apenas uma proposta de 10% para que haja Sublegenda e então o plenário da Convenção decida, há Sublegenda. Não ficam apenas estes, na segunda fase, sujeitos a fazerem a Sublegenda. Podem até depois dizer: a Sublegenda surgiu em outro grupo e surgir a Sublegenda. Então, tem que haver a identificação de todos...

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Vamos seguir o seu exemplo: os 10% podem a instituição da Sublegenda. Há a inscrição para aqueles que queiram concorrer à Sublegenda, evidentemente. Então poderão aparecer 3 grupos de 10% que pretendem 10% pedem a instituição da Sublegenda, os três grupos têm que ser submetidos à votação. Ai, evidentemente, os três mais votados...

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Os três mais votados já são Sublegenda...

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Vão pleitear o voto do total da Convenção.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Já são Sublegenda.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Então os três vão decidir a votação total dos convencionais para saber qual a sublegenda mais votada da Convenção. Esta votação é absolutamente secreta. Essa Sublegenda requerida pelos seus 10% do Dep. Garcia Neto, do Dep. Sally, pedem as três Sublegendas com 15 grupos de 10%. Votadas a de V. Exa. obtém 30%; a dele, 36%; e a outra, 35%. Total: 100%. Constituídas: primeira a que obteve 36%; segunda, 35%; e terceira, a de V. Exa.

Facilita-se aos convencionais escolher uma das três. Mas, depois de instituídas, depois de constituídas a primeira, a segunda e a terceira os convencionais se dividem pela preferência. A votação é secreta.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Digamos, para colocar o exemplo dado: o Deputado Flávio Marinho tinha uma sublegenda, e conseguiu os 10% iniciais. Para derrotar S. Exa., compuseram-se os Deputados Garcia Neto e Tourinho Dantas, para tirar os votos do Deputado Flávio Marinho, na votação secreta.

Como resolveremos o caso? O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Há a manifestação da vontade dos convencionais. Mas se os convencionais quiseram manifestar sua vontade, ai — V. Exa. há de permitir — a eles será permitida um tipo de manobra de votação secreta, e depois eles não a constituem. Essa sublegenda, evidentemente, pela sua própria fraqueza, deixa de subsistir — porque vai correr o risco de derrotar seu próprio candidato na eleição.

Este o problema. A votação secreta é para constituir a sublegenda.

No momento, estamos apreciando o caso dos governadores. Como não será no caso de prefeitos, quando há pressão do policial, do escrivão, do coletor, do secretário do Estado, de governadores, de gerentes de banco, etc., etc.?

Constituída, aí o homem cria coragem, pois sabe que não vai ser marcado.

O problema é evitar a pressão na constituição das sublegendas.

O SR. DEPUTADO GARCIA NETO — Acho que encontraríamos um denominador comum se, ao invés de instituir propriamente sublegendas na primeira votação — vamos supor, a convenção reúne-se. Está reunida a convenção. Cada grupo de pelo menos 10% dos convencionais pode apresentar uma chapa para disputa dos cargos majoritários.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — A Presidência deseja chamar a atenção para o seguinte. Temos 49 destaques, estamos no 5º. Hoje é quinta-feira, amanhã e sexta, não teremos número até terça ou quarta-feira. Então, o que vai acontecer é que vai passar o projeto por curso de prazo, por falta de deliberação da Comissão.

Se os nobres Parlamentares continuarem no diálogo não teremos tempo suficiente para analisar o problema e decidir na base da Comissão.

De modo que a Presidência faz mais um apelo no sentido de que os trabalhos tenham normalidade. Se verificar, no entanto, a impossibilidade, suspenderá os trabalhos, com a sua responsabilidade. Então, o decorso de prazo estará à vista.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Como ainda há chance de se encontrar uma fórmula para o problema do voto secreto, pediria a Vossa Excelência, que adiasse para o fim da reunião a votação dessa sublegenda e passasse a outros assuntos menos polêmicos. Depois voltaríamos a ela. Os entendidos no assunto poderiam, então, tentar uma outra forma que resolvesse o impasse.

O SR. DEPUTADO ALVES DE MACEDO — Sr. Presidente, eu reconheço seu cuidado, mas é uma matéria da maior importância em que está sendo resolvida a vida política de todos nós, não podemos passar por cima votando contra nossos interesses somente para que os trabalhos decorram num ambiente de normalidade.

Estou observando que o Senador Carvalho Pinto também está aqui presente e pensa como nós pensamos. Veja V. Exa. o seguinte: a maioria desta Comissão é de pessoas que pertencem a diretórios e que desejam

esmagar a minoria, que somos nós, nós, o Deputado Cid Sampaio, o Deputado Pedro Godinho e não é possível que nós aqui possamos achar a forma, não votando já.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Eu defendo o voto secreto e não pertencio a diretório algum.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — A carepuça não pode ser jogada assim indiscriminadamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — A Presidência recebe o apelo do nobre Deputado Murilo Badaró. Recebo, contudo, que todo o nosso trabalho seja perdido em face dos prazos e do fim de semana, pois não é do desconhecimento de todos os parlamentares a dificuldade que isto representa.

Mas para mostrar que a Presidência tem interesse na solução e achando que a proposta do Deputado Murilo Badaró, embora muito sensata, poderá, ao fim desta sessão, não encontrar sequer número nesta Comissão, a Presidência resolve por isso suspender a sessão por 15 minutos, esperando que os interessados encontrem uma fórmula conciliatória.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 22 horas e 55 minutos e reaberta às 23 horas e 15 minutos).

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Peço aos nobres Parlamentares que ocupem seus lugares.

A sessão está reaberta. Os trabalhos vão ser reiniciados.

Ainda em discussão a subemenda nº 7 ao art. 4º de autoria do nobre Deputado Murilo Badaró.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Sr. Presidente, os princípios do funcionamento da institucionalização da sublegenda não estão ainda dentro de uma redação de projeto de lei. Mas os princípios são esses. Instalada a convenção, convocada para a escolha de candidato aos cargos de governador e prefeito decidirá a convenção inicialmente se haverá ou não sublegenda. Para a convenção decidir contra a instituição de sublegenda é necessário que em voto secreto mais de 80% dos convencionais assim se pronunciem. Decidida a instituição da sublegenda, grupos de convencionais nunca inferior a 10% da convenção farão proposta à Mesa neste sentido, indicando, de logo, qual o candidato a governador ou prefeito.

Isso feito, a Mesa submeterá a voto secreto, em cédulas com a indicação da sua instituição, cédulas que seria, por exemplo, uma hipótese, "Ruy Santos". As três propostas com maior número de votos serão consideradas constituídas, desde que obtenham mais de 20% da preferência dos convencionais.

Constituídas as duas ou três sublegendas, os convencionais são convidados a se pronunciarem, subscrevendo as propostas, para efeito da constituição, porque, afinal de contas, eles participaram de votação secreta. Agora, eles têm que se pronunciarem para constituir os Colégios.

Constituídas essas listas, a Convenção passará a funcionar em cada grupo de convencionais, para a escolha dos seus candidatos, inclusive as eleições proporcionais, porque, pelo projeto, dir-se-á "Mas se na proposta já diz que o candidato para Governador é Ruy Santos, está liquidado". Não, porque o grupo de convencionais vai decidir quais os candidatos a Deputado estadual ou federal, para, dentro da proporcionalidade, figurarem na chapa. Além disso, têm de escolher Delegados.

Nesta eleição, os escolhidos serão os mais votados, de acordo com a proporcionalidade de cada uma. O espírito é este, apenas falta dar-lhe redação.

Se o terceiro, quarto e quinto não obtêm *quorum*, mas desde que representem mais de 20%, para possibilitar um segundo escrutínio? Não, porque aí evi ar-se-ia que um grupo excepcionalmente maior pudesse votar em dois ou em três candidatos, para não permitir que os outros fizessem *quorum*.

Entendo seja o único meio, atendendo à votação secreta para constituição e obrigando o jogo a descoberto.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Se me permitem, vou ler a fórmula encontrada pelo nobre Senador Carvalho Pinto, fórmula essa que tem mais ou menos o mesmo espírito.

Dentro da minuta o art. 3º seria modificado:

"Na votação, para instituição da sublegenda, o voto será secreto."

O parágrafo único teria a seguinte redação:

"As sublegendas serão requeridas por convencionais em número superior a 10%, não podendo nenhum deles subscrever mais de uma proposta."

Então, resolve-se que o voto é secreto e que representa o mínimo de 10%.

O art. 4º:

"Aprovada a instituição de sublegendas, somente poderá ser recusada por *quorum* superior a 80% dos convencionais..."

proceder-se-á à votação em escrutínio secreto, considerando-se constituída as três mais votadas que tenham obtido pelo menos cada um 20% dos votos.

Agora, os convencionais que subscreveram as propostas para instituição das sublegendas serão considerados seus instituidores lavrando-se a respectiva Ata para os fins de direito.

A única diferença das duas fórmulas é que a fórmula do Deputado Ruy Santos diz que os convencionais que subscreveram as propostas para sublegenda das sublegendas serão considerados instituidores. Nessa fórmula se admite que, numa convenção, os que quiserem subscrever antes subscrevem e são considerados instituidores, os que quiserem manter secretamente o seu pronunciamento não subscreverão e também não são seus instituidores.

Por que se obrigou que o homem subscreva?

Ele pode não querer subscrever. Se ele não quer subscrever e abdica desse direito é porque aqueles que subscreveram merecem dele confiança bastante para representá-lo.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — V. Exa. me permite? Então se só vão participar da escolha dos candidatos esses 10%.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Não. Os outros...

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — E se os outros não quiserem?

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Então fica uma convenção só de dez por cento.

Ele obteve o apolamento na maioria, dentro da Convenção; ele obteve o *quorum* necessário, o voto secreto.

Vamos admitir que existam cinco grupos ou seis pleiteando sublegendas. Ficam as três, nesta parte final, até alguns que quiserem outros podem ir para qualquer daquelas três. Fica aberta a possibilidade. Eu, por exemplo, votei num grupo que foi derrotado, votei secretamente. Na hora em que os escolhidos foram Mu-

riilo, Ernesto e Marcílio, nós outros estávamos noutro grupo...

(Trocam-se opiniões simultâneas)

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — A sua fórmula é aceitável, todavia, acho esta mais simples, a Comissão decide. Quem não quiser não assina, por que vai-se obrigar ele a assinar?

(Apartes simultâneos)

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Existem duas propostas concretas: a minha e a do nobre Deputado Cid Sampaio. Mas dentro do espírito de buscar uma solução para o problema, eu puxaria a V. Exa. que desse preferência para a minha.

O SR. DEPUTADO RALMUNDO DE BRITO (Relator) Subscrevo a proposta do Sr. Deputado Ruy Santos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) Há duas proposições, uma de autoria do Deputado Ruy Santos e outra do Deputado Cid Sampaio, são mais ou menos coincidentes.

O Plenário deve estabelecer um acordo. Como as propostas são semelhantes nós transferimos ao Relator a capacidade de ajustá-las e apresentar uma fórmula única.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Entre as duas existe uma pequena diferença que não se pode conciliar. A Comissão pode julgar entre uma e outra.

Gostaria de explicar a dificuldade na proposta do Sr. Deputado Ruy Santos que declara, por antecipação, qual é o candidato, nesta não se declara por antecipação qual é o candidato. Ora, se não se declara, por antecipação, qual é o candidato, a eleição vai se fazer depois na chamada mini-convenção e se se dá o direito de quem quiser subscrever pode haver o jogo. E' um direito. Então 10% apresenta e chega 20% da parte que tem a maioria e subscreve também.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Eu admito. Não considero isso como um negócio intransponível, porque, se eu sou candidato em São Paulo e tenho alguém comigo, o primeiro signatário da minha proposta é ele, quer dizer, eu subscreveria voto por proposta do signatário, e se não quiser botar o nome do candidato.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Mas deve ter o nome do candidato.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Eu vou dizer a V. Exa., por exemplo, que botei o nome do candidato porque a convenção é para a escolha de governador e de prefeito. Eu botei o nome porque no voto secreto está havendo a escolha de candidato.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — E' justamente essa diferença que estou salientando. Para a fórmula do Deputado Ruy Santos tem que se botar o nome do candidato, porque poderia haver uma mudança de posição, através de assinaturas, com desejo de fraudar o resultado. De forma que, na hipótese de V. Exa., não há mal em que assim se faça, embora alguém possa não querer. Todos aqui somos políticos e sabemos que estas coisas acontecem.

O SR. SENADOR CARVALHO PINTO — Os que não hajam votado por não terem subscreto a proposta, serão convidados a fazê-lo. Pode ocorrer o seguinte — o número das adesões à proposta da sublegenda vitoriosa, por exemplo, não corresponder ao número de votos que a colocam nesta posição.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Somos velhos políticos e sabemos o que é o voto a descoberto. Aquêles que, a descoberto, propuseram os dez por cento para a sublegenda e que não foram vitoriosos, pelo menos

atendem ao convite para a subscrição. Portanto, vinte por cento somente vão indicar o candidato. Se foram instituídas três sublegendas, se não houver sessenta ou setenta por cento de convencionais, se tiverem a coragem de dar por escrito sua adesão a sublegenda, então não se vai resolver nada.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — E ainda tem o problema da polícia na rua para coagir.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Esamos discutindo a votação estadual, mas se tivermos que discutir a municipal, então o problema se agrava, porque aí a coisa se torna pressão da polícia e todos sabem o que acontece no interior do Estado. Se não tomarmos providências portanto, o que faremos é que a proposta permaneça. Daí a necessidade do voto secreto.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — E o que vai acontecer para os funcionários é a perda do lugar, transferência.

Não vejo razão por que se fazer o voto secreto e depois se revelar o voto.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — A restrição a que ele se referiu não consta do Substitutivo. Isso seria interpretação pela Justiça. Instituída a sublegenda, aquilo que a Justiça Eleitoral, depois de comparecer... (inaudível)

O SR. SENADOR CARVALHO PINTO — A legenda far-se-á por ordem decrescente da votação em escrutínio secreto. Entretanto, como depois se vai redistribuir os votantes, pode-se inverter o resultado. O que foi classificado, na cabine secreta pode não ser classificado. Então o que prevalece? A votação secreta?

O SR. DEPUTADO AMARAL SOUZA — E' necessário que se redija claramente, para não dar margem a mais de uma interpretação. Para que fazer uma coisa pra depois haver interpretação diferente?

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Os cargos proporcionais do Deputado e Vereador. Podemos fazer o seguinte: no caso de ser proporcional a votação secreta obtida, a distribuição é proporcional. Suponhamos que, na votação secreta, se classifiquem 3 sublegenda: uma com 49, outra com 30%, e outra com 21%. Então se classificam as três na votação secreta. A distribuição será proporcional a 49, a 30 e a 21.

O SR. DEPUTADO AMARAL DE SOUZA — Ele tem razão por um aspecto.

Se houve 13 sublegendas, essa proporção não fica regularizada, porque, suponhamos que, em lugar de 49, 30 e 21 fossem 41, 30 e 21, a votação proporcional não se pode verificar.

(Tumulto)

A proporção seria realmente a mesma em relação aos três candidatos.

(Tumulto)

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Colocarei em votação duas propostas uma do nobre Deputado Ruy Santos e outra do Sr. Deputado Cid Sampaio.

Em primeiro lugar, vai ser posta em votação a proposta do Sr. Deputado Ruy Santos. Se aprovada, automaticamente estará prejudicada a proposta do Sr. Deputado Cid Sampaio.

Os Srs. Senadores que aprovam a proposta do Sr. Deputado Ruy Santos, queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Tem a palavra o Sr. Senador Wilson Gonçalves, para uma questão de ordem.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Indago a V. Exa. se na



proposta do Sr. Deputado Cid Sampaio é mantida a redação do Parágrafo único do Art. 9º.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — E' mantida.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Cada um só pode votar numa sublegenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Os Srs. Parlamentares serão convocados...

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Nessa convocação que V. Exa. está fazendo, o que prevalece? Considero que o que prevalece é a votação secreta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — E' o que prevalece.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Se depois, os convencionais não se identificarem, prevalece o número obtido na votação secreta.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Assim o entendo.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Quer dizer, é facultativo aos convencionais. Eles serão convidados.

Pego ao Relator que seja redigido com precisão para não haver dúvida.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Pela minha fórmula, a sublegenda só é constituída se constar mesmo, como a proposta inicial, com adesão posterior.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Na hipótese do Deputado Ruy Santos, eu considero que não atende aos objetivos.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS Na opinião de V. Exa.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Justamente! E' o meu voto de ver.

Não atende aos objetivos que estamos pleiteando. Pela fórmula de V. Exa., somente depois de declaração do voto é que há a prevalência. Chamo a atenção para esse detalhe.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — O quorum exigido é de 21%. Portanto, q'a ficaria automaticamente constituída porque obteve o quorum exigido de mais de 20%.

E, na hora em que os convencionais fossem convidados a subscrever, além dos 10%. Diz o Deputado Alves Macedo: se já tiver os 21%? Eu digo: perfeitamente, pode ter até 50%. São convidados a acrescentar a esses 50% as assinaturas de alguns que votaram secretamente. A sublegenda que teve mais de 21% não pode reduzir de 21% porque a proposta já era de 21% ela só pode crescer.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — V. Exa. não entendeu a minha indagação.

Se 12% dos convencionais subscreverem, o pedido de sublegenda é ela alcança, vamos dizer, 21%. Portanto atingiu o quorum mínimo exigido de 20% para sublegenda no voto secreto, mas só teve 12% de subscretores. Terminada a votação são convidados todos os convencionais que queiram subscrever a sublegenda, depois de votada, porque os 60% não assinaram nada. Com isso é que atingiu 21%. Se só consegue 19 ou 18 ou 17%, qual o resultado, ela cai novamente?

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Eu já disse na minha proposta. Tem que haver subscretor a descoberto. Vou repetir: a descoberto. Quer dizer, os proponentes e mais — vamos dizer — os aderentes, descobertos de mais de 20%. Se não, não resolve o problema.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Então, cai a sublegenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — A presidência determina ao Sr. Secretário que proceda à chamada para votação. A proposição é a do Deputado Ruy Santos.

O Sr. Secretário vai proceder à chamada.

Quem estiver com a proposição do Deputado Ruy Santos votará sim;

quem estiver com a proposta Cid Sampaio, responderá não.

Procede-se à votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Com a palavra o Deputado Flávio Marcílio para questão de ordem.

O DEPUTADO FLAVIO MARCILIO — Sr. Presidente, não se pode interromper para verificação. Quem não conhece os termos da discussão da matéria então se abstém de votar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — A questão de ordem é decidida pela Presidência. A Presidência decide, solicitando ao Sr. Senador Fernando Corrêa que pronuncie seu voto.

Continua a votação.

O SR. PRESIDENTE:

Manoel Villaga) a apuração foi a seguinte:

"Sim" 4. "Não" 5. Abstenção 1. Com a presença do Presidente 11 membros da Comissão, portanto não há quorum para decidir, pois só poderá decidir com 12 membros.

Desse modo, não havendo quorum, estão suspensos os trabalhos. Convoco os Srs. Membros para outra reunião amanhã, às 15 horas.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO DE BRITO (Relator) — Sr. Presidente, pela ordem. Eu viajo amanhã pela manhã. Assim, peço a V. Exa. que designe um relator que me substitua.

(Tumulto)

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Chamo a atenção do nobre Deputado Alves Macedo para o fato de que a Presidência tem se mantido com a maior isenção.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Mas, numa hora desta, em que se está tratando de projeto dessa natureza, temos que entrar em acordos. Nós temos que trabalhar amanhã pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — A reunião deve ser pela manhã por uma razão muito simples. Tem que ir à Mesa do Senado a solicitação para a designação do substituto. Assim, é necessário que os membros da Comissão compareçam a esta reunião às nove horas, pois só há tempo para a substituição na parte da tarde, quando apresentada à Mesa do Senado.

Assim, está convocada a sessão para o próximo dia 21, às 10,00 horas. Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 24 horas)

3ª REUNIÃO, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 1968 ÀS 10 HORAS

As dez horas do dia vinte e um de maio do ano de mil novecentos e sessenta e oito, Presentes os Senhores Senadores Manoel Villaga, Presidente, Wilson Gonçalves, Alvaro Maia, Luiz de Barros, Fernando Corrêa, Dylton Costa, Milton Menezes e os Senhores Deputados Murilo Badaró, Flávio Marcílio, Raimundo Brito, Hamilton Prado, José Sally, Smaral de Souza e Raimundo Parente, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Projeto de Lei nº 15, de 1968 (CN), Nacional incumbida do estudo do que institui o sistema das sublegendas e dá outras providências, na Sala da Comissão de Finanças do Senado Federal.

E' lida e são debates aprovada a ata da reunião anterior.

Inicialmente, o Senhor Presidente comunica à Comissão o recebimento de ofício da Liderança da ARENA no Senado de substituição do Senhor Senador Paulo Torres pelo Senhor Senador Milton Menezes e que continua a discussão e votação da subemenda do Deputado Murilo Badaró ao artigo 4º do Substitutivo.

Após usarem da palavra quase todos os parlamentares presentes à reunião, a Comissão aprova a subemenda

com a seguinte redação apresentada pelo Relator nos seguintes termos:

"Redija-se assim os artigos 3º e 4º do Substitutivo:

Art. 3º As convenções a que se refere o artigo anterior serão realizadas sob a presidência, respectivamente, de Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, do Juiz Eleitoral da Zona ou de representante indicado pela Justiça Eleitoral.

Parágrafo único. Nessa reunião serão indicados candidatos a Governador e Prefeito, obedecidas as seguintes normas:

a) presença de mais da metade dos convencionais;

b) número mínimo de 10% (dez por cento) dos convencionais para aquelas indicações;

c) votação secreta e uninominal.

Art. 4º Submetidos os nomes indicados ao escrutínio secreto, serão considerados candidatos do Partido, em sublegendas, os 3 (três) mais votados, desde que haja obtido, cada qual deles, o mínimo de 20% (vinte por cento) dos votos dos convencionais.

§ 1º Escolhidos os 3 (três) candidatos mais votados, os subscretores da indicação de cada qual deles (artigo 3º, parágrafo único, item b) serão considerados instituidores da sublegenda para todos os efeitos da lei.

§ 2º Para efeito da escolha dos candidatos à eleição serão atribuídos a cada sublegenda que se organizar, o número de lugares que guarda a mesma produção verificada na votação obtida por cada uma delas (artigo 7º).

§ 3º Todas as deliberações das convenções partidárias, para escolha de candidatos e instituição de sublegendas, deverão constar de ata circunstanciada para os fins de direito.

Após a votação, o Senhor Presidente, cuída a Comissão, encerra os trabalhos, marca outra reunião para as quinze horas e determina que as notas taquigráficas da presente reunião sejam publicadas em anexo à esta ata.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Melo Junior, a presente ata que uma vez lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

TERCEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA, INCUMBIDA DO ESTUDO E PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 15, DE 1968 (C.N.), QUE "INSTITUI O SISTEMA DE SUBLEGENDAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", AS 10 HORAS, DO DIA 21 DE MAIO DE 1968

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Há número legal. Está aberta a sessão.

Continua em discussão o Projeto de Sublegendas.

Solicito aos nobres companheiros dêem a máxima colaboração à Presidência, porque hoje é o último dia que esta Comissão tem para deliberar sobre o assunto. Não conseguindo terminar os trabalhos até meia-noite então todas estas dificuldades que sentimos aqui serão transferidas para o plenário do Congresso. Não V. Exas. de convir que não haverá possibilidade de o plenário ajustar tema tão polêmico, e, assim, teremos de dar a matéria por encerrada, por decurso de prazo, e todo o nosso trabalho até agora estará perdido.

Na outra reunião, o destaque para a Emenda número 5, de autoria do Deputado Murilo Badaró, foi discutido conjuntamente com outras emendas de S. Exa., substituindo a redação do artigo 4º. A discussão está encerrada e vou dar a palavra ao nobre Relator, para discorrer sobre o assunto.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Sr. Presidente, houve uma subemenda, oferecida pelo Deputado Ruy Santos, relativa ao artigo 14 e envolvendo o artigo 4º.

Discutimos essa subemenda com ampla liberdade. Ficou resolvido que, encerrada a discussão, submeteríamos à votação o art. 14, cuja relação definitiva está nestes termos:

"Art. 3º.

"As convenções, de acordo com o artigo anterior, serão realizadas pelas Presidências respectivamente da Justiça do Tribunal Regional Eleitoral, de Juizes Eleitorais da Circunscrição ou de representantes indicados pela Justiça Eleitoral.

Isso em virtude de, em alguns Estados, não haver dificuldades, como lembrou o nosso colega, de juiz eleitoral propriamente dito.

De maneira que o representante é indicado pela justiça eleitoral. Preliminarmente sobre a admissão e sobre a sublegenda observadas as seguintes normas:

1º a) Presença de metade dos convencionais.

b) Requerimento de um ou mais convencionais.

c) Votação secreta para deliberação.

Por quorum mínimo de mais de vinte por cento dos convencionais a sessão estará suspensa pelo prazo nunca superior a uma hora a fim de que sejam formulados pedidos de sublegenda, os quais deverão ser suscritos em número de dez por cento dos convencionais.

Reiniciados os trabalhos o Presidente submeterá à votação secreta o Requerimento ou os requerimentos recebidos os quais terão que obter, cada qual deles mais de vinte por cento dos votos dos convencionais.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — V. Exa me permite um aparte (Assentimento do Orador) — Em vez de vinte por cento dos convencionais responderem afirmativamente, oitenta por cento é que deveriam negar. Deve haver negação porque a sublegenda procura se afirmar como princípio. Acredito que essa foi o espírito do legislador quando mandou para oitenta por cento é que tem de negar a Sublegenda.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Digamos assim, por exemplo: "Iniciados os trabalhos a Presidente submeterá à votação secreta o ou os requerimentos recebidos, os quais...

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — O princípio é para dar. Quem vai dar é quem tiver mais de 50%.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Já sei. Poderemos dizer: resolvida a admissão da sublegenda por quorum mínimo de mais de vinte por cento de convencionais, a sessão será suspensa por prazo nunca superior a uma hora...

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — O Governo procurou mostrar que tem interesse na admissão.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Resolvida a admissão da sublegenda, a qual osmente será recusada por um quorum superior a vinte por cento dos convencionais, a sessão será suspensa pelo prazo nunca superior a uma hora...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — "Resolução a admissão, de sublegendas..."

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — "... poderá ser recusada por um quorum superior a oitenta por cento dos convencionais. A sessão será suspensa..." Aí segue a sua redação. Isto é § 1º.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) —

"§ 2º Reiniciados os trabalhos, o Presidente submeterá a votação secreta um ou outros requerimentos recebidos, os quais, para serem aceitos, terão de obter, cada qual deles mais de vinte por cento dos votos dos convencionais.

§ 3º Se houver apenas um re-

querimento aprovado e com votação superior a vinte por cento mas inferior a cinquenta por cento dos convencionais, a sublegenda pleiteada fica constituída, assegurado porém à maioria o direito de constituir uma outra sublegenda."

Se houver mais de um requerimento aprovado, somando mais de cinquenta por cento da votação dos convencionais, teremos que considerar e constituir os três mais votados, desde que obtenham mais de vinte por cento de votos, de cada qual deles.

**O SR. DEPUTADO RUY SANTOS** — Inadivél... Há uma segunda hipótese: se houver mais de um requerimento aprovado, somando mais de cinquenta por cento dos convencionais, serão constituídos os três mais votados. Esclareço: suponhamos que são dois os requerimentos; um foi aprovado por trinta por cento e o outro por trinta e cinco por cento. Quem não votou nesses dois, não passa a constituir sublegenda porque esses dois já tiveram votos de mais da metade dos convencionais. Ficam só essas duas constituídas. Quer dizer, aqui é que está a diferença da primeira hipótese.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO DE BRITO (Relator)** —

"§ 4º Enumerada a sublegenda, o Presidente..."

"§ 6º ..."

...um cidadão que haja sido escolhido por outra sublegenda."

**O SR. DEPUTADO MURILO BADAÑO** — Essa redação do nº 1 pode ser modificada, pode ser feita uma remissão ao § 4º, porque, aí, se pode dar uma declaração mais ampla.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO DE BRITO (Relator)** — Já conversei sobre este assunto trocando idéias aqui.

Há um remissão cu um desdobramento do item.

Poderemos dar essa redação:

"Tendo sido considerada inexistente a sublegenda, nos termos do § 1º do Art. 4º..."

(Estabelece-se uma dúvida a quanto aos Arts. e não fica completado o sentido da oração.)

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator)** — No artigo 1º, § 7º, o subscritor da sublegenda em cujo candidato a eleição majoritária recair a escolha da sublegenda supressa, alínea 2ª do parágrafo anterior, poderá solicitar ao Presidente da Convenção que:

1º considere também seus instituidores aqueles convencionais da sublegenda supressa

2º que seja realizada na sublegenda, assim acrescida de instituidores, nova eleição para os cargos previstos nas letras "a" e "d", do § 5º."

**O SR. DEPUTADO RUY SANTOS** — O importante é assegurar aos que vêm o direito de participar primeiro na escolha da eleição proporcional.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator)** — Então, a redação não estava certa. E' preciso modificá-la, para ficar certo.

**O SR. DEPUTADO RUY SANTOS** — Deve ficar "para os cargos previstos nas letras a), c) e d)".

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator)** — Se há eleição de Delegados e, depois, eleição para cargos, deve ficar: "para as funções e cargos previstos no § 5º". (Pausa.) (Lendo)

"§ 8º A nenhum convencional ... eleitoral a que se destinam."

"Art. 4º Encerrados os trabalhos ... instituidores da sublegenda."

§ 1º Se o Presidente do Diretório ... dos demais para esse fim."

"§ 2º Se o Presidente do Diretório..."

§ 1º Se do pedido não constarem candidatos a sublegendas, poderão seus representantes, até 15 dias antes do término...

**O SR. DEPUTADO RUY SANTOS** (Sem microfone) —

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator)** —

... solicitar diretamente à Justiça Eleitoral retendo ainda, se necessário, o fornecimento de Ata dos trabalhos que tenha sido...

A redação vai ser a seguinte:

Art. 3º As convenções a que alude o artigo anterior serão realizadas sob a Presidência, respectivamente, do juiz do Tribunal Regional Eleitoral, de Juizes Eleitorais da Circunscrição ou de Representantes indicados pela Justiça Eleitoral...

**O SR. DEPUTADO TOURINHO DANTAS** — Senhor Presidente, há uma subemenda do Deputado Cid Sampaio e, outra, do Deputado Ruy Santos. Desejava saber se esta matéria já foi votada.

**O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga)** — Vai ser votada agora.

Na discussão da reunião anterior, estavam em jogo duas proposições: uma formulada pelo nobre Deputado Ruy Santos e, outra, formulada pelo nobre Deputado Cid Sampaio.

Como a subemenda de autoria do Deputado Ruy Santos era anterior à do Deputado Cid Sampaio, naturalmente que a votação terá que dar preferências à primeira apresentada. Aprovada uma, a outra será automaticamente prejudicada ou recusada.

**O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO** — Li a subemenda do Deputado Ruy Santos ligeiramente modificada quanto à redação.

E eu pediria que fosse feita a leitura da parte principal da subemenda, que se refere aos artigos 3º e 4º.

**O SR. RAIMUNDO BRITO (Relator)** — (Lendo) — "Será considerada constituída a sublegenda:

"Será considerada inexistente a sublegenda: ...

... nos termos do 4º".

A mim, parece-me que está até redundante.

**O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES** — Eu acho, que, concebida a votação secreta, quem quiser subscrever que c' faça, mas não que seja exigida novamente pois complica ainda mais. São duas as exigências: que seja aprovada em votação secreta ou que seja aprovada por votação nominal.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator)** — Eu consultaria aos Senhores Membros da Comissão se seria possível centralizar os trabalhos, pois nós estamos reabrindo discussões encerradas. Querida pedir que toda discussão se circunscrevesse ao artigo 3º porque, de modo contrário, não acabaremos nunca. Este é o ponto crucial.

**O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES** — Considero também o problema do requerimento do ponto de vista político, de colocar o Presidente do Diretório na cadeia.

E essencial que nossa expressão política aqui tenha campo, na eleição.

No texto da subemenda do Senhor Deputado Ruy Santos há a providência para o requerimento, mas se do pedido não consta a sublegenda, poderemos providenciar até 15 dias antes do prazo de registro.

O Presidente pode utilizar até o 25º dia.

**O SR. DEPUTADO RUY SANTOS** — Até 15 dias poderá solicitar ao Diretório.

Acho que, uma vez concedida a sublegenda por votação secreta, a lista poderia ser acrescentada daqueles candidatos que voluntariamente de-

sessem, apenas para efeito de orientação política da sublegenda, mas não como norma de conduta para sua existência.

Daríamos nascimento à sublegenda e esta estaria sujeita a morrer imediatamente por falta de subscretores. Eu sou de opinião de que, quem quiser subscrever que subscreva, inclusive, para influir na escolha para candidato daquela sublegenda. Quem não tiver coragem de aparecer já votou.

**O SR. DEPUTADO RUY SANTOS** — O problema é o seguinte: primeiro, vamos dizer que 3 requerimentos passam a constituir a sublegenda. Vamos admitir que a pressão tenha sido tal que ninguém quis discutir. E, então, o que se dá é o seguinte: 30 de uma convenção passa a escolher os candidatos a deputado federal, estadual e vereadores, e não há renúncia, quer dizer, a convenção decide por maioria.

Agora, por que tem que ser 20%. Porque 20% passa a ser 60%. E, então já será 60% da convenção. De modo que eu acho que a porcentagem de covardia está sendo estimada muito alta em 70%. De modo que 30% é que não podem decidir para uma convenção, integralmente. Daí a exigência de 20% de convencionais para que esses 20%, acrescidos de mais 20 e mais 20, se tornem os 60% que constituem a maioria da convenção.

**O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga)** — Com a palavra o Senhor Deputado Cid Sampaio.

**O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO** — Inicialmente nas duas propostas da última reunião, tivemos, inclusive dentro dessas propostas, depois da indicação da votação, isto é, admitiu-se a possibilidade de fusão das emendas, para que elas pudessem constituir um denominador comum. Parece-me que é o que se tem procurado fazer.

Eu, então redirei, com base nas duas emendas, uma proposição, pela qual o artigo 3º passaria a ficar com esta redação:

(Lendo) — "As sublegendas — aqui, aproveitei a sugestão do ilustre Deputado Ruy Santos — consignando os Deputados que apóiam..."

"Não podendo nenhum deles subscrever mais de uma proposta".

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator)** — Mas ele não fez questão disso.

**O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO** — Mas se todos aceitassem, seria para incluir...

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator)** — Exato.

**OSR. DEPUTADO CID SAMPAIO** — ... para evitar que daqui saíssem grandes dissensões em lugar de grandes somas.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator)** — Perfeito.

**O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO** — (Lendo)

"Artigo 4º Aprovada a instituição da sublegenda, a qual somente poderá ser recusada por um quorum superior a 80% — não estava lá — proceder-se-á à votação em escrutínio secreto ... de 20% dos votos".

Quer dizer, os candidatos majoritários serão escolhidos por mais de 10%. Não prevalece a arguição do ilustre Deputado Ruy Santos, porque a convenção coloca em votação secreta escolhe os candidatos com mais de 20%. Aí, cada um precisa ter 20% dos votos.

Está, assim sanada aquela observação feita pelo ilustre Deputado Ruy Santos. Evidentemente, em votação secreta, que, parece, é o que todos desejam.

**O SR. DEPUTADO RUY SANTOS** — Desejei para atender aquela reclamação da votação secreta. A meu ver para a instituição de sublegenda tem que ser voto descoberto.

**O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO** — Vou terminar: (Lê)

§ 2º Aos convencionais é facultado subscrever .....

§ 3º Os votos conferidos .....

Vou explicar a razão e vamos analisar como funcionaria um Partido, numa convenção do interior com este novo processo. Suponhamos que tivesse a minoria de 20% que devesse ser respeitada ou que se desejasse respeitar, então, os outros apresentavam mais de uma sublegenda, seriam apresentadas três sublegendas. Suponhamos que se tivesse 20%, outra que tivesse 25% e a outra que tivesse a grande maioria, o restante da convenção.

Senhor Presidente, pediria a sua atenção o dos Senhores Membros da Comissão para analisar como isto funcionaria. Feita a votação, eleito o escolhido o da sublegenda majoritária e os outros dois tinham-se feito representar em duas sublegendas, ou outros 25% subscreviam a lista da outra convenção.

Então na votação da outra não tinham possibilidade de fazer valer seus 25%, porque os 25% tinham entrado nela. Então se tem 25% que pode escolher seu candidato mas há uma adesão posterior dentro de um sistema de acordo, então dentro da própria eleição da sublegenda o grupo que tinha direito a indicar um candidato seria esmagado pelos 25% que entram.

Esta é um processo realmente, de esmagar a minoria. Temos que fazer uma análise precisa e definir os nossos objetivos. Nós sabemos qual é o meio político brasileiro. Se vamos fazer esses instrumentos que permitem o esmagamento nos não vamos respeitar direitos das minorias dentro desses grandes partidos constituídos.

**O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga)** — Se continuarmos neste diálogo, não chegaremos à aprovação de coisa alguma.

O nobre Deputado tem um minuto para concluir seu raciocínio.

**O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO** — Já conclui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga)** — Com a palavra o nobre Deputado Murilo Badaño.

**O SR. DEPUTADO MURILO BADAÑO** — Sr. Presidente, para colaborar com a Mesa, desisto da palavra.

**O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga)** — Com a palavra o nobre Deputado Raimundo Brito, Relator, para esclarecer o assunto.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator)** — Sr. Presidente, vou procurar ser sucinto.

Não tive a honra de receber a redação da emenda do eminente Deputado Cid Sampaio, mas apreendi bem o raciocínio de S. Exa.

Apenas um reparo: acredito que Sua Excelência advoga apenas, na realidade, a supressão da alínea II do § 6º da Subemenda Ruy Santos, isto é, aquela que considera inexistente a sublegenda que, posteriormente a votação, não for subscrita no mínimo por 10% dos convencionais.

**O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO** — Se se dá direito de decisão também aos que subscrevem voluntariamente, e se esse direito está autorizado por lei, não são só os interessados em indicar candidatos que subscrevem. Não. Subscrevem igualmente os que não estão na sublegenda, mas não têm candidato; na minha fórmula já teriam candidato.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO** — Mas isto pode ser atendido imediatamente e V. Exa. não glude bem a esta razão. Conforme a sugestão, se se colocar o nome do candidato não poderá considerar inválida a votação. Não se precisará fazer duas eleições. Há uma vota-

ção secreta porque, depois de feita uma votação aberta seria inutilizar a votação secreta. Então não valeria a pena fazer a votação secreta.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO — A questão não está posta data venia. Não é uma segunda eleição que está aberta por ter sido aquela secreta. Não é bem isso. É apenas a subscrição que não é legal. Mas se a subscrição invalida o resultado da eleição não está bem justa a expressão. De maneira que trata-se de votação por subscrição. Esta é votação por pronunciamento mas uma não é a outra. Ambas são os resultados da votação.

Qual seria o resultado da votação? O resultado da votação da convenção ou o resultado da votação da subscrição? Se prevalece a subscrição então seriam duas eleições.

O Deputado Ruy Santos diz que na necessidade desta subscrição posterior à votação secreta, em virtude de muitas providências que esse grupo de subscritores terá de tomar.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Se por essa forma o candidato majoritário for indicado antes, os subscritores podem influir na indicação dos candidatos — é só subscrever as listas.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Eu estou procurando solucionar conforme deve no entender de V. Exa.

Se o Deputado Ruy Santos não insiste ou oferece objeções a que seja indicado o nome do candidato, já a discussão se reduz muito, talvez Vossa Excelência por sua vez concordasse na invalidade da exigência de subscrição de mais dez, no mínimo.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Eu apenas tirei o nome, porque na eleição a sublegenda pode escolher outro.

O SR. DEPUTADO CID SAMPAIO — Procurando uma norma que possibilita às minorias serem representadas. Eu vou voltar a um exemplo: suponhamos o caso do Diretório de 15, em que 3, que representam 20% elegeram o seu candidato a prefeito. Vais depois fazer a subscrição, ele precisa mais 3 que esse 3 subscrevam, que são 20%. Suponhamos que 2 têm-se inscrito e esse 3 me dá pressão — que sabemos existe, ameaças, no interior até sequestro, conseqüência vários casos semelhantes, em Recife houve sequestro até de delegado eleitoral, compra — essa então é comuníssima — o 3 não assina está destruído, depois de conseguido por votação secreta fica invalidado o resultado do pleito.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Eu aceitaria o aparte que me quer dar o nobre Deputado Flávio Marcílio.

O SR. DEPUTADO FLÁVIO MARCÍLIO — A convenção é para escolha dos candidatos e não para formação de sublegendas. O primeiro a se discutir numa convenção é quem são os candidatos. Se a convenção votar só num candidato, automaticamente não haverá o processo de sublegenda. Mas votando em mais de um candidato, estariam constituídas, até três sublegendas, conforme a ordem.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Sr. Presidente, vejo que chegamos a uma solução, depois de longo e tormentoso inverno, por um milagre de raciocínio do Deputado Flávio Marcílio, que mais uma vez prova a acuidade do seu espírito.

O SR. PRESIDENTE (Manoel Villaga) — Após discutir os todo o assunto, marcarei uma reunião só para apreciação da redação final.

(Discussão tumultuada).

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — A discussão está encerrada. A Presidência não admite mais diálogos. O Sr. Relator tentará sintetizar para entendimento dos

Srs. Membros da Comissão e, depois, prosseguir a votação.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — A responsabilidade de indicar o nome do candidato é do nobre Deputado Flávio Marcílio que agora duas palavras sobre o processo desta escolha a que se refere a sublegenda (Lê-se).

O SR. DEPUTADO FLÁVIO MARCÍLIO — Cada convencional indica seu candidato através de requerimento...

(Os Srs. Membros da Comissão julgam a um só tempo, não há tempo, impossível o apanhamento taquigráfico).

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Depois de escolher os candidatos da sublegenda poderia ser solicitado um posterior estudo.

Os candidatos mais votados à Constituição da sublegenda, a seguir, então, os que subscreveram irão parte da mesma.

O SR. DEPUTADO FLÁVIO MARCÍLIO — Os três candidatos constituem a sublegenda e pelo seu Relator que...

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Apenas 20%.

O SR. DEPUTADO FLÁVIO MARCÍLIO — Vinte por cento da escolha dos candidatos.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Revolução é um princípio democrático. Não entendo mais nada, mas vamos continuar.

Cada legenda tem o seu instituidor. Os instituidores e que vão indicar os candidatos de cada sublegenda para proposta geral.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — A proporção na escolha dos Deputados para Deputação Estadual tem que ser de 10%.

(Novo tumulto, impossível apanhamento taquigráfico).

Quer dizer, 3 candidatos foram escolhidos. Um com 20%, outro com 25% e outro, ainda, com 25%. Vai haver uma pequena convenção. Para usar a expressão de V. Exa. uma mini-convenção como apoiando Pedro Paulo Macedo, vão constituir essa convenção.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Esses candidatos é que passam a responder, nos termos do projeto, por todos os atos complementares. Desde que o candidato já então é escolhido, então a sublegenda parte do candidato e não o candidato da sublegenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Vamos suspender a sessão por 10 minutos e o Senhor Relator, os Deputados Rui Santos e Muriilo Badaró, darão a redação final.

A sessão é suspensa às 11,30 horas e, reaberta às 12,00 horas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Tem a palavra o nobre Relator, para dar o seu parecer sobre os destaques.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Sr. Presidente, primeiramente, desejo chamar a atenção dos meus eminentes colegas, Deputados Flávio Marcílio, Ruy Santos e Cid Sampaio, para este ponto.

O art. 3º e o art. 4º do substitutivo, pelos entendimentos havidos, passam a ter a seguinte redação:

(Lê-se)

"Art. 3º As Convenções a que alude o artigo anterior serão realizadas, sob a Presidência, respectivamente, do Juiz do Tribunal Regional Eleitoral, do Juiz Eleitoral da Seção, ou de representante indicado pela Justiça Eleitoral.

§ 1º Nas reuniões, serão indicados os candidatos a Governador e Prefeito, obedecendo as seguintes normas:

a) presença de mais da metade dos Convencionais;

b) número mínimo de 10% (dez por cento) dos Convencionais para aquelas eleições;

c) votação secreta.

Art. 4º — Serão indicados os nomes indicados...

Continua a ler:

Art. 4º Serão indicados os nomes...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Sr. Presidente,

antes de V. Exa. realizar a votação,

faço questão de pedir ar aos nobres

Deputados Cid Sampaio e Ruy Santos

se estão de acordo com a redação.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS

— Sr. Presidente, faço questão de

deixar bem claro que estou zelando

pela minoria.

Eu S. Exa., o nobre Relator, que

a indicação para o voto proporcional

e para tantos lugares.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Está assim redigido:

(Lê)

"Para efeito da escolha dos ... verificada na votação obtida, por cada uma delas."

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS

— E' preciso unir esse número aque-

le outro dispositivo — que o número

de vagas a preencher e mais 100%.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — E' o número de lugares.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS

— Sou maioria, mas estou zelando

pelos interesses da minoria. Quanto

a maioria, estou tranquilo. Lá tudo

funciona. Não tenho malena.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO — (Relator) — Concordo em

que eu tire o nome de vagas e diga

— lugares?

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS

— Bem, o § 2º diz: (Lê).

O que é que eu quero zelar pela

minoria da convenção.

(O Sr. Presidente soca as campanhas).

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO — O § 2º e 3º dizem: (Lê).

O assunto já está suficientemente

esclarecido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Pego a atenção

dos Srs. O assunto está em votação.

Os Srs. que concordam com o Sen-

hor Relator queiram permanecer

sentados. (Pausa).

Está aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Fica suspensa a

sessão e marcada uma outra para as

três horas. Peço aos companheiros

chegarem às 2,30 horas.

Está suspensa a sessão.

(Levanta-se a Sessão às 12,30 nu-

tas).

4ª REUNIÃO, REALIZADA EM 21

DE MAIO DE 1968, ÀS 15 HORAS.

As quinze horas do dia vinte e um

do mês de maio do ano de mil nove-

centos e sessenta e oito, presentes os

Senhores Senadores Manoel Villaga,

Presidente, Wilson Gonçalves, Alvaro

Maia, Luiz de Barros, Fernando Cor-

reia, Dylton Costa e Milton Menezes

e os Senhores Deputados Muriilo Ba-

daró, Flávio Marcílio, Raimundo

Bruto, Hamilton Prado, José Sally,

Amaral de Souza e Raimundo Pa-

rente, reúne-se a Comissão Mista do

Congresso Nacional incumbida do es-

tudo e parecer sobre o Projeto de Lei

nº 15, de 1968 (CN), que institui o

sistema de sublegendas e dá outras

providências, na Sala da Comissão de

Finanças do Senado Federal.

E' lida e sem debates aprovada a

ata da reunião anterior.

Em prosseguimento à discussão e

votação das subemendas e destaques

apresentados, são aprovadas as sub-

emendas de ns. 3 a 14 e o destaque

à emenda nº 64 de autoria do Sen-

hor Senador Wilson Gonçalves, com

nova redação. Todos os demais des-

taques e subemendas são rejeitados.

Finalmente, o Senhor Senador Ma-

noel Villaga agradece a participação

de todos, designa o Senhor Relator

e os Senhores Senador Milton Menezes e Deputados Muriilo Badaró para a redação final e determina que os documentos taquigráficos desta reunião sejam publicados em anexo a presente ata.

Nada mais havendo a tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, Manoel Cavalcanti Melo Junior, a ata e a que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA, INCUMBIDA DO ESTUDO E PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 15, DE 1968 (CN), QUE "INSTITUI O SISTEMA DE SUBLEGENDAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS", ÀS 14 HORAS E 20 MINUTOS DO DIA 21 DE MAIO DE 1968.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Há número legal. Está aberta a sessão.

Passaremos agora ao destaque nº 17, de autoria do nobre Deputado Alves Macedo, sobre a Emenda nº 39, emenda relativa ao art. 5º Sobre este artigo há três emendas e todas são coincidentes sobre de prazo.

Pediria ao nobre Relator lesse o artigo 5º do substitutivo. Depois passarei a ler as emendas.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — (Lê o art. 5º do substitutivo)

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Lerei agora a Emenda nº 39, do nobre Deputado Alves Macedo: (Lê)

Imprima-se ao art. 5º e a seu parágrafo único a redação seguinte:

Art. 5º A convenção partidária para escolha dos candidatos será realizada, no máximo, até 90 (noventa) dias antes do término do prazo para seu registro perante a Justiça Eleitoral.

Parágrafo único As convenções serão constituídas na forma prevista na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 4.700, de 15-VII-65), devendo o representante da Justiça Eleitoral, que as presidir, determinar o fornecimento de cópia autêntica da respectiva ata, dentro de 24 (vinte e quatro) horas após a convenção sob pena de apreensão dos livros pela Justiça Eleitoral.

Do que ouvimos tenho a assinalar o Destaque nº 47, que dá uma modificação de redação quando fala nos prazos estabelecidos em Cartório, para 18 horas em vez de 24 horas.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — V. Exª me permite uma interrupção? Não é isso. Há uma diferença.

O destaque quer que o prazo de 90 dias seja a partir da data da eleição.

Dilata-se o prazo para 120 dias.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Vou ler aqui. Aquela

combinado nas duas Emendas sobre o

art. 15 tem, no texto do Substitutivo,

uma diferença. E' diferente para que

não seja muito próximo ao prazo de

registro, para dar aos candidatos tem-

po para promover a defesa dos seus

companheiros, a propaganda eleitoral,

todos os trâmites necessários, no caso

de Prefeito, Deputado Estadual Ve-

reador; evidentemente uma sublegenda

em organização para campanha

eleitoral não pode ficar sujeita a uma,

duas, três ou quatro semanas apenas.

Isso pode acontecer na Guanabara,

mas nos Estados maiores como São

Paulo, Minas Gerais, não.

Essa emenda fez de acordo com

deputados da bancada do Amazonas e

outros Estados visando essa dificul-

dade dos Estados grandes de atingir-se

o interior.

Em Goiás, por exemplo, um depu-

tado leva às vezes, 68 dias para atin-

gir determinadas zonas. Este é o es-

pirito, da emenda; que a Convenção

tenha 90 dias antes do prazo.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS

(sem microfone) ..... mas o ar-

tigo redigido e vitorioso de amanhã,

menção que a Convenção já esco-



lhe os candidatos desde 180 dias antes, não há razão para o destaque.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Depende do parágrafo único. O Relator pode incorporar ao projeto.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — O Presidente e os subscritores podem imediatamente proceder ao registro, para não procrastinar, já está previsto.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Então retiro o restaque.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Temos dois destaques referentes ao art. 2º e ao art. 5º. No caso do § 3º...

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Sr. Presidente, antes de se focalizar essa emenda ao § 3º do art. 5º, quero verificar como ficou a redação do art. 2º, porque, se não me engano, por esse artigo a Convenção deveria realizar-se dentro de 180 dias e não pelo menos 180 dias antes. Se for dentro dos 180 dias na realidade procede a subsistência do art. 5º porque a partir de 180 dias começará a correr o prazo para que as convenções se realizem dentro de 180 dias, quer dizer, seis meses antes do pleito, começa a correr o prazo para realização da convenção.

E' preciso que se fixe o termo deste prazo. Daí a procedência do disposto no Art. 5º.

De modo que, na realidade, este Art. 5º é necessário para complementar o Art. 2º, a menos que este dispusesse no sentido de que, antes dos 180 dias, já devesse ter se realizado a convenção.

Esta a observação para justificar a sobrevivência do disposto no Art. 5º. No que diz respeito à sublegenda que apresentei, é exatamente para focalizar a hipótese das eleições municipais do corrente ano.

É indispensável que façamos uma previsão mais curta para o término do prazo da convenção, mesmo porque temos ainda que realizar, no corrente ano, o registro, em todo o Brasil, de todos os diretórios municipais. Só depois do registro é que se pode indicar os candidatos a prefeito e vereadores. Daí a razão por que prevê a seguinte redação:

Lê:  
"No caso do § 2º .....  
..... 15-10-68".

Porque pela Legislação Eleitoral, o prazo para registro é de três meses antes do pleito.

Se não houver um dispositivo legal, fixando que esse prazo fica dilatado até 15 de outubro, o Tribunal Eleitoral, mesmo que nesse prazo estabelecido no § 2º se realizem as Convenções municipais e se escolham os candidatos, não terá condições para acorher os registros.

Parece-me que o dispositivo precisa ser mantido, e o § 2º, com as modificações sugeridas.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Que se modifique a expressão, para dentro de 60 dias" ao invés de "180 dias antes da eleição", o que é diferente.

Esse prazo do art. 5º fica limitado a 150 dias, são 60 dias do registro.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Estou propondo exatamente isso. Ficam 30 dias para a realização das Convenções.

Mas, veja V. Exª, se nós formos admitir a exceção como regra, então nós estaremos realizando, com reação aos municípios, uma capitais diminuição.

Quer dizer, nós estamos fazendo uma ablação da competência dos municípios, de escolher seus candidatos.

O SR. RUI SANTOS (sem microfone) — Veja V. Exª o seguinte: de um prazo de 180 dias... Agora, quanto a esta outra parte, o processo...

O SR. HAMILTON PRADO — Então V. Exª está querendo, no corrente ano, exatamente eliminar a competência dos diretórios municipais de escolher seus candidatos. Já não existia mais prazo em função do dispositivo aprovado. É uma questão de fato. Nós já aprovamos isso.

O SR. RUI SANTOS (sem microfone) — O SR. HAMILTON PRADO — De acordo com o § 2º do art. 2º, para as eleições municipais e a se realizar em novembro de 1968 os diretórios municipais substituirão as convenções nas atribuições conferidas a estas, na presente lei".

Então, quer dizer, a exceção é do § 3º: "nos municípios em que não tenham sido constituído Diretório Municipal, a atribuição e criação de sublegenda e indicação de candidaturas, será conferida à Comissão Executiva Regional."

Pois bem, no corrente ano, nos prazos que já foram.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Pediria ao Deputado Hamilton Prado — se V. Exª estiver de acordo — que esta matéria do § 2º do Art. 5º entrasse no Art. 19, que é das disposições transitórias, para a eleição de agora.

E então seria requerido destaque para o Art. 19.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Tem a palavra o Senhor Deputado Hamilton Prado.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Sr. Presidente, concordo em que a subemenda em discussão e relativa ao § 2º do Art. 5º, fique para o art. 19. Apresentarei ao Relator a redação do dispositivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Os Senhores Membros da Comissão que estão de acordo com o parecer do Relator queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado. (Pausa)

Destaque número 19, sobre a Subemenda número 8, que incide sobre o artigo 6º.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Perguntaria à Comissão, quanto ao § 1º, se as disposições da Lei Orgânica dos Partidos não colidiriam com o que ficou resolvido aqui.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Não. As convenções serão constituídas na forma prevista na Lei Orgânica dos Partidos. O que se resolveu aqui é que a convenção, constituída nos termos da Lei Orgânica dos Partidos, decidirá assim, em sublegendas.

Foi o que ficou decidido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Destaque à emenda 108. Temos que seguir a numeração das emendas, ressalvados os destaques.

Os destaques sobre o artigo 5º já estão aprovados.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Se fizéssemos assim: De acordo com esta lei...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO — (Relator) — Eu darei a redação de acordo com a Lei Orgânica.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — (Lendo)

"Art. Quando houver eleição de Delegado à eleição de Convenção Regional, verifica-se a existência de 20% no mínimo, de opiniões divergentes..."

A emenda e o destaque dizem respeito ao artigo 6º do Projeto, quando houver eleição para o Senado. O destaque está prejudicado.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Há emendas absolutamente pertinentes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Passemos aos destaques ao artigo 7º que tem a seguinte redação:

"Nas eleições para a Câmara dos Deputados e Assembleias Legislativas, cada Partido poderá registrar tantos candidatos quantos os lugares a preencher mais sessenta por cento (60%), e, nas eleições para as Câmaras Muni-

cipais, mais cem por cento (100%)".

Há quatro pedidos de destaque para esse artigo.

O primeiro deles é do Senhor Senador Wilson Gonçalves.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Senhor Presidente, a minha emenda dizia o seguinte:

"Nas eleições proporcionais..."

Isto apenas para não se colocar a expressão:

"... para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa..."

E' uma expressão mais enxuta.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO — (Relator) — Há uma subemenda também destacada do Senhor Deputado Murilo Badaró, que diz o seguinte:

(Procede à leitura da Subemenda)

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Tem a palavra o Senhor Deputado Murilo Badaró.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — O espírito que predomina neste destaque, nesta subemenda é o de atender a filosofia do projeto.

Não tem sentido entregar-se aos Diretórios Regionais, ou às Comissões Executivas, esse percentual para a formação de chapas. Isto constitui atributo específico da Convenção Partidária, que dela não deve ser tirado.

Assim, não se deve abrir exceção, nem para o Diretório Regional nem para outro qualquer Diretório. O espírito do projeto é esse. O de que se precisa é dar uma filosofia unitária ao projeto.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Senhor Presidente por um dever de lealdade para com os meus companheiros de Comissão, devo dizer que esse dispositivo foi pedido pela Direção Partidária.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Continua em discussão. Concedo o palavra ao Senhor Relator.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Senhor Presidente, as questões que aqui tem havido, maigrado as inspirações de todas essas modificações introduzidas pelo meu substitutivo, tenho, que me curvar à vontade da maioria. Estou de acordo, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Passa-se à votação do destaque do Senhor Deputado Murilo Badaró.

Submeto à votação. Quem estiver de acordo com o Senhor Relator, queira se pronunciar.

Destaque de autoria do Senhor Deputado José Saly.

Solicito ao Senhor Relator para proceder à leitura do artigo 7º, § 2º do substitutivo.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — (Lê)

§ 2º Havendo sublegendas cada uma concorrerá com lista autônoma com um número de candidatos proporcional aos votos recebidos na convenção e o acréscimo previsto neste artigo será distribuído entre elas, ainda proporcionalmente, cabendo a sobre se houver, à sublegenda nº 1".

O SR. JOSE SALLY — Não desejo lista autônoma para cada sublegenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Em discussão.

O SR. DEPUTADO JOSE SALLY — Irei apresentar subemenda que conciliará essa matéria com o que votamos, pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Vou ler, mais uma vez, para os Srs. Membros da Comissão, os §§ 2º e 3º do Artigo 7º.

(Lendo):

§ 2º Havendo sublegendas, cada uma concorrerá com lista autônoma com um número de candidatos proporcional aos votos recebidos na convenção e o acréscimo previsto neste artigo será dis-

tribuído entre elas, ainda proporcionalmente, cabendo a sobre se houver, à sublegenda número 1".

§ 3º E' lícito a qualquer das sublegendas não constituir a sua lista com o total dos candidatos a que tem direito, nos termos do parágrafo anterior, podendo reduzir o número de seus candidatos, conforme for de sua conveniência."

São esses dois destaques que estão em discussão. (Pausa).

Com a palavra o nobre Deputado José Saly.

O SR. DEPUTADO JOSE SALLY — As sublegendas deviam todas ser agrupadas numa chapa única, fazendo-se, então, a soma de todas as três sublegendas.

Na oportunidade tive o apoio da Liderança e do Relator e, por isso, subscrevi a emenda do Deputado Hamilton Prado. Espero que meus nobres Pares a apoiem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Não havendo nenhum Membro da Comissão que queira discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Sr. Presidente, vou ler o que ficou aqui aprovado pela manhã, o que talvez esclareça melhor o pensamento dos nobres Deputados José Saly e Flávio Marçílio.

(Lê):

"§ 2º do art. 4º: Para efeito da escolha dos candidatos, serão atribuídos a cada sublegenda que se organizar... na votação obtida por cada uma delas".

O SR. DEPUTADO JOSE SALLY — Mas a soma de todas as sublegendas foram de uma só chapa e acrescentar ainda mais, de acordo com o Deputado Amaral de Souza, a qualquer dela é lícito; não apresenta...

O SR. DEPUTADO AMARAL DE SOUZA — O nobre Relator, veja que o artigo 6 trata das eleições proporcionais. De modo que o artigo 7 é que tem os dispositivos referentes à soma das sublegendas. Entendo que a redação ficaria mais correta se as conservasse o § 2º e o § 3º, como se encontra. Agora naturalmente irão receber outro número porque o nobre Deputado apresentou uma emenda, não?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Mas ela morreu; ela caiu.

O SR. DEPUTADO AMARAL DE SOUZA — Nobre Relator, entendo, salvo melhor juízo, deveremos conservar a redação que apresento na minha emenda, que embora política, não deixa dúvida sobre o problema, disciplinando a eleição.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Se a Comissão aprovar a subemenda José Saly, não tenho dúvida em colocar como parágrafo 1º do artigo 7º.

Vou ler a subemenda do Deputado José Saly:

"Havendo sublegendas, cada uma concorrerá com seu candidato, em lista autônoma, ficando assegurado aos seus instituidores, a indicação proporcional dos seus candidatos a cargo legislativo para o devido registro na legenda partidária".

Agora, vamos ler a do Deputado Amaral de Souza:

"Havendo sublegenda, nos termos do artigo 10, cada uma concorrerá na legenda do Partido na eleição para a Câmara Federal, Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores, com o número de candidatos proporcional aos votos recebidos na Convenção. E o acréscimo previsto neste artigo será distribuído entre eles, e ainda proporcionalmente, cabendo as

tribuído entre elas, ainda proporcionalmente, cabendo a sobre, se houver, à sublegenda número 1".

§ 3º E' lícito a qualquer das sublegendas não constituir a sua lista com o total dos candidatos a que tem direito, nos termos do parágrafo anterior, podendo reduzir o número de seus candidatos, conforme for de sua conveniência."

São esses dois destaques que estão em discussão. (Pausa).

Com a palavra o nobre Deputado José Saly.

O SR. DEPUTADO JOSE SALLY — As sublegendas deviam todas ser agrupadas numa chapa única, fazendo-se, então, a soma de todas as três sublegendas.

Na oportunidade tive o apoio da Liderança e do Relator e, por isso, subscrevi a emenda do Deputado Hamilton Prado. Espero que meus nobres Pares a apoiem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Não havendo nenhum Membro da Comissão que queira discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Sr. Presidente, vou ler o que ficou aqui aprovado pela manhã, o que talvez esclareça melhor o pensamento dos nobres Deputados José Saly e Flávio Marçílio.

(Lê):

"§ 2º do art. 4º: Para efeito da escolha dos candidatos, serão atribuídos a cada sublegenda que se organizar... na votação obtida por cada uma delas".

O SR. DEPUTADO JOSE SALLY — Mas a soma de todas as sublegendas foram de uma só chapa e acrescentar ainda mais, de acordo com o Deputado Amaral de Souza, a qualquer dela é lícito; não apresenta...

O SR. DEPUTADO AMARAL DE SOUZA — O nobre Relator, veja que o artigo 6 trata das eleições proporcionais. De modo que o artigo 7 é que tem os dispositivos referentes à soma das sublegendas. Entendo que a redação ficaria mais correta se as conservasse o § 2º e o § 3º, como se encontra. Agora naturalmente irão receber outro número porque o nobre Deputado apresentou uma emenda, não?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Mas ela morreu; ela caiu.

O SR. DEPUTADO AMARAL DE SOUZA — Nobre Relator, entendo, salvo melhor juízo, deveremos conservar a redação que apresento na minha emenda, que embora política, não deixa dúvida sobre o problema, disciplinando a eleição.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Se a Comissão aprovar a subemenda José Saly, não tenho dúvida em colocar como parágrafo 1º do artigo 7º.

Vou ler a subemenda do Deputado José Saly:

"Havendo sublegendas, cada uma concorrerá com seu candidato, em lista autônoma, ficando assegurado aos seus instituidores, a indicação proporcional dos seus candidatos a cargo legislativo para o devido registro na legenda partidária".

Agora, vamos ler a do Deputado Amaral de Souza:

"Havendo sublegenda, nos termos do artigo 10, cada uma concorrerá na legenda do Partido na eleição para a Câmara Federal, Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores, com o número de candidatos proporcional aos votos recebidos na Convenção. E o acréscimo previsto neste artigo será distribuído entre eles, e ainda proporcionalmente, cabendo as

tribuído entre elas, ainda proporcionalmente, cabendo a sobre, se houver, à sublegenda número 1".

§ 3º E' lícito a qualquer das sublegendas não constituir a sua lista com o total dos candidatos a que tem direito, nos termos do parágrafo anterior, podendo reduzir o número de seus candidatos, conforme for de sua conveniência."

São esses dois destaques que estão em discussão. (Pausa).

Com a palavra o nobre Deputado José Saly.

O SR. DEPUTADO JOSE SALLY — As sublegendas deviam todas ser agrupadas numa chapa única, fazendo-se, então, a soma de todas as três sublegendas.

Na oportunidade tive o apoio da Liderança e do Relator e, por isso, subscrevi a emenda do Deputado Hamilton Prado. Espero que meus nobres Pares a apoiem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Não havendo nenhum Membro da Comissão que queira discutir a matéria, concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Sr. Presidente, vou ler o que ficou aqui aprovado pela manhã, o que talvez esclareça melhor o pensamento dos nobres Deputados José Saly e Flávio Marçílio.

(Lê):

"§ 2º do art. 4º: Para efeito da escolha dos candidatos, serão atribuídos a cada sublegenda que se organizar... na votação obtida por cada uma delas".

O SR. DEPUTADO JOSE SALLY — Mas a soma de todas as sublegendas foram de uma só chapa e acrescentar ainda mais, de acordo com o Deputado Amaral de Souza, a qualquer dela é lícito; não apresenta...

O SR. DEPUTADO AMARAL DE SOUZA — O nobre Relator, veja que o artigo 6 trata das eleições proporcionais. De modo que o artigo 7 é que tem os dispositivos referentes à soma das sublegendas. Entendo que a redação ficaria mais correta se as conservasse o § 2º e o § 3º, como se encontra. Agora naturalmente irão receber outro número porque o nobre Deputado apresentou uma emenda, não?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Mas ela morreu; ela caiu.

O SR. DEPUTADO AMARAL DE SOUZA — Nobre Relator, entendo, salvo melhor juízo, deveremos conservar a redação que apresento na minha emenda, que embora política, não deixa dúvida sobre o problema, disciplinando a eleição.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Se a Comissão aprovar a subemenda José Saly, não tenho dúvida em colocar como parágrafo 1º do artigo 7º.

Vou ler a subemenda do Deputado José Saly:

"Havendo sublegendas, cada uma concorrerá com seu candidato, em lista autônoma, ficando assegurado aos seus instituidores, a indicação proporcional dos seus candidatos a cargo legislativo para o devido registro na legenda partidária".

Agora, vamos ler a do Deputado Amaral de Souza:

"Havendo sublegenda, nos termos do artigo 10, cada uma concorrerá na legenda do Partido na eleição para a Câmara Federal, Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores, com o número de candidatos proporcional aos votos recebidos na Convenção. E o acréscimo previsto neste artigo será distribuído entre eles, e ainda proporcionalmente, cabendo as

tribuído entre elas, ainda proporcionalmente, cabendo a sobre, se houver, à sublegenda número 1".

§ 3º E' lícito a qualquer das sublegendas não constituir a sua lista com o total dos candidatos a que tem direito, nos termos do parágrafo anterior, podendo reduzir o número de seus candidatos, conforme for de sua conveniência."

São esses dois destaques que estão em discussão. (Pausa).

Com a palavra o nobre Deputado José Saly.

sobras, se houver, a sublegenda número 1.

§ 2º É lícito a qualquer das sublegendas não concorrer com o total de candidatos a que tem direito...

Ma atende à emenda José Saly, não colide com esta emenda.

Aceito a subemenda Amaral de Souza para ser colocada como parágrafo 1º e 2º do artigo 7º.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — O Sr. Relator aceita a subemenda Amaral de Souza.

Os Srs. Membros da Comissão que aprovam a subemenda Amaral de Souza, queiram permanecer sentados. (Pausa).

Está aprovada.

Destques ao artigo 8º. As subemendas ao artigo 8º estão prejudicadas.

Destques ao artigo 9º do substitutivo.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — É a seguinte a redação do Artigo 9º do Substitutivo: (Lê):

Art. 9º O registro dos candidatos do Partido incluindo as sublegendas, se houver, será requerido pelo Presidente do Diretório Estadual ou Municipal, na forma da lei e das Instruções da Justiça Eleitoral.

§ 1º Os honorários de propaganda política serão distribuídos, igualmente entre as sublegendas, cabendo aos Delegados Especiais de cada uma organizar a participação idêntica de todos os candidatos.

§ 2º O Fundo Partidário será distribuído dentre as sublegendas que concorrem à eleição.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Sobre a mesa dois destaques, que serão lidos.

(Procede-se à leitura de destaques).

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Sr. Presidente, apenas, queria fixar bem meu pensamento. Não se trata propriamente dessa emenda minha, é que surgiram, depois, outros aspectos que me parece essenciais.

Acho fundamental que, sendo atribuído um prazo para o Presidente do Diretório, para registro dos candidatos de sublegendas, seja dado, dentro desse prazo, um período aos instituidores das sublegendas, para que o façam, caso o Presidente do Diretório não cumpra o seu dever.

É divergia das penalidades aplicadas no substitutivo, porque entendia que o que é fundamental é que se dê o registro e não que se apliquem penas pecuniárias ou de prisão ao Presidente desidioso.

O que eu entendo, também, fundamental é que, ao se dar aos instituidores da sublegenda o direito de requerer, em caso de recusa do Presidente do Diretório, se permita que ele solicite à Justiça Eleitoral cópia da ata, que pode ser também negada pelo Presidente. São os dois pontos fundamentais.

A redação poderá ficar a cargo do nobre Relator.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — O instituidor da sublegenda, para requerer, é preciso que o presidente não cumpra com o seu dever.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Dentro do prazo para registro, se o presidente não requerer, se ele não cumprir o seu dever, então, o restante do prazo será utilizado pelos instituidores para requerer. Nessa hipótese, aplica-se o preceito do Código de Processo Civil. O Juiz requisitará uma cópia da ata, porque como é que podemos apresentar cópia da ata se o presidente recusa até registro de candidato? Então, o instituidor da sublegenda requer o registro e solicita que seja enviada pela

autoridade eleitoral a cópia da ata para fundamentar o requerimento.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Qual seria o prazo?

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Sugeria o prazo de 5 dias, pelo menos. Mas julgo que essa medida só deve ser aplicada para o presidente desidioso, porque dele é o comando. E se ele não estiver à altura do cargo, então, há prejuízo para aquela sublegenda. Este o meu ponto de vista.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Três dias será o suficiente, mesmo porque o prazo terminará praticamente no quinto mês do pleito eleitoral. Consequentemente, ainda sobram para o Presidente de Diretório, sessenta dias para proceder ao registro da chapa. É justo, portanto, que se reservem aos componentes da crapa, 15 dias, pelo menos, antes do término desse prazo. Mesmo porque, juntamente com o pedido de registro, além da ata, ainda é preciso ser encaminhada para exame do Tribunal Eleitoral toda a documentação dos três candidatos. Por isso eu opinaria com o ponto de vista do Deputado Ruy Santos.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Tendo em vista todos esses processamentos é que se havia estabelecido o prazo de três dias.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — A subemenda, ou seja, aquela referente à eventualidade de não ter o candidato conseguido a cópia da reunião em que se fez o registro, ou em que a mesma lhe tenha sido negada, se pode acrescentar, como § 2º:

"Se o presidente do diretório se recusar a entregar a cópia autêntica, a que se refere o mesmo... a cópia autêntica da ata virgula será facultado ao candidato requerer..."

Não é isso?

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — É. Requerer.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — "...requerer ao Tribunal a requisição".

E suprime-se a penalidade.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — A penalidade foi aprovada. A penalidade está mantida. Foi aprovada salvo os destaques e não houve destaque. Acho a penalidade boa.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Sendo pena do cargo me parece mais próprio, por ser pena política.

A minha emenda diz assim:

"Sob pena de perda do cargo, o Presidente do Diretório é obrigado a fornecer aos instituidores de sublegendas, ou a seu representante, cópia autêntica da ata a que se refere o parágrafo 1º deste artigo. Em caso de recusa do Presidente, apresentando o requerimento de registro, com essa alegação, a autoridade eleitoral competente requisitará cópia da ata da convenção, para instruir o processo".

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Peço ao nobre Senador Wilson Gonçalves me dê o número dessa emenda.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — 64.

Minha emenda se refere a dois parágrafos. A do parágrafo 2º já está resolvido. É para aumentar o prazo para 10 dias, para registro de candidatos.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Isso, eu darei a redação.

Então, Sr. Presidente, a matéria está posta nestes termos: aprova-se o artigo 9º, aprova-se o parágrafo 1º e o parágrafo 2º, com as alterações da emenda 64 do nobre Senador Wilson

Gonçalves, por sua vez modificada por sugestões dos Deputados Ruy Santos e Hamilton Prado. Está bem assim?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flávio Marcílio) — Os que concordam com as alterações propostas, queiram conservar-se sentados. — (Pausa).

Aprovadas.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Art. 10 do Substitutivo: (Lê)

"No pedido de registro de candidatos serão indicados até seis delegados especiais, em número igual para cada sublegenda."

Já foi resolvido. (Pausa.)

Art. 11 (Lê)

"As sublegendas serão assegurados os mesmos direitos que a lei concede aos Partidos Políticos, no que se refere ao processo eleitoral, especialmente quanto à propaganda política através da rádio e da televisão, fiscalização das mesas receptoras, juntas apuradoras e demais atos da Justiça Eleitoral".

Parece-me haver uma subemenda a respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flávio Marcílio) — É a Emenda número 67, para destaque do art. 11, da seguinte maneira: (Lê).

"Art. 11. As sublegendas serão assegurados os mesmos direitos que a lei concede aos Partidos políticos, no que se refere ao processo eleitoral, especialmente quanto à propaganda política através do rádio e de televisão, fiscalização das mesas receptoras, juntas apuradoras e demais atos da Justiça Eleitoral."

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Mas a sublegenda existe.

(Trocam-se apartes simultâneos)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flávio Marcílio) — Como não está presente o autor do destaque vou pô-lo em discussão; a matéria será posta em discussão.

O art. 11 da sublegenda será escolhido pelo Substitutivo. Quanto à emenda ao art. 11, a emenda não pode fixar a redação do substitutivo. Porque a redação do substitutivo está melhor porque especifica aquilo que está com o texto exato da emenda.

Aquêles que estão de acordo com o Substitutivo, queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Destaque de subemenda ao art. 14. O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Sr. Presidente, o artigo 12 do Substitutivo, ao qual foi apresentado o destaque, a meu ver, deve ser parágrafo do artigo 11 que diz respeito aos direitos da sublegenda, e o outro, além dos Delegados Especiais, cada legenda poderá credenciar fiscais etc., etc.

É um direito que ela tem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flávio Marcílio) — Se o Senhor Relator estiver de acordo...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Flávio Marcílio) — Está aprovado.

Destaque à subemenda nº 12, de autoria do nobre Deputado Hamilton Prado, mandando substituir o inciso pelo seguinte:

"Substitua-se o § 4º como está pela Emenda nº 80, segunda parte."

Tem a palavra o Sr. Deputado Hamilton Prado.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO (Falando inicialmente fora do microfone) — ... me parece eminentemente injusta, sobre ser, de certa forma, injurídico. Sempre a tradição, nesse terreno, foi a de que, desde que se verifica empate de candidatos no executivo, há repetição da

eleição. Mesmo porque a eleição é direta e, se a eleição é direta, só pode ser feita através do voto.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Pela própria legislação eleitoral, o princípio do mais idoso está de pé.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Vê V. Exa. que a Emenda nº 80 considera que, nas eleições majoritárias, havendo empate entre candidatos diferentes, a eleição será nula e haverá nova votação. Parece-me que isso consulta mais à Justiça.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator)

Art. 14. Nas eleições em que houver sublegendas, somar-se-ão os votos dos candidatos do mesmo Partido.

§ 1º Nas eleições para o Senado em que houver sublegendas, a soma a que se refere este artigo, far-se-á em relação a cada vaga.

§ 2º Se o partido vencedor tiver adotado sublegenda, considerar-se-á eleito o mais votado dentre os seus candidatos." (Ininteligível)

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS (Ininteligível — Fora do microfone.)

O SR. DEPUTADO AMARAL DE SOUZA.

(Ininteligível — Fora do microfone)

O Partido que demonstrou maior expressão eleitoral não tem o seu Prefeito ou governador escolhido, porque o outro é mais idoso. O critério usado é o critério que só ocorre em última análise.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. RELATOR — Sr. Presidente, vou pôr o problema nos termos em que o colocou a discussão. Quanto ao caput do artigo, não há a menor dúvida. Quando ao § 1º, também não há a menor dúvida, isto é, em face de dois candidatos do mesmo partido. Toda discussão se resume em torno do § 4º, que hoje é terceiro, isto é, se o empate se verificar entre dois candidatos de partidos diferentes, será escolhido, ou melhor considerado eleito o mais idoso ou o do partido que elegeu o maior número de representantes para os órgãos legislativos.

O SR. ALVES DE MACEDO (sem microfone).

Sr. Presidente, ou sou da opinião que deve ser mantida a redação do § 4º do Art. 14 do Substitutivo.

Diz o § 4º — Se o empate ocorrer entre candidatos de Partidos diferentes, será considerado eleito e do Partido que elegeu maior número de representantes para o órgão legislativo...

Evidentemente este parágrafo faz referência exclusiva ao candidato para o Executivo, e não mais se trata de eleições proporcionais. O que se prevê aqui é exatamente isso.

... "Correspondente e, persistindo, o mais idoso".

É óbvio, é manifesto que esse dispositivo faz referência a cargo do Executivo. Então se estabelece a regra — se o Partido daquele candidato elegeu maior número de candidatos para o órgão legislativo correspondente. É lógico que essa regra encontra os princípios da nossa Constituição porque, em última análise, destrói um aspecto da eleição majoritária com o voto popular. Ela é justamente o contrário de uma disposição legal, e transfere o benefício da vitória não ao órgão preciso que poderia, numa segunda eleição, comprovar a maioria dos votos...

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Na eleição proporcional há um apoio maior do eleitorado do Partido.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO — (Relator) — Não há ter-

ceira posição. Há duas posições, apenas.

Agora, V. Exa. vota com isenção. Aliás, seus argumentos são ponderáveis e respeitáveis. Estou compreendendo perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Vou colocar em votação.

Como os pontos de vista são divergentes, vou pedir ao secretário que faça a chamada.

Quem estiver de acordo com o parecer do Relator, responderá sim.

O SR. WILSON GONÇALVES — Acontece o seguinte: somam-se os votos da ARENA e do MDB. Então, a redação seria: "quando houver empate nas sublegendas de partidos diferentes, estará eleito..."

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Consulto se a redação que dei aqui atende à sua sugestão:

"Se o empate ocorrer entre as somas de votos de partidos diferentes..."

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Somados os votos dos candidatos, será considerado vencedor o partido que tiver...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Então nobre Senador Wilson Gonçalves, proponho a seguinte redação:

"Se o empate ocorrer, entre a soma dos votos das sublegendas de partidos diferentes, será considerado vencedor o partido que eleger maior número de representantes para o ano legislativo correspondente, e, persistindo, o mais idoso."

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Em votação o parecer do Relator com a modificação ultimamente feita por S. Exa.

Os que estiverem de acordo com o Relator responderão SIM; os que estiverem contra, NÃO.

(Procede-se à votação.)

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO — (Relator) — Vou ler a descrição do art. 16 conforme consta do Substitutivo: (Lê).

"Art. 16. A filiação partidária regula-se, no que for aplicável, pelo parágrafo único do art. 88 do Código Eleitoral. (Lei número 4.737, de 15 de julho de 1955) observando o seguinte:

1 — Nas eleições federais e estaduais, o candidato deverá ser filiado ao partido na circunscrição em que concorrer pelo prazo de 1 (um) ano anterior ao pleito;

II — nas eleições municipais pelo prazo de 6 (seis) meses também anterior ao pleito;

§ 1º Para os candidatos que já exerceram qualquer mandato eletivo em que já tenham filiação partidária, o prazo para mudança de partido será de 2 (dois) anos.

§ 2º Nas eleições municipais a serem realizadas em novembro de 1968, o prazo estabelecido no inciso II será de 60 (sessenta) dias.

§ 3º Para os candidatos com idade 21 anos e para aqueles cuja elegibilidade esteja condicionada em virtude do exercício da função pública, os prazos estabelecidos nos incisos I e II ficam reduzidos à metade.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Vou ler todos os destaques sobre o assunto porque a discussão pode ser feita em conjunto:

— "1º Destaque: A emenda 55, de autoria do Deputado Alvaro Macêdo, que manda reduzir o prazo de 12 para 6 meses".

— "2º A emenda nº 94, do nobre Deputado Ernesto Valente, que dá a seguinte redação: É obrigatória a fi-

liação partidária, pelo menos 6 meses antes das eleições, para os candidatos a postos eletivos.

§ 1º A inscrição...

§ 2º Para as eleições municipais...

— Subemenda, de autoria do nobre

Deputado Murilo Baderó:

"De-se aos itens 1 e 2, do art. 16,

a seguinte redação:

Nas eleições federais...

Ainda do Deputado Murilo Baderó:

Parágrafo — Na falta de forma-

ção de outras instituições partidá-

rias...

Pedido de destaque do Sr. Senador

Wilson Gonçalves que elimina do

art. 16, § 3º, do substitutivo a ex-

pressão:

"... e para aqueles cuja ele-

gibilidade esteja condicionada em

virtude do exercício de função

pública..."

Destaque para a Emenda nº 92 de

autoria do Sr. Senador Rui Palmeira:

"Substitua-se o parágrafo único

do art. 16, par.

Para as eleições municipais a

se realizarem no dia 15 de novem-

bro de 1968, poderão candidatar-

se os cidadãos filiados ao partido

até a data de inscrição na Justiça

Eleitoral..."

Destaque do Sr. Deputado Hamil-

ton Prado:

"... as eleições a realizar-se

em novembro de 1968."

Lidos os destaques, está o assunto

em discussão.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS

— Sr. Presidente, pediria a V. Ex-

celência que separe os destaques,

porque uns aumentam e outros re-

duzem. O destaque do Sr. Deputado

Hamilton Prado e apenas quanto a

redação. Assim, o que deve ser sub-

metido a discussão, são os destaques

que reduzem ou aumentam o prazo.

O SR. PRESIDENTE — (Senador

Manoel Villaga) — A discussão das

emendas poderá ser feita em conjun-

to, embora na votação como se refe-

re a eleição municipal e federal, fa-

ça-se o destaque.

Em discussão todos os destaques.

O SR. DEPUTADO FLÁVIO MAR-

CILIO — Sr. Presidente, peço a pa-

lavra.

O SR. PRESIDENTE — (Senador

Manoel Villaga) — Tem a palavra o

Sr. Deputado Flávio Marcílio.

O SR. DEPUTADO FLÁVIO MAR-

CILIO — Eu queria apresentar uma

sugestão, no sentido de se consoli-

darem todas as emendas numa orien-

tação única, observados os seguin-

tes itens:

Primeiro, a filiação partidária se-

ria exigida com o prazo de um ano

para todos os casos.

Segundo, ressaltar-se a criação de

novos Partidos.

Criados os novos Partidos o perí-

do seria de um ano. Um ano para

todos, e ressaltado esse ponto, onde

não se aplica essa regra geral.

(Ininteligível)

O SR. PRESIDENTE (Senador

Manoel Villaga) — Com a palavra

o Sr. Senador Wilson Gonçalves.

O SR. SENADOR WILSON GON-

ÇALVES — Sr. Presidente, há um

aspecto que me parece injust.

Para aqueles que têm exercido

mandatos legislativos se exige prazo

de dois anos para ser candidato

partidário. No entanto, se o cidadão

exerce um cargo administrativo o

prazo é de 1 ano.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS

(Sem microfone).

O SR. SENADOR WILSON GON-

ÇALVES — O nobre Deputado não

observou bem a fixação do meu apar-

te. Não é sobre isso. Nessa parte,

estou de pleno acordo. O que não é

razoável é que um ministro de esta-

do tenha prazo de 1 ano para ser mi-

nistro de estado e os deputados e se-

nadores tenham que ter prazo de dois anos. Isso não é justo. O caso é político. Por que é que ele é diferente de nós?

O SR. DEPUTADO FLÁVIO MARCILIO — Um ministro de Estado tem esta implicação de 1 ano e qualquer outro de dois anos. Então acontece o seguinte: um ministro de estado é possível candidato a governador de um determinado estado ou à presidência da república. Ele esyera o prazo e o partido escolhe seu candidato. Então, por que esta vantagem para ele?

Há uma diferença entre filiação partidária e atividade partidária. E nada impede que um ministro de estado seja da ARENA. O Ministro Tarso Dutra é partidário da Arena. Entendo que um Ministro de Estado ou aquele que exerça função pública devia ter dois anos de interregno justamente porque está fazendo aplicação de verbas, e tem todos os trunfos na mão para ser candidato a Presidente da República ou a Governador de Estado. E muitos há nestas condições. Não há por que usar-se, nestes casos, de dois pesos e duas medidas, quando todos devem ser iguais perante a Lei.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — V. Exa. me deve uma conversa muito seria a esse respeito.

O SR. DEPUTADO ALVES DE MACEDO — Sr. Presidente, na justificação da minha emenda 85, acho inconveniente e sobretudo inconstitucional medida.

Inconveniente, porque não posso entender como pudéssemos tratar por maneiras diversas quem quisesse se candidatar. Cada cidadão de acordo com a categoria em que estivesse teria uma maneira diferente de ser tratado. Ao presidente do partido são exigidos 3 meses de filiação. Para ser presidente da ARENA ou do MDB ou de qualquer partido que se queira, a Lei Eleitoral só exige três meses de filiação.

Para ser vereador do mais longínquo município do País são exigidos dois anos. Para os membros do diretório são pedidos três meses. Não posso entender como se pode exigir daquele que tem a responsabilidade partidária — o presidente do diretório —, que vai ter um mandato outorgado pelos membros do diretório exigir desse homem dois anos de filiação partidária. Não posso entender como banir.

O nobre Deputado Raimundo Brito foi meu professor. S. Exa. é jurista. Eu não sou advogado do interior. Evidentemente, não tendo o mérito de S. Exa., entendi "calcado em Themistocles Cavalcanti" que a medida é inconstitucional. Diz Themistocles Cavalcanti, nos seus "Comentários à Constituição" que só são exceções aquelas estabelecidas pela Constituição, e mais nenhuma. E tão-somente para a "de tempo" e para a "de parentesco". De tempo, no exercício dos cargos públicos — só e exclusivamente. Foram as únicas que a Constituição permitira. Não há de tempo na filiação partidária. Há, tão-somente, de parentesco com quem exerce cargos eletivos. Mais adiante diz que, para aumentar os cargos de exceção em inelegibilidade, seria preciso primeiro reformar a Constituição.

Nunca pode a Lei ordinária impor ao exercício da elegibilidade condição nova equivalente, na prática, a exceção nova, diminuindo a extensão constitucional da elegibilidade do cidadão registrado.

O Sr. Themistocles Cavalcanti é Ministro do Superior Tribunal e vai, inclusive, julgar a constitucionalidade ou não dos atos que praticarmos aqui. E' ele quem diz, mais adiante, que entre as inelegibilidades, não figura a condição de registro por partido. Esse registro não é, nem por

interferência, nem por dedução, constitucional.

Veja V. Exa. ele vai adiante e diz que seria um absurdo o poder da lei ordinária diminuir a extensão constitucional da elegibilidade que é o que nós estamos fazendo. Diz mais que o registro é evidência do direito formal.

Então, por uma lei que viesse regulamentar a Constituição seria possível, mas nunca reformar a Constituição ou estabelecendo novas inelegibilidades que e o caso de estabelecendo novas inelegibilidades, que e o caso. Carlos Maximiliano também em "Comentários à Constituição de 1946" estabelece os mesmos princípios para as inelegibilidades acham-se condensados nos artigos tal e tal; não podem ser amplos na lei ordinária, nem nas Constituições Estaduais. — Quer dizer, não são permitidos nem as próprias Constituições Estaduais nem lei ordinária pois se trata de matéria de direito excepcional, regulada minuciosamente pelos Estatuto Supremo.

Ora, o que estamos fazendo, aqui é estabelecendo, nada mais nada menos, do que novas condições de inelegibilidades contrariando os princípios desse nobre jurista. Foi por isso que me animei, Deputado Raimundo Brito, a dizer que a emenda, além de inconveniente, era inconstitucional porque estava dilatando prazos além daqueles que a Constituição previa. Portanto, estabelecendo novas condições de inelegibilidades — por isso cheguei até ao extremo de me animar a dar o prazo máximo que a Constituição permite para inelegibilidades em outros casos...

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Esse extremo tem outro nome que depois eu direi qual é.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Acredito que V. Exa. deve ter feito tudo isso, como jurista que é de renome, de nomeada dentro de outras concepções. O que encontrei foi isso para instruir a minha argumentação de inconstitucionalidade para essa inelegibilidade.

Quanto ao prazo, sou dos que defendem a filiação partidária como princípio. Achei somente essa inconveniente em estabelecer possibilidades de exceções para aqueles casos que V. Exa. não atendeu a tudo e que se encontra no espírito da minha emenda. Estaria, portanto, perfeitamente atendido. No mérito sou favorável a qualquer prazo. V. Excelência deve estar bastante coberto para decidir, como jurista que é.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Um pobre médico da "Voz" deseja apresentar algumas considerações.

Sr. Presidente, aneis da Constituição de 46 existia um registro avulso de candidatos. O indivíduo que estava dentro daquela elegibilidade, dizia apenas: sou candidato. Não precisava registro nem de qualquer outra coisa. Depois de 46 veio a criação dos partidos, com caráter de partidos nacionais, e foram criadas as condições de elegibilidade. Quais as condições? Ser candidato do partido e estar registrado. Mas, na lei eleitoral em vigor, lei essa que foi regulamentada, e, através das decisões do Tribunal Eleitoral, o candidato deverá ser filiado ao partido na circunscrição em que concorrer e pelo tempo em que for fixado nos seus respectivos estatutos.

A lei permitia até que o Estatuto dos Partidos fixasse esse prazo. Ficou estabelecido o princípio da filiação dentro do prazo estabelecido pelos Estatutos Partidários.

De maneira que não vejo absolutamente onde se pode dizer que há inconstitucionalidade, pelo contrário. Não pode haver inconstitucionalidade de maneira nenhuma.

Era isto que eu queria dizer, não há inconstitucionalidade nenhuma. (Muito bem.)



A seguir, vou fixar-me em outro aspecto alegado por aí.

Indiscutivelmente, o dispositivo é moralizador. Quem desejar vir para a vida partidária, venha, mas escote a camisa, o campo em que quer acampar.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Tem a palavra o Sr. Deputado Hamilton Prado.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Sr. Presidente, não contesto a procedência da argumentação feita pelos ilustres juristas invocados pelo Sr. Deputado Alves Macedo, mas sim, a adequação da hipótese do § 1º, aquela focalizada pelos ilustres juristas.

Na realidade, esse parágrafo diz respeito aos candidatos que já exerceram qualquer mandato eletivo, ou que já tenham filiação partidária. Ora, se esses candidatos têm mandato eletivo, consequentemente têm filiação partidária. Por que se obrigar aqueles, com antecedência, a ser do partido onde não estão seus filiados, porque eles continuam elegíveis pelo partido, em que atualmente se encontram? O que se quer impedir com esse dispositivo é exatamente que dentro desse prazo, eles se transfiram de um partido para outro.

Em última análise, o objeto dessa disposição é exatamente o de se fixar a filiação partidária. Porque, como eu disse, com esse dispositivo de se fixar a um partido, ele poderá ser eleito pelo seu partido.

De modo que as hipóteses focalizadas pelos Pareceres invocados, dizem respeito a outros aspectos que não propriamente o desse dispositivo.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Não havendo mais quem queira discutir o assunto, concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR DEPUTADO RAIMUNDO BRITO — O art. 17 do projeto governamental, hoje 16 do substitutivo, é relativo à filiação partidária e foi o que recebeu o maior número de emendas, recebeu treze emendas. Cumpre observar, porém, que dessas treze emendas, doze foram apenas reafirmantes a prazos de filiação, e uma, do nobre Deputado Alves de Macedo — e só essa emenda — que é de n.º 35 — investiu propriamente contra a constitucionalidade do dispositivo, aliás, por sinal, de maneira contraditória, porque, ao passo que considerava constitucional, defendia a modificação do prazo. E eu chamo a atenção dos Deputados Ruy Santos e Flávio Marcellio para este assunto. O que acontece preliminarmente é o seguinte: a emenda confunde casos de inelegibilidade com condição de elegibilidade, que são institutos diferentes, são situações diversas, são hipóteses diversas e que, como tal, foram tratadas na Constituição. Aliás, em nossas Constituições — desde a de 1891, a primeira Constituição republicana. Caso de inelegibilidade é uma coisa, e "condição de elegibilidade" é outra, diferente. O caso de inelegibilidade corresponde à carência, à falta, à ausência de capacidade eleitoral. Condição de elegibilidade é exigência prevista na lei, para que se possa exercer aquela capacidade passiva de ser eleito. E, como condição que é, pode ser suprida.

Portanto, há diferença. As situações são outras.

Henry, no seu "Dictionnaire de Politique Française", denomina: elegibilidade é aptidão de ser eleito; inelegível é a pessoa que não tem o direito de solicitar uma função eletiva.

É necessário, ainda, que em breves palavras, porque o momento não comporta maior desenvolvimento, uma referência, ligeira embora, ao histórico desse dispositivo constitucional.

Na Constituição de 1891, as duas hipóteses, pelo projeto do Governo Provisório, foram previstos no texto: casos de inelegibilidade e condições de elegibilidade. A Comissão dos 21, entretanto, retirou do texto precisamente os casos de inelegibilidade, e deixou as condições. Contra isso bateu-se o constituinte Justiniano Costa, que depois foi até Senador pelo Para, se não me engano. Foi derrotado. Ele e seus companheiros foram derrotados.

Na Constituição de 91 ficaram apenas as condições de elegibilidade. Os casos de inelegibilidade, a Constituição de 91, artigo 97, mandou fossem tratados em lei especial.

Na atual Constituição deu-se o contrário. De certa forma foram previstos casos diversos de inelegibilidade. Por lei complementar foram acrescentadas outras condições de elegibilidade.

A exposição parece-me perfeita e legal.

Portanto, os Srs. Membros da Comissão veem que, na história de nossas Constituições, tem variado a crítica sobre a inclusão ou não inclusão, no texto magno, de condições de elegibilidade e casos de inelegibilidade.

Que acontece no momento? Acontece o seguinte: que já existia a lei vigente aplica com a anuência do Judiciário e servindo até de base à expedição, à decretação de instruções que presidiram, que normalizaram as eleições sucessivas neste país. Não esta, que é o Código Eleitoral e em que já se previu como condição de inelegibilidade, e no caso de elegibilidade, a filiação partidária.

Nestas condições, o problema, a meu ver, se resume no seguinte: é possível, através de lei ordinária se estabelecer caso, condição de elegibilidade. E face à essa exigência da lei complementar? O problema é este.

Preliminarmente, está-se a ver que ao texto Magno não repugna que o assunto seja tratado em lei ordinária, apenas condiciona a exigência da forma de lei especial, de processo legislativo. E' apenas isto.

Agora, a pergunta foi a seguinte: já existindo lei em plena vigência desta Constituição, já existindo lei anterior à esta exigência, estabelecendo uma condição que não se está observando, pergunto: qual interpretação que nós devemos dar? E' considerar nula toda esta lei? E' considerar como inoperante, como inexistente todo o julgamento do Tribunal Eleitoral? Qual o critério que deve presidir a interpretação de lei de caráter público, da disposição constitucional da lei, da disposição do direito público constitucional?

V. Exa. citou Carlos Maximiliano, mas é o próprio Carlos Maximiliano, que na sua conhecida e clássica obra de hermenêutica jurídica explica muito bem que o critério primordial que deve presidir a interpretação, em se tratando de dispositivo de caráter constitucional, é o critério cronológico, é o fim que teve a Lei.

Então, vamos desprezar o critério cronológico, o Partido Político, num país em que a própria Constituição estabelece como base, com cerne, como motivação de sua vida política, o regime partidário?

Como poderemos comparecer perante as urnas se não estivermos filiados? A filiação, hoje, está implícita como diz Luiz Gallotti, muito bem, no julgamento do caso de comunista cassado, a filiação está implícita na vida partidária, porque a vida partidária preside os destinos da República.

O Brasil vive do regime partidário nossa interpretação tem que ser cronológica e de acordo com o sistema da Constituição.

Fora dos partidos não há vida política no Brasil. Consequentemente, nossa interpretação está certa. Por isso mesmo, na redação do substitutivo, não deixei o dispositivo sóto.

Eu o liguei ao Código Eleitoral, dizendo que o artigo 88 do Código Eleitoral aplica ao problema da filiação tais e tais condições. Consequentemente, sendo nossa interpretação que, primeiro já existindo uma lei específica, segundo, que a nossa vida política tem que ser partidária, que a nossa vida política só pode ser dentro dos quadros partidários, eu alterei o substitutivo tranquilamente, malgrado a emenda número 75 do nobre Deputado Alves Macedo.

A Comissão está votando certo. Num sistema político em que os partidos são colocados como condição fundamental para o exercício de função legislativa, em que a Constituição chega a uma absurda disposição até de caráter regulamentar, como que para dar ânimo à existência dos partidos, não podemos recuar para uma interpretação de que essa lei não complementa os dispositivos constitucionais. E' um fato trançoso.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Sr. Presidente, pelas explicações do nobre Deputado Raimundo Brito e pela aula que S. Exa. nos proporcionou e a todos os Membros da Comissão, estou satisfeito, embora, não convencido, porque na minha opinião o remédio seria realmente — estou no mérito, como V. Exa. — a melhor regulamentação da vida partidária. Ocho que os Partidos devem se organizar, os partidos devem representar a média da opinião do povo brasileiro.

O eleitorado brasileiro deve ter legislação adequada. No meu entender deveríamos sair para outro artigo, esta questão de um ou dois anos para mais é a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Desejo comunicar aos Senhores Membros da Comissão, que durante os debates, chegou à mesa uma subemenda que tem a seguinte redação:

(Procede à leitura da subemenda)  
(Filiação Partidária)

"§ 1º Nas eleições municipais a serem realizadas em novembro de 1968... a 15 de novembro de 1969".

"§ 2º Para os candidatos com idade... reduzidos pela metade".

(Ininteligível)

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Sr. Presidente, tenho a impressão de que a proposição não atende à necessidade, porque o prazo por ela previsto estaria terminado praticamente agora, em junho, quando ainda os Partidos não têm sequer organizada a filiação partidária.

Não nos esqueçamos de que a filiação partidária feita no último pleito, em livro próprio, a esta hora inexistente, porque em vários Estados, o Tribunal Regional Eleitoral, como aconteceu em São Paulo, já recolheu essas livros, para considerá-los inexistentes.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS (sem microfone) — Para registro de candidato passou para 60 em 1968.

O SR. HAMILTON PRADO — Um novo parágrafo, mas mantendo a redação desse parágrafo segundo, nas eleições a serem realizadas em novembro de 1968, o prazo estabelecido será de 60 dias.

Então, a emenda seria a seguinte no artigo 19: "Para efeito de execução do tempo neste artigo o prazo para registro dos candidatos a que se refere o artigo 99 do Código Eleitoral, terminará no corrente ano impreterivelmente, às 18 horas de 15 de outubro. Porque, nestas condições, o prazo de 60 dias começará a ser contado de 15 de outubro.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Fica bem no 19, que trata do calendário.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Não, pode ficar esse dispositivo no artigo 19 que trata do calendário.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Estou de acordo. O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Ponho em votação. Os Srs. Parlamentares que o aprovarem queiram permanecer como se acham. (Pausa)

Está aprovado.

Há um destaque do Deputado Murilo Badaró que prevê a hipótese na formação de outra agremiação partidária, reduzindo os prazos a que se refere este artigo, ou seja, dentro de 30 dias, após o registro da agremiação na Justiça Eleitoral.

Passa-se à votação do Requerimento de Destaque n.º 31, à Subemenda n.º 15, do Deputado Hamilton Prado.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — E' o art. 17 do substitutivo:

"Os livros de filiação partidária, abertos e rubricados pelos Tribunais Superiores Eleitorais, Regionais Eleitorais ou Juizes Eleitorais, não estão sujeitos a padronização e serão encerrados em cartório, até a véspera da convenção para escolha do candidato." Propõe as fichas.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Nas eleições do corrente ano.

BRITO (Relator) — Há Estados com um regime excelente, louvável, mas que não está organizado.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Mais uma razão, Sr. Relator. Ainda temos dois anos para as próximas eleições.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Mas não seria dificuldades. Há Estados, como em São Paulo, onde não existe o sistema de fichas.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — A meu ver, na realidade, os livros são um processo, de exceções deste ano, porque vamos assim destruir um sistema estabelecido pela lei orgânica.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — No Brasil nunca houve.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Vamos iniciar com uma precipitação que positivamente nos poderá levar a erro. Quando foi insatuída, o sistema de fichário, foi em função de uma série de fatores indispensáveis.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Através das fichas o Tribunal Eleitoral terá o controle eleitoral filiado ao partido.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Mas quando for, deverá ter, necessariamente, o fundo particular que tem que ser regulamentado. Mas isto não é problema de economia interna; é problema de organização da Justiça Eleitoral no país. Porque senão poderá ser construídas as mesmas falcaturas, os mesmos expedientes, através de alterações de livros de registros nos livros de última hora.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS (Inaudível).

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — O que desejo é que este dispositivo seja restrito para 1968.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Mas creio que a direção partidária poderá mandar ou não, a ficha de registro para o Cartório.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — A ficha relacionada deve ser enviada à Justiça Eleitoral, ao Diretório do Partido que relaciona as fichas e as envia, de acordo com a Lei que organiza a Justiça Eleitoral. E a Justiça Eleitoral, quando recebe as fichas verifica-as controla-as. A meu ver, isso é da maior importância.

Minha preocupação é apenas esta: para as eleições municipais de 15 de novembro de 1968 deverão ser usados os livros de filiação partidária, etc., etc., como está no dispositivo. Somente isto.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator)** — Sr. Presidente, estamos em face de uma questão de fato, não propriamente de uma questão de Justiça. É questão adjetiva, de processo de registro de filiação.

Na Bahia, no Rio Grande do Norte, em Minas Gerais, no Ceará, em outros Estados que não dispõem daquele espírito organizado dos paulistas, nos Estados pobres, nos Estados subdesenvolvidos, adotamos o critério de livro. E tem dado resultados...

Agora, restringir esse regime exclusivamente a 68 paços votos, porque todo Estado tem livro de registro, que é o melhor sistema; mas restringir a 68 no momento...

Propunha a seguinte modificação: enquanto o Tribunal Superior Eleitoral não estabelecer para o registro dos candidatos de todos os Estados um regime de fichas eleitorais, poderão prevalecer os livros de filiação partidária.

**O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES** — Não serão obrigados ao registro, mas daqui por diante estarão valendo. Não podemos anular o passado.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator)** — Já se estava prevendo esse aspecto que, agora, parece transiçãõ na subemenda do Senador Milton Menezes.

A meu ver, o dispositivo além das consequências previstas, vai se prestar a uma fonte inesgotável de vícios.

**O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga)** — Vou colocar em votação.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator)** — Sr. Presidente, nobres Membros da Comissão, pareço que cheguei a uma conclusão: "A multiplicidade do processo de registro e filiação partidária prevista neste artigo será regulada mediante instruções do Superior Tribunal Eleitoral, respeitadas as datas de filiação já registradas."

**O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO** — A multiplicidade! Podemos fazer, nas próximas eleições, mas não em definitivo, para não destruir uma instituição de aprimoramento necessário ao sistema eleitoral. Por isso, voto contra.

**O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES** — Minha dúvida, Senador Wilson Gonçalves, "a multiplicidade do processo de registro e filiação partidária prevista neste artigo será regulada mediante instruções do STF, respeitadas as datas de filiação já registradas."

**O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga)** — Parece que a Comissão chegou a um acordo.

Aprovado, com a declaração de voto contrário do nobre Deputado Hamilton Prado.

Passa-se agora ao destaque apresentado ao Art. 18.

O Sr. Relator vai ler o texto do artigo do Substitutivo:

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator)**

"É nulo qualquer acordo...

... para fins eleitorais."

**O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga)** — Há destaque que passarei a ler, de autoria do Sr. Senador Wilson Gonçalves.

"Suprima-se do Art. 18 e seu parágrafo único..."

Há subemenda do Sr. Senador Milton Menezes, que dá a seguinte redação ao Art. 18:

(Lê) "Não sendo, pois,

... para fins eleitorais"

§ 1º

§ 2º

... imposta pela justiça eleitoral."

**O SR. DEPUTADO EDILSON TÁVORA** — Sr. Presidente, na justificativa da minha emenda eu dizia:

"Suprima-se o art. 18 do Projeto e seu parágrafo único".

#### Justificativa

A proibição de coligações partidárias pela Constituição (art. 149, item VIII) é a filiação partidária exigida pelo art. 17 do Projeto, assim de maneira clara cada Partido como agremiação política de vida própria e estabelecem obrigações para os registros dos candidatos. O art. 18 do Projeto, se aprovado, ensejaria oportunidades para provocações descabidas motivadas por paixões e por interesses políticos. Não havendo definição exata para o que seja "entendimento de fato ou de direito", qualquer candidato honrado estaria sujeito à interpretação duvidosa de sua ação política. Por outro lado, o Diretório Nacional do Partido, sem acesso aos diferentes recantos do País, ficaria em situação difícil, tendo de dar guarida a denúncias ou deixar de tomá-las em consideração.

Sr. Presidente, tenho a impressão de que este artigo é completamente desnecessário, tendo em vista o que dispõe a Constituição neste item e a exigência da filiação partidária.

Mas desde que a lei exige a filiação partidária definindo a obrigação da filiação partidária, é proibida a coligação. Tenho a impressão de que seria dispensável esse artigo. Não há dúvida de que o Sr. Relator melhorou em muito o projeto, porque este falava em entendimento de fato e de direito. Mesmo assim, com a melhoria, é perigoso. Um candidato a deputado federal, por exemplo, vai ao interior e é convidado para uma solenidade com o prefeito de outro partido. Lá esta naturalmente conversando e vêm as fotografias, e vem uma declaração dizendo que houve entendimento político, e vem, então, a chicana política que só traz aborrecimentos. Além do mais é uma demonstração de radicalismo. Sou contra a união geral, a união política porque significa o fim da oposição. E a oposição em um país como o nosso, de extensão territorial muito grande, é necessária porque é ela que fiscaliza o governo.

Sou contra os excessos e contra radicalismos sem necessidade. Mesmo porque há o dispositivo dizendo que é proibido qualquer entendimento político. Se a pessoa não pode sair do partido, qual o tipo de entendimento que pode haver?

Já existe um impedimento de deputados estaduais e federais. Quer dizer, já existe filiação partidária, dispositivo constitucional. Tenho para mim que esse dispositivo é exagerado e vai ser um extravasamento partidário. Tenho a impressão que a supressão desse artigo não modificaria nada e traria tranquilidade a nossos deputados que já temos tantos aborrecimentos. O interior é chelo disso. As paixões partidárias no interior são mais tremendas. Será uma arma de dois gumes que não pretendemos. Não sei por que esse dispositivo.

De modo que acho, inclusive que estamos vivendo numa fase em que os partidos são heterogêneos, onde foram esgotadas todas as lutas.

Tenho a impressão de que um dispositivo mais ameno, ou então a supressão desse dispositivo, é o ideal.

**O SR. PRESIDENTE (Manoel Villaga)** — Faço um apelo aos meus companheiros para que sejam breves nas suas considerações.

**O SR. DEPUTADO AMARAL DE SOUZA** — A Constituição fixa expressamente o problema da coligação partidária. Não impede, portanto, que a lei ordinária preceitue. Se o argumento do nobre Senador Wilson Gonçalves fosse verdadeiro, então nós dispensaríamos a maior parte das leis ordinárias, uma vez que a Constituição fixa apenas as normas gerais, os princípios.

Voto a favor do artigo 18, por questões de coerência, a própria Constituição Federal consagra o princípio da coligação partidária. Não se justificam os temores, porquanto o Diretório Nacional é o órgão de cúpula

partidária completamente fora dessa luta municipal referida pelo nobre Deputado Edilson Távora.

Entendo, portanto, Sr. Presidente, que o dispositivo é constitucional, o dispositivo é necessário e o dispositivo é ético, é moral, porque não poderia haver voto partidário quando se admitem os entendimentos de correntes divergentes, de correntes que apenas por um interesse eleitoral esquecem princípios, esquecem ideologias.

Esse o meu ponto de vista respeitando, evidentemente, qualquer ponto de vista em contrário. É uma participação pessoal que não significa, em absoluto, qualquer desrespeito aqueles que em contrário pensam, é apenas a manifestação do que me afirma a consciência.

**O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO** — No meu modo de ver tanta razão tem a tese do Deputado Adilson Távora, quanto tem razão o Deputado Amaral Souza.

Evidentemente que o próprio princípio constitucional, ao estabelecer a proibição de coligações partidárias — e a Lei tem sobre isto dispositivo expresso que depois foi admitido pela própria Constituição — diz que, na eleição proporcional, não são admitidas as alianças de partidos. Logo, já condenou a aliança de partidos. E diz Edilson Távora que já pela filiação ficaram os candidatos proibidos dessas alianças, dessas coligações. No meu modo de ver, o que há é um certo excesso no art. 18 quando diz que será nulo qualquer acordo. Acredito que numa redação para atender melhor aos interesses em cheque, poder-se-ia dizer: "será nula qualquer aliança ou coligação entre candidatos", porque aí já extinguiria o candidato como pessoa do Partido. Evidentemente não há razão para se estender ao diretório regional ex officio a mesma providência. Isto poderia tumultuar o processo eleitoral nos Estados e nos Municípios.

Por isso, chego à conclusão de que poderíamos suprimir o parágrafo, ou dar-lhe outra redação, para atender aos interesses em cheque. O fato é que a redação do projeto era uma, o Relator a melhorou muito e nós aqui poderemos melhorá-la mais ainda. E a minha impressão é de que a redação do Relator democratizou muito mais o instituto da sublegenda.

Então, se pudessemos retirar esse § 1º, que dá ao Diretório Nacional poderes que não dá nem sequer ao Tribunal, seria interessante, porque ficaria tão somente regulamentar, além da coligação dos partidos, a coligação dos partidários.

Eu aceitaria, porque o princípio é moral e é ético. Se não temos condições morais de defender a filiação partidária e permitir que os partidários façam coligações, estaríamos tendo duas faces, estaríamos encarándo o mesmo problema com dois pesos e duas medidas. Então, se exigimos filiação partidária — que eu também fui contra —, mas desde que foi constituída, mesmo que a própria Constituição proíba coligações e também alianças partidárias, que se estenda aos candidatos, aos partidários.

Até aí muito bem. Agora, isso tem que ficar a cargo dos tribunais. Quem quiser, que bata às portas dos tribunais, e não seja assim qualquer acordo, para o Tribunal julgar qualquer acordo.

Esse que é o problema. Estamos dando, assim, uma redação de quem quer fazer um processo de eliminação ou de amedrontamento que não pode se coadunar com o espírito que o Relator está imprimindo a seu projeto — no meu modo de entender um projeto até excepcional.

Há uma unidade. Então, vamos atender a essa unidade, dentro da lei, para proibir as coligações e as alianças dos partidos e do candida-

tos. Seja feita dentro do processo que a pais manda fazer para estes casos, através do tribunal. Os prejudicados recorreriam, mostrando que houve um acordo, uma aliança ou uma coligação.

**O SR. DEPUTADO EDILSON TÁVORA** — Não entendo uma coisa: o que é coligação de candidatos. Entendo coligação de partidos.

**O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO** — Coligações ou alianças.

**O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator)** — Estou vendo, Sr. Presidente, que a sábia orientação que V. Exa. deu para a votação, qual seja a de se decidir primeiro se se suprimiria ou não o art. 18, não está sendo a rigor cumprida. De maneira que eu requeria a V. Exa. que pusesse em votação, sem maiores considerações, se se suprime ou não o art. 18, para depois partirmos para outras decisões.

**O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga)** — Em votação se permanece o art. 18 com redação diferente, sem prejuízo de outras emendas. (Tem início a votação.)

**O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga)** — Vou ler a Subemenda do Senador Milton Menezes, e também a Subemenda que completou o sentido dessa subemenda do Senador Milton Menezes.

"Art. 18 — Não será permitido..." Subemenda:

Art. 18 — Será nulo qualquer acordo definitivamente comprovado entre candidatos do Partido diferente para fins eleitorais."

Diz ainda o seu parágrafo 2º o seguinte: (Lê)

§ 2º ...ficará sujeito a pena de cancelamento de seu candidato..."

Há mais um parágrafo, o § 1º, de autoria do Deputado Flávio Marcellio que reza o seguinte: (Lê)

"...erro grosseiro: ...fica sujeito à pena de detenção e multa de dez mil cruzeiros..."

Vou pôr em discussão esta matéria.

**O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES** — Sr. Presidente, não há dúvida alguma de que a redação dada no substitutivo já melhorou consideravelmente o texto constante do projeto primitivo.

A razão da emenda que apresentei, no sentido de suprimir, era exatamente prevendo esse aspecto, que agora parece transiçãõ na subemenda do nobre Senador Milton Menezes. É que o dispositivo, além de se estender — a meu ver — a consequência além das previstas na proibição constitucional, vai-se prestar a uma fonte inesgotável de demandas jurídicas, a ponto de, antes de ser aplicada, já se está prevendo que vai realmente servir de pretexto a alianças e a fraudes aos que se sentem prejudicados.

O maior defeito do dispositivo é exatamente este.

Se se limitasse a reproduzir o texto constitucional, nada mais certos. Mas não. Vai ser uma fonte inesgotável de fraudes, de alianças, de ações ilícitas, exatamente por parte daqueles que se sintam prejudicados na competição eleitoral. Estes, os prejudicados, irão valer-se desse procedimento para ver se conseguem o cancelamento de determinadas legendas.

No caso está comprovado que o dispositivo se presta a esse desdobramento, que não está, naturalmente, na intenção dos legisladores. É por isso que vem a emenda do nobre Senador Milton Menezes, mostrando que o dispositivo é tão perigoso na sua aplicação, pois que já nasceu com a conotação gravíssima, para evitar a fraude.

Vejam V. Exas. como vai ser.

O Diretório Nacional a receber pedidos dessa natureza de todo o Brasil, inclusive não vai ter tempo para decidir isso antes de as eleições ocorrerem.

Evidentemente, a fraude é um fato, e, para ser um fato, precisa de uma prova, que não está, naturalmente, em documento, precisa de indicações, informações. Não haverá tempo, sequer, para o Diretório Nacional se pronunciar a respeito, porque para ele virão todas essas questões.

Desejo salientar esta particularidade de que o dispositivo se presta, realmente, não a assegurar a liberdade partidária, com a qual está de acordo, mas à utilização de fraudes, não somente por parte dos derrotados, que vão encontrar elementos de Partidos diferentes que lhes deem apoio ostensivo, inclusive para prejudicar.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Estou ouvindo, com toda a atenção, as judiciosas considerações de V. Exa., que realçam os do Deputado Edilson Távora e outros.

Proponho que só sejam levados em consideração se apresentados até dez dias antes das eleições.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Não participei da discussão da matéria, apenas limitei-me a votar, mas queria esclarecer que o meu ponto de vista é certamente repleto da aplicação do dispositivo. Se estivéssemos certos de que seria aplicado rigorosamente, nada mais razoável; mas ele vai servir, de pronto, à invocação de fraudes de difícil comprovação.

O que vai acontecer é que será necessária uma investigação para se saber se houve acordo, investigação também para se saber se não é malícia de quem formulou a denúncia. Então, no caso, vamos ter um tribunal de inquisição e não uma fase pré-eleitoral.

Pelo dispositivo da emenda, muito judicioso, tenta-se evitar os excessos de aplicação, para melhorá-la, evidentemente, mas acontece o seguinte: no processo político vai-se abrir inquérito e, pelo menos, a direção nacional do partido deverá procurar os elementos de prova para encontrar a verdade sobre se foi feito ou não acordo de candidatos de partidos diferentes e vai-se abrir outro inquérito para se saber se quem denunciou não o fez simuladamente.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Faço ressaltar a esse ponto: os dois problemas podem ser examinados na mesma ocasião.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Como será problemático para quem vai fazer campanha política!

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Podíamos simplesmente dizer que seria proibida qualquer aliança ou coligação entre candidatos de partidos diferentes ou, ainda, que qualquer aliança ou coligação entre candidatos de partidos diferentes será nula, e, então, o Tribunal que decida a respeito.

Eu acho que a incongruência é ter o Diretório do Partido que julgar, colocando-se numa situação, vamos dizer, quase que acima do Tribunal Superior Eleitoral, pois que o diretório do Partido teria que decidir a respeito de denúncia de companheiros que, não podendo mudar de partido, não têm, às vezes, condição de comprovar a denúncia oferecida.

(Trecho inaudível)

Ele fica absoluto, como ocorreu na Bahia, e todos do Diretório pleiteando cassação ou não cassação de candidaturas. Isso é, realmente, um precedente.

Acredito que o Deputado Raimundo Brito não vê um precedente na legislação brasileira sobre isso.

Um Diretório que especula sobre si mesmo — é um pouco forçado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Está em discussão a Emenda do nobre Senador. Um adendo ao parágrafo.

O SR. DEPUTADO EDILSON TÁVORA — Apenas uma explicação, Sr.

Presidente: o Diretório promoverá o cancelamento do registro do candidato. Não seria melhor que o Diretório promovesse as provas cabíveis?

Eu pediria que fossem consideradas essa e aquela outra parte, relativa a que o candidato fosse ouvido antes.

Tomos duas etapas a considerar: uma, a que ocorre o âmbito do Partido quanto ao candidato falto; se ele cometeu um erro dentro do Partido, pode ele ser corrigido; se não corrigido, deve ele ser ouvido antes. Porque acho isso uma agressão.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Vou ler a subemenda Milton Mantz, com o acréscimo Flávio Marcílio:

(Lê):

"Não será permitida a celebração... § 1º

§ 2º ..... e multa de dez mil cruzeiros".

(Inaudível)

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Sr. Presidente, há algumas considerações tendentes a dar a expressão *ex officio*, para que o diretório...

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — A expressão é *ex officio*.

(Inaudível)

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO — (Relator) — Vou ler com os retócos redacionais propostos:

Lê:

"Não será permitido celebração... candidato falto.

Proponho outra modificação, se a Comissão concordar, em vez de promover, "poderá promover".

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — E "poderá" se achar conveniente, se ele não tiver elementos, ele não promoverá.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Esclarecido o assunto, vai-se proceder à votação.

Os Srs. Membros da Comissão que estiverem de acordo com a redação proposta pelo Sr. Relator, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovada.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Há uma subemenda prevendo a prorrogação do prazo para registro dos candidatos, a respeito do que eu proponho registre-se o seguinte: § 1º do art. 19 — Nas eleições a se realizarem em novembro de 1968 o prazo estabelecido será de 60 dias. Para execução do tempo deste artigo, o prazo para registro dos candidatos a que se refere o art. 93 do Código Eleitoral terminará, no corrente ano, improrogavelmente às 18 horas de 15 de outubro.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — A subemenda proposta pelo nobre Deputado Hamilton Prado mereceu a acolhida do Sr. Relator.

Quem estiver de acordo permaneça como se acha.

Está aprovada.

Há uma subemenda do nobre Deputado Flávio Marcílio, que diz o seguinte: "acrescentar um parágrafo no art. 19".

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Tem a palavra o Sr. Deputado Ruy Santos.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — V. Exa. permita esclarecer o seguinte: esta lei é toda à base de problemas estaduais.

O Governador João Agripino vai ter eleições municipais em 1968 e 1969 e a Constituição estadual estabelece como isso se fará para har-

monizar com princípio constitucional dos prazos, isto é, da não coincidência de mandatos. Essa parágrafo diz respeito a esse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Os que estiverem de acordo com a subemenda, queiram permanecer sentados.

Aprovada.

Vou um destaque, sem alteração de artigo, que manda colocar o § 2º do art. 13:

Das eleições municipais a serem realizadas em novembro de 1968.

Já foi votado.

Vamos passar à apreciação da Emenda do Deputado Garcia Neto.

O SR. DEPUTADO TOURINHO DANTAS — (Pela ordem) — Senhor Presidente, a meu ver, deveria ser apreciada agora a Emenda nº 114, de minha autoria e que se refere ao art. 20.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Passa-se à apreciação da Emenda nº 114, de autoria do Deputado Tourinho Dantas, que tem a seguinte redação:

Acrescente-se onde convier:

Os Diretórios Regionais serão representados na Convenção Nacional por três delegados e mais um por cada 500 mil eleitores inscritos, não podendo nenhum deles ter menos de quatro delegados, escolhidos pelos respectivos Diretórios, respeitada a proporcionalidade das correntes nelas existentes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tourinho Dantas.

O SR. DEPUTADO TOURINHO DANTAS — Sr. Presidente, a Lei dos Partidos dispunha que a representação dos diretórios regionais, nas convenções nacionais, seria, no número, igual ao dos deputados federais eleitos pela circunscrição. Na escolha do Presidente Costa e Silva foi modificado esse critério, no artigo 9º do documento constitutivo da ARENA. A Comissão que organizou o anteprojeto do Estatuto da ARENA fez reproduzir o dispositivo da Lei Orgânica dos Partidos. Quer dizer, previu uma representação igual ao dobro.

Apresentado o projeto das sublegendas, o Deputado Ruy Santos ofereceu uma emenda que diminui a representação do diretório regional. Dei-lhe uma representação igual ao número de deputados federais eleitos pela circunscrição, pelo Estado.

A minha emenda, entretanto, conserva o dispositivo do ato constitutivo da ARENA, atendendo à ponderação do Deputado Aureliano Chaves que achou que se devia repor a organização do colégio eleitoral que elega o Presidente da República.

As razões pelas quais peço apoio para a minha emenda são as seguintes:

1º) Não deve a representação congressual automatizar-se, abrindo mão de prerrogativas que lhe conferiu o ato constitutivo e que vigorou bem na escolha do Presidente Costa e Silva, a fim de dar ao diretório regional um número igual ao de Deputados Federais. Então nós que vamos escolher o Presidente da República no conclave próprio entregamos aos diretórios regionais um poder que não tem razão, é a prática de um haraquiri.

Disse alguém que vamos legislar em causa própria, mas se formos legislar em causa própria temos de legislar contra a nossa causa.

Segundo, o critério proposto é injusto para com os pequenos Estados, que terão diminuída a sua proporção, porque enquanto na eleição do Presidente Costa e Silva o Estado do Amazonas teve quatro Deputados, e mais três igual a sete. Então terá, de acordo com a Emenda Ruy Santos, mais um, então quatro, vezes dois são oito Deputados.

Mas na Bahia, — e eu falo na Bahia, meu Estado, para ser isento —,

que teria vinte e cinco, mais três igual a vinte e oito. Então com esse dispositivo terá cinquenta. Então o aumento, pelo dispositivo, para a Bahia, é de vinte e dois votos, enquanto para o Amazonas foi de um. Quer dizer, a força preponderante dos grandes Estados é cada vez maior e os pequenos Estados serão apenas participantes, meros expectadores da convenção.

Sr. Presidente, há uma outra alegação que me foi feita pelo Deputado Flávio Marcílio. Disse S. Exa. que esse dispositivo não visa a eleição de Presidente. Mas quem nos dirá se amanhã, se não aprovamos o meu dispositivo, não virá outra lei modificando, dando oportunidade de modificar esse *quorum* da convenção nacional? Antes de um passaro na mão do que dois voando é um velho conselho que eu gosto sempre de utilizar. Se está aqui uma oportunidade de encaixar o dispositivo vamos aproveitá-la porque uma outra oportunidade pode não vir.

Criei, Sr. Presidente, que fui claro, mas estaria à disposição dos meus caros colegas para mais algum esclarecimento que desejem. Era a exposição que desejava fazer e peço, em benefício do Congresso, desse Congresso que todos vão à tribuna para dizer que já vale pouco, que já não vale coisa alguma, que não tem iniciativa para coisa alguma, que pelo menos conservemos esta, de sermos majoritários na convenção nacional do nosso partido.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Tem a palavra o Sr. Deputado Ruy Santos.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Sr. Presidente, há um erro inicial na exposição de S. Exa. Diz o Deputado Tourinho Dantas que os diretórios regionais serão representados, na convenção, por três delegados. Não são os diretórios que são representados na convenção nacional, é a convenção regional que se representa na convenção nacional e não os diretórios.

E ainda há um outro aspecto. A eleição de Presidente da República é indireta, o Presidente é eleito por nós. Então ainda vamos exigir que o candidato seja o que nós escolhemos? Assim vamos ficar com uma preponderância tremenda.

O SR. DEPUTADO TOURINHO DANTAS — Mas temos direito de votar noutro candidato.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Um momento.

Depois que nós já temos o privilégio de escolher o Presidente da República ainda queremos escolher um candidato, obrigatoriamente, em que ele vote.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Se escolhido a revelia da nossa representação federal, o candidato não seja do agrado do Parlamento, ficamos na contingência de votar em candidato que não desejamos, ou votar em branco. Não podemos rejeitar.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Pode votar em branco.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Quero me situar bem no problema: rigorosamente, dentro do seu raciocínio, quem vai escolher não somos nós.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Quero dizer a V. Exa. e ao Deputado Tourinho Dantas, que Deputado isso secundaríssimo. O importante, que me trouxe até aqui, foram aqueles princípios essenciais que viamos na aprovação deste projeto, a que já estão aproveitados.

Por exemplo, uma emenda do Deputado Garcia Neto, alterando a estatuto dos partidos, acho uma proposição perfeitamente aceitável, em que altera aquela representação, etc. Acho perfeito, e há até um dispositivo no substitutivo do Relator que já atendeu, em parte.

Isso aí eu acho um negócio também secundário, acessório. Acho que



dispositivo apenas, vamos dizer, do interesse nosso. Parece que estamos querendo ficar com a face, com o queijo e a bôca, na história.

Quero deixar, assim, esclarecido apenas, mas para mim isso não é negócio essencial. Acho apenas que o normal seria uma representação de fato paritária: metade escolhida pela convenção e metade do interesse nosso. E parece que estamos querendo ficar com o queijo, a face e a bôca nessa história. Quero trazer este esclarecimento. Para mim isto não é essencial. O normal seria a representação pelo voto paritário, mantido pela convenção e mantidos os próprios congressistas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Tem a palavra o Deputado Hamilton Prado.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Sr. Presidente, acompanharei o Deputado Ruy Santos, entendendo que este dispositivo será a meu ver, absolutamente inconveniente e envolverá mesmo consigo, de certa forma, o risco de ser entendido como uma pretensão de ditadura do Congresso sobre a eleição, porque, na verdade, veja o fato concreto do nosso partido: temos praticamente tomando parte do Congresso 280 Deputados e mais os Senadores que a ele pertencem. Vai ter apenas 3 delegados e mais outro, dependendo da proporção dos eleitores, no máximo 4. Na Emenda diz: nenhum deles menos de 4.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Já tem os delegados, os membros do Diretório Nacional e os representantes dos Diretórios estaduais.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — Nestas condições, não há em que concordar, porque já é do texto da Constituição.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Sr. Presidente, nestas condições a V. Exª que submeta a matéria a votos.

O SR. DEPUTADO AMARAL DE SOUZA — Eu desejaria fazer algumas perguntas.

(Sem microfone, mas trocam-se apertes simultâneos.)  
Ininteligíveis.

O SR. DEPUTADO AMARAL DE SOUZA — Mais da metade do Estado não tem quinhentos mil eleitores. Teríamos, então, uma Convenção Nacional com cerca de trezentos parlamentares, Deputados e Senadores, e com pouco mais de cem...  
(Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO AMARAL DE SOUZA — Voto a sublegenda, exclusivamente, para evitar o esmagamento de minorias, para evitar a formação de oligarquias.

Assim, tendo em vista esse conceito, estou em dúvida em votar esta emenda. Parece-me que ela constitui oligarquia.

(Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO AMARAL DE SOUZA — Eu concordo, mas acho que a proposição não deve ser de tal forma que anule o restante da votação, que um, da mesma forma, anule a vontade do outro.

O SR. SENADOR MANOEL VILLAGA (Presidente) — Coloco em votação a emenda do Sr. Deputado Tourinho Dantas.

Os Srs. Congressistas que estão de acordo com a emenda do Sr. Deputado Tourinho Dantas queiram permanecer como se acham.

(Pausa.)

A emenda foi aprovada.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. SENADOR MANOEL VILLAGA (Presidente) — Tem a palavra, pela ordem, o Sr. Deputado Muriilo Badaró.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Quero ressaltar, Sr. Presidente, que também apresentei emenda referente a Diretório e não sei qual a situação dela.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Sr. Presidente, peço a palavra, para uma questão de ordem.

O SR. SENADOR MANOEL VILLAGA (Presidente) — O Sr. Relator levanta uma questão de ordem.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Desde que foi aprovada, contra os votos dos Senhores Deputados Amaral de Souza e Ruy Santos, a emenda parece que inclui também os diretórios regionais.

O SR. DEPUTADO RUY SANTOS — Foi apresentada emenda dizendo que os diretórios regionais escolheriam três. E' uma quarta representação. Como foi aprovado, criou-se mais uma representação.

O SR. DEPUTADO TOURINHO DANTAS — Sr. Presidente, admirei da paciência de V. Exª e agradeço ao Deputado Raimundo Brito, que deu a seguinte redação, que passa a vigorar como § 1º do art. 41:

(Lendo)

Então, com a aprovação da emenda, fica:

(Lendo)

"O número de delegados a que se refere o item 2º..."

O SR. DEPUTADO ARNALDO CERDEIRA — (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — (Faz soar a campainha).

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — (Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Com a palavra o Senhor Senador Wilson Gonçalves.

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — Pedi a palavra. Senhor Presidente para declarar que temos votado esta matéria, como outras, com plena consciência. Queremos dizer que não há necessidade de fazer ameaças, porque é um direito de cada um de nós. E' até ofensa a esta Comissão perguntar se a matéria é votada conscientemente. Cada um de nós tem ponto-de-vista formado de maneira livre. Podemos atender a ponderações, se quisermos. Mas ninguém tem o direito de impor nem de duvidar dos sentimentos democráticos de cada um. Votamos aqui, conscientemente, e não precisamos de conselho de ninguém para dar voto. E não temos medo de qualquer ameaça de pronunciamento em Plenário.

Estamos exercendo um direito, reconhecemos. Não se pode alegar que haja ditadura, quando a eleição é feita pelo Congresso Nacional. Há uma incoerência muito grande nisso. Votamos aqui conscientemente, não podemos votar sob a ameaça de quem quer que seja e quem nos quiser impor pontos de vista, não encontrará na mesma trincheira.

O SR. DEPUTADO ARNALDO CERDEIRA —  
(Inaudível.)  
Longe de mim querer ofender qualquer colega.  
Pergunto a V. Exª a emenda que V. Exª acusa...  
(Tumulto, trocam-se apertes simultâneos entre o Sr. Deputado Arnaldo Cerdeira e o Sr. Senador Wilson Gonçalves.)  
(Tumulto.)

O SR. SENADOR WILSON GONÇALVES — O Congresso Nacional é o órgão competente para eleger o Senhor Presidente da República. Ele é que tem a responsabilidade perante a Nação.  
(Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Há uma questão de ordem do Sr. Deputado Flávio Marcilio no sentido de que a sessão seja suspensa, marcando o reinício dos trabalhos para às 21,30 horas.

Está suspensa a sessão.

(A sessão é suspensa às 18,45 horas e reaberta às 21,45 horas.)

REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA, INCUMBIDA DO ESTUDO E PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 15 DE 1968 (CN), QUE "INSTITUI O SISTEMA DE SUBLEGENDAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS", AS 21 HORAS E 30 MINUTOS DO DIA 21 DE MAIO DE 1968

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Está reaberta a sessão.

Passa-se à discussão da subemenda do Sr. Deputado Muriilo Badaró à Emenda nº 45, que tem a seguinte redação:

"Os Diretórios Municipais que se organizaram como Comissões Interventoras para as eleições de 1966 poderão ter sua validade prorrogada até 15 de março de 1971, se assim o decidir o Colégio Eleitoral, por maioria de votos." Tem a palavra o Sr. Deputado Muriilo Badaró.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Esta emenda poderá ter alguns vícios ou defeitos, com itens impróprios para este projeto, porque cada um de nós trouxe no subconsciente uma série de problemas regionais que influíram decisivamente na elaboração disto.

E' o caso específico de Minas Gerais e, me parece, de outros Estados.

Quando se pretendeu fundar a ARENA e o M.D.B. na época, o Presidente Castello Branco baixou um ato complementar em substituição à sublegenda, através do qual foi possível a composição de forças heterogêneas para formação dos diretórios ou das comissões interventoras, posteriormente transformadas em diretórios municipais, com a sua validade prorrogada até 1969.

Ocorre que no ano que vem, esses diretórios terão que ser refeitos e isso não só cria problemas que vão tyn-car a unidade partidária já precária, a unidade partidária que vive sempre desafiada. Este projeto é a demonstração evidente de que ela é própria, tanto assim que a sua existência só se justifica por isso mesmo, ainda mais não subsistindo condições, na época, até mesmo quando foram extintos os partidos e houve necessidade da fundação de dois outros. Prevaleceram a Lei Eleitoral e a Lei partidária, todas duas feitas ainda na vigência do sistema antigo portanto, também adaptáveis à nova modalidade brasileira. E parece-me da maior importância permitir aos diretórios regionais, dá flexibilidade a cada um para prorrogar até 1971 esses diretórios que teriam elementos que iriam decidir em 1970 as eleições.

A emenda interessa a todos os dirigentes que participam desses diretórios, o projeto garante a proporcionalidade da representação na convenção nacional ou regional quando exista 20 por cento de opiniões divergentes que têm os diretórios.

Tem ainda o aspecto econômico e financeiro ainda o fim partidário, os partidos estão isentos de algumas mensalidades que são cobradas dos Deputados da agremiação para fins de trabalho dessa natureza.

E' a razão fundamental da emenda hoje pacífica, cada Estado tem uma situação brasileira, a tentativa de se ajustar à realidade de cada Estado, é a faculdade que se outorga de cada diretório decidir seu caso específico. Esta a sugestão que se faz à Comissão.

A lei de Ulysses Guimarães deverá vigorar até 1969. E a reorganização das Comissões receptoras no ano que vem, poderá possibilitar a feitura de um trabalho perfeito. Normas imperativas visando a regular relações de ARENA e MDB poderão tornar muito difícil a união dessas duas forças divergentes. Por outro lado, os Diretórios regionais não têm recursos para enfrentar trabalho desse tipo.

Sr. Presidente, eu sou presidente da ARENA mineira e ainda na fase de elaboração desse projeto comuniquei a impossibilidade material de se or-

ganizarem novos diretórios. Essa emenda tem o defeito de uma visão muito particular, mas quase todas as emendas a esse projeto apresentam esse mesmo defeito. E' a única maneira de torná-las flexíveis, para que todos possam examiná-las com o mínimo de isenção possível.

Inaudível.

O SR. DEPUTADO HAMILTON PRADO — V. Exª pretende ampliar o prazo da lei para 1971?

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Até 1970.

Quero chamar a atenção para um detalhe. Quando foram constituídas comissões diretoras elas sentiram a necessidade de se fazerem alterações, tanto para a ARENA como para o M.D.B., mas mais fortemente para a ARENA, digamos para argumentar. Então esses dispositivos de natureza imperativa, que exigiram essa nova organização permitiram isto, mas hoje isto já não existe.

Os dois instrumentos básicos da legislação eleitoral brasileira foram feitos antes da extinção dos partidos. Depois disso tem havido uma série de modificações, a legislação está inteiramente tumultuada, tem havido inclusive uma série de atos complementares, etc. Então era muito difícil manter essa unidade de partidos exatamente na sua base principal que é o Município, se formos reorganizar os diretórios tendo em vista isso.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Mas V. Exª então vai prorrogar os diretórios do tempo do Presidente Castello Branco até o do Presidente Costa e Silva.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Quero ver se consigo explicar a V. Exª. Cada diretório, e eu não sei como foi feito na Bahia ou no Ceará ou no Rio Grande do Sul mas foram feitos de cima para baixo, do Norte para o Sul, enquanto que os diretórios municipais foram feitos de baixo para cima.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Mas todas as correntes — e com relação à Bahia está aí o Senhor Relator que o diga — vão prorrogar.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — E' lógico que ele vai prorrogar.

Esse é que é o problema: em inúmeros Estados foi feito assim.

O SR. DEPUTADO ALVES DE MACEDO — Acho que só na Bahia foi feito assim.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Não. Não.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Acho mais democrático fazer eleições de baixo para cima.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Então, preciso fazer uma Lei Eleitoral nova, que preveja a hipótese de representação de grupos partidários.

Com relação à eleição dos diretórios municipais, não existe nada ainda.

O SR. DEPUTADO TOURINHO DANTAS — Acho que a emenda 108 resolve perfeitamente: (Lendo):

"As chapas que concorrerem na Convenção Municipal, será assegurado o direito de se representarem tanto nos Diretórios como nas delegações às Convenções Regionais, proporcionalmente aos votos que hajam obtido considerando-se eleitos os candidatos inscritos pelas referidas chapas, na ordem do registro na Justiça Eleitoral."

Resolve plenamente. Efetivamente, não estava na lei anterior, nos municípios de 70 representantes na lei anterior, levada, todos os 70.

Inaudível.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — A Comissão foi organizada com base no Ato Complementar?

Inaudível.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Ela manda que se façam eleições com base na Lei Orgânica dos Partidos. Não me parece motivo. V. Exª atende há uma situação de emergência.

O SR. DEPUTADO ALVES MACEDO — Com essa Emenda votada não haverá possibilidade disso porque a cada grupo fica garantido a proporcionalidade para a maioria de candidatos, de cada município. V. Exa. tem delegados em cada município; em Uberaba tem um, por exemplo, em Sete Lagoas tem cinquenta. Enfim, cada Deputado, cada candidato vai Estado, em nome de seu Partido. A votação será proporcional ao seu número...

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Mas isso é um debate ilustrativo.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Ilustre Deputado Murilo Badaró, V. Exa. devia ter notado que eu dei parecer favorável, se não à totalidade, pelo menos, a quase totalidade de suas dúvidas. Aliás, à sua totalidade, esse é que é o fato. Mas, nesse caso, peço desculpas ao nobre Colega para me colocar em situação diversa das opiniões dos Membros da Comissão. Conforme se está explicando foram representados, os diretórios, por um recurso de emergência, para determinadas situações.

O ideal seria os diretórios se organizarem, não só por força de lei como para a própria perfeição do sistema eleitoral.

Como vamos agora facultar a permanência de uma situação transitória?

Lamento, mas voto contra.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Não sou radical nem intrasigente. Se me apresentarem solução melhor, inclusive mais adequada e mais técnica, aceito-a. Se ela for julgada perfeita para solucionar o problema, tenho o maior prazer em aprovar a decisão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Tendo opinado o Relator, queria lembrar à Comissão que, se daqui até 69 ou 70 as condições políticas não se modificarem e se verificarmos que não temos condições para organizar os diretórios-municipais nos termos da lei em vigor, teremos possibilidade de atender à sugestão do nobre Deputado Murilo Badaró. Há tempo suficiente para corrigir.

Sei que o Deputado Murilo Badaró apresentou emenda profundamente objetiva.

A situação atual foge às condições políticas do País.

A propósito, estava eu, até, comentando com o nobre Relator que havia lido um livro sobre a organização política da América do Norte. Por esse livro, verifico que lá, na América do Norte, onde há eleições também para os Diretores, não se consegue número para eleger os seus Diretores.

Naturalmente, não vamos ter essas condições, mas, como disse o Relator, nada impede que se faça uma tentativa no sentido de ver se os Partidos se organizam definitivamente, pois a organização do Partido é a célula do organismo partidário, é a célula é a vida.

O nobre Deputado Murilo Badaró tem suas razões em sustentar que não temos condições de atingir essa organização partidária. Levando em conta, porém, que temos tempo suficiente, podemos deixar o problema para mais adiante, no sentido de forçar que os Partidos tentem organizar-se o mais breve possível, dentro da legislação em vigor e da que estamos elaborando.

Entendo que o Sr. Relator, quando se contrapõe à emenda do Sr. Deputado Murilo Badaró, tem completa razão, para ficar com o ponto-de-vista da maioria, no sentido de que os Partidos se organizem dentro do menor tempo possível.

Se, ao contrário, formos transferindo a solução do problema indefinidamente, jamais conseguiremos atingir essa organização.

O SR. DEPUTADO MURILO BADARÓ — Sr. Presidente, retire o destaque. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Passaremos, agora, ao destaque 36, sobre a Emenda nº 106, de autoria do Sr. Deputado Garcia Neto.

O destaque à emenda é longo. Pela leitura que fiz tenho a impressão de que quase a totalidade dos problemas surgidos na emenda já estão resolvidos.

O SR. DEPUTADO GARCIA NETO — Sr. Presidente, a emenda número 109 trata de assunto semelhante. Assim poderia eu aproveitar para fazer uma dissertação, englobando-as.

O art. 36, do Estatuto dos Partidos permite que:

«Cada grupo de pelo menos 10% (dez por cento) dos filiados poderá requerer registro de uma chapa completa da qual constarão o diretório e os delegados à convenção regional.»

Já o Art. 37 diz:

«Considerar-se-á eleita a chapa que obtiver a maioria de votos, ou, no caso de empate, a que houver sido registrada pelo maior número de filiados.»

§ 1º Registradas duas chapas, se a menos votada alcançar 1/3 (um terço) dos votos apurados, assegurar-se-á aos candidatos nela inscritos, na ordem do pedido de registro, o direito de compor a terça parte do diretório eleito.

Aqui está o preâmbulo da sublegenda, porque, na constituição do Diretório, o estatuto já dava direito, na Constituição, à chapa que obtivesse pelo menos um terço. O estatuto determinou para os diretórios municipais, mas não determinou para a eleição dos delegados à convenção municipal.

De acordo com o art. 43, § 1º temos:

(Lê)

«Não há eleição para os delegados...»

... a contar da sua tramitação... É um processo demorado e difícil.

Imagine-se que um município tenha 300 listas de candidatos da ARENA. Essas listas têm que ser conferidas. Eu daria outra redação ao artigo 43:

«Cada número de 10% de candidatos...»

... nas convenções municipais e regionais... Al, incluiria o delegado municipal para ser eleito.

Essa é a redação do art. 43.

Tenho a impressão de que assim dariamos um incentivo aos representantes de minorias, desde a formação do Partido, desde o Diretório Municipal, Diretório Regional, Diretório Nacional e dos delegados das convenções.

Se fosse possível darmos outra redação ao art. 6º, estaria dada a representação à minoria, mesmo porque não adianta nós entrarmos com a sublegenda se amanhã, nas reuniões dos diretórios e das convenções, a minoria não será representada. Então, seria este um fundamento talvez mais importante que a própria sublegenda.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Há uma emenda do Sr. Deputado Tourinho Dantas com o mesmo objetivo. É a Emenda nº 108.

O SR. DEPUTADO TOURINHO DANTAS — Sr. Presidente, gostaria de explicar o sentido da minha emenda. Creio que a minha emenda traz o mesmo entendimento que a propo-

sição do Sr. Deputado Garcia Neto, mas com outra redação. Eu digo o seguinte: as chapas que concorrerem na convenção municipal, diz o artigo 16 que, em cada 20, pelo menos 10% de filiados poderá pertencer a uma chapa. Então, todas as chapas que concorrerem terão assegurado o direito de representarem tanto no diretório como na convenção de diretório regional, proporcionalmente aos votos que hajam obtido. Então, num município de 30, num diretório em que fiquem os 3, são 3 os 3 delegados. E nós devemos compreender, porque somos 12, divididos em dois partidos. Então temos que respeitar 12 correntes das quais somos originários.

Então, cada um faz a sua chapa. Uma vez eleita a chapa, esta deve ter os 5 membros do diretório. Então ficam os 5 registrados.

Creio que a minha emenda consubstancia o espírito da emenda do Deputado Garcia Neto. Isso no diretório municipal, estou falando no regional.

Eu tenho aqui duas emendas:

«As Comissões executivas serão eleitas pelos Diretórios guardando-se a proporcionalidade entre eles.»

E a outra:

«A escolha dos membros do Diretório Regional será feita por eleição secreta concorrendo chapas previamente inscritas no Juiz Eleitoral, cabendo a cada uma delas participar do diretório, na proporção dos votos que haja obtido.»

Abrange todas as eleições.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Então, eu acho que a sugestão do Senador Wilson Gonçalves permanece válida, porque agora V. Exa invoca uma outra emenda.

Ficariam, assim, V. Exz e o Deputado Garcia Neto incumbidos de fazer uma redação que conciliasse todas as emendas sobre o mesmo assunto, enquanto nós vamos adiante discutindo o restante.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Continua a discussão.

São retirados os seguintes destaques:

a) de autoria do Deputado Hamilton Prado e outros;  
b) de autoria do Deputado Alves Macedo à emenda nº 112.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Passa-se à apreciação da Emenda nº 113.

A 113 é também sobre o mesmo assunto e será retirada.

Resta, para concluir o trabalho, esperar que saia a relação que concilie os três destaques.

Suspendo a sessão por cinco minutos.

Suspende-se a sessão às 22 horas e 30 minutos e reabre-se às 22 horas e 40 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Teve a palavra o Sr. Deputado Garcia Neto.

O SR. DEPUTADO GARCIA NETO (falha do microfone) — ... de acordo com o que estipula a Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Isso é para dar possibilidade, também, de o diretório ser composto pelas diversas correntes.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Com a emenda, ficaria muito confuso.

O SR. DEPUTADO GARCIA NETO — 10% cabe.

BRITO — Não. Não ficaria proporcional. (Pausa.)

Sr. Presidente, eu acataria muito a opinião da maioria, mas mantenho meu ponto de vista anterior, no sentido da impertinência da medida, de vez que o projeto se endereça precipuamente à instituição das sublegendas.

Por outro lado, já o art. 6º era matéria vencida. Mas, se a Comissão quiser, não será o meu voto que embaraçará. Esse, meu ponto de vista.

O SR. DEPUTADO GARCIA NETO — De fato, é matéria vencida. Como nossa emenda não é a nenhum artigo, para não criar um outro artigo é que sugerimos que fosse incluído.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Não foi esclarecido, quanto à proporcionalidade, que o art. 6º previa automaticamente...

O SR. DEPUTADO GARCIA NETO — A proporção é em relação à votação alcançada.

A redação talvez não esteja ainda perfeita. V. Exa diz: a escolha dos membros e a escolha dos delegados. Houve apenas a ampliação para membros dos diretórios municipais, regionais e nacional e dos delegados das respectivas convenções, será feita por votação secreta. E os lugares serão preenchidos na proporção dos votos alcançados para cada chapa previamente inscrita, de acordo com o que dispõe a Lei Orgânica dos Partidos. Quer dizer, apenas eu queria dar o mesmo critério que V. Exa deu a respeito da convenção regional.

O Diretório regional vai votar e a chapa que obter a maioria ocupará todos os lugares, todas as vagas, tanto para a convenção regional, como para a nacional. Então, passa a votação a ser proporcional, passa a ser proporcional a chapa.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Gostaria de acrescentar alguma coisa a mais às palavras de V. Exa mas acho que V. Exa está longe dessa realidade.

Então, pode-se fazer como sugeriu o Senador: mantém-se o art. 6º como está e cria-se outro artigo para a eleição de diretório.

Votei sistematicamente contra, salvo em duas hipóteses, como na Emenda nº 8.

O SR. DEPUTADO GARCIA NETO (Princípio inaudível).

Como pode haver convenção sem delegado?

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Ai não é delegado. É diretório.

O SR. DEPUTADO GARCIA NETO — É delegado da convenção.

(Trocam-se apertes simultâneos).

O SR. DEPUTADO GARCIA NETO — A Lei Orgânica faz as chapas juntas. Este o espírito da Lei Orgânica: de diretórios e de delegados.

Então, temos de ficar dentro do espírito da Lei Orgânica.

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Respeita ela o direito das minorias, porque estabelece o quorum de 80%, quando diz que: «verificando-se divergência no número...»

O SENHOR DEPUTADO ALVES MACEDO (Início inaudível).

... a escolha dos delegados.

V. Exa incluiu aqui, nobre Relator. Apenas quero dilatar, para também fazer meu critério na escolha dos membros.

(Ininteligível).

O SENHOR DEPUTADO ALVES MACEDO —

(Fora do microfone — Ininteligível)

O SR. DEPUTADO RAIMUNDO BRITO (Relator) — Concorro com a sugestão do nobre Senador Wilson Gonçalves.

O SR. PRESIDENTE (Senador Manoel Villaga) — A Presidência colocará em votação a matéria.

Quem estiver de acordo com o ponto de vista do Sr. Relator, naturalmente aproveitando o ponto de vista do Sr. Senador Wilson Gonçalves, queira permanecer como se acha. (Pausa.)

Está aprovada.

Encerrada a discussão, a Presidência designa o Sr. Relator, o Senhor Senador Milton Meneses e o Senhor Deputado Murilo Badaró para a redação final.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 23 horas.)

**M E S A**

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)  
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)  
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)  
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)  
 2º Secretário — Victorino Freire (ARENA — MA)  
 3º Secretário — Aarão Steinbruch (MDB — RJ)  
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)  
 1º Suplente — Guido Mondin (ARENA — RS)  
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)  
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)  
 4º Suplente — Raul Guberti (ARENA — ES)

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

**DA ARENA**

Líder — Filinto Müller (MT)

**Vice-Líderes**

Wilson Gonçalves (CE)

Petrônio Portia (PI)

Manoel Vilhaca (RN)

Antônio Carlos SC)

**DO MDB**

Líder — Aurélio Vianna (GB)

**Vice-Líderes**

Arthur Virgílio (AM)

Adalberto Sena (ACRE)

**COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Nogueira da Gama

Vice-Presidente: Teotônio Vilela

**ARENA**
**TITULARES**

Arnon de Mello  
 Domicio Gondim  
 Paulo Torres  
 João Cleofas  
 Teotônio Vilela

**SUPLENTE**

José Leite  
 José Guomard  
 Adolpho Franco  
 Leandro Maciel  
 Aloysio de Carvalho

**MDB**

Nogueira da Gama  
 Josaphat Marinho

José Ermirio  
 Mario Martins

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE AGRICULTURA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Ermirio

Vice-Presidente: João Cleofas

**ARENA**
**TITULARES**

José Feliciano  
 Ney Braga  
 João Cleofas  
 Teotônio Vilela  
 Milton Trindade

**SUPLENTE**

Atílio Fontana  
 Leandro Maciel  
 Benedicto Valladares  
 Adolpho Franco  
 Sigefredo Pacheco

**MDB**

José Ermirio  
 Argemiro de Figueiredo

Aurélio Vianna  
 Mario Martins

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Aurélio Vianna

**ARENA**
**TITULARES**

Ney Braga  
 Antônio Carlos  
 Melo Braga  
 Arnon de Mello  
 Atílio Fontana

**SUPLENTE**

José Leite  
 Eurico Rezende  
 Benedicto Valladares  
 Carvalho Pinto  
 Filinto Müller

**MDB**

Aurélio Vianna  
 Mario Martins

Pessoa de Queiroz  
 Edmundo Levi

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.

Reuniões: Quinta-feira, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

13 Membros

Presidente: Milton Campos

Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

**ARENA**
**TITULARES**

Milton Campos  
 Antônio Carlos  
 Aloysio de Carvalho  
 Eurico Rezende  
 Wilson Gonçalves  
 Petrônio Portela  
 Carlos Lindenberg  
 Paulo Sarate  
 Clodomir Milet

**SUPLENTE**

Alvaro Maia  
 Lobão da Silveira  
 Benedicto Valladares  
 Arnon de Mello  
 Júlio Leite  
 Menezes Pimentel  
 Adolfo Franco  
 Filinto Müller  
 Daniel Krieger

**MDB**

Antônio Balbino  
 Bezerra Neto  
 Josaphat Marinho  
 Edmundo Levi

Arthur Virgílio  
 Argemiro de Figueiredo  
 Nogueira da Gama  
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Abrahão

Vice-Presidente: Júlio Leite

**ARENA**
**TITULARES**

José Feliciano  
 Eurico Rezende  
 Petrônio Portela  
 Atílio Fontana  
 Júlio Leite  
 Clodomir Milet  
 Manoel Vilhaca  
 Wilson Gonçalves

**SUPLENTE**

Benedicto Valladares  
 Melo Braga  
 Teotônio Vilela  
 José Leite  
 Mem de Sá  
 Filinto Müller  
 Fernando Corrêa  
 Adolfo Franco

**MDB**

João Abrahão  
 Aurélio Vianna  
 Adalberto Sena

Bezerra Neto  
 Oscar Passos  
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcant Melo Junior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**COMISSÃO DE ECONOMIA**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Edmundo Levi

**ARENA**
**TITULARES**

Carvalho Pinto  
 Carlos Lindenberg  
 Júlio Leite  
 Teotônio Vilela  
 Domicio Gondim  
 Leandro Maciel  
 Atílio Fontana  
 Ney Braga

**SUPLENTE**

José Leite  
 João Cleofas  
 Duarte Filho  
 Sigefredo Pacheco  
 Filinto Müller  
 Paulo Torres  
 Adolpho Franco  
 Antônio Carlos

**MDB**

Bezerra Neto  
 Edmundo Levi  
 Sebastião Archer

José Ermirio  
 Josaphat Marinho  
 Pessoa de Queirós

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Mem de Sá

**ARENA**
**TITULARES**

Menezes Pimentel  
 Mem de Sá  
 Alvaro Maia  
 Duarte Filho  
 Aloysio de Carvalho

**SUPLENTE**

Benedicto Valladares  
 Antônio Carlos  
 Sigefredo Pacheco  
 Teotônio Vilela  
 Petrônio Portela

**MDB**

Adalberto Sena  
 Antônio Balbino

Ruy Carneiro  
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.



**COMISSÃO DOS ESTADOS PARA ALIENAÇÃO DE CONCESSÃO DE TERRAS PÚBLICAS E POVOAMENTO**(11 Membros)  
**COMPOSIÇÃO**Presidente: Antônio Carlos  
Vice-Presidente: Alvaro Maia**ARENA****TITULARES**Antônio Carlos  
Moura Andrade  
Paulo Sarasate  
Milton Trindade  
Alvaro Maia  
José Feliciano  
João Cleofas  
Luís Torres**SUPLENTE**José Guimaraes  
Eurico Rezende  
Filinto Müller  
Fernando Corrêa  
Lobão da Silveira  
Menezes Pimentel  
Petrônio Portela  
Manoel Villaga**MDB**Arthur Virgílio  
Ruy Carneiro  
João AbrahãoAdalberto Senna  
Antônio Balbino  
José ErmirioSecretaria: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.  
Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.**COMISSÃO DE FINANÇAS**

(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Argemiro Figueiredo  
Vice-Presidente: Paulo Sarasate**ARENA****TITULARES**Paulo Sarasate  
João Cleofas  
Mem de Sá  
José Leite  
Leandro Maciel  
Manoel Villaga  
Clodomir Millet  
Adolpho Franco  
Siegfredo Pacheco  
Carvalho Pinto  
Fernando Corrêa  
Julio Leite**SUPLENTE**Lobão da Silveira  
José Guimaraes  
Teotônio Vilela  
Carlos Lindenberg  
Daniel Krieger  
Filinto Müller  
Celso Ramos  
Milton Trindade  
Antônio Carlos  
Benedicto Valladares  
Mello Braga  
Paulo Tórres**MDB**Argemiro de Figueiredo  
Bezerra Neto  
Pessoa de Queiroz  
Arthur Virgílio  
José ErmirioOscar Passos  
Josaphat Marinho  
João Abrahão  
Aurélio Vianna  
Nogueira da GamaSecretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.**COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Atílio Fontana  
Vice-Presidente: Antônio Balbino**ARENA****TITULARES**Atílio Fontana  
Adolpho Franco  
Domício Gondim  
João Cleofas  
Teotônio Vilela**SUPLENTE**Julio Leite  
José Candido  
Arnold de Melo  
Leandro Maciel  
Melo Braga**MDB**Antônio Balbino  
Nogueira da GamaRuy Carneiro  
Bezerra NetoReuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Petrônio Portela  
Vice-Presidente: Mello Braga**ARENA****TITULARES**Petrônio Portela  
Domício Gondim  
Atílio Fontana  
Mello Braga  
Julio Leite**SUPLENTE**Celso Ramos  
Milton Trindade  
José Leite  
Adolpho Franco  
Duarte Filho**MDB**Arthur Virgílio  
Josaphat MarinhoJoão Abrahão  
Argemiro de FigueiredoSecretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.  
Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.  
Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Josaphat Marinho  
Vice-Presidente: Domício Gondim**ARENA****TITULARES**Domício Gondim  
José Leite  
Celso Ramos  
Paulo Torres  
Carlos Lindenberg**SUPLENTE**José Feliciano  
Mello Braga  
José Guimaraes  
Benedicto Valladares  
Teotônio Vilela**MDB**Josaphat Marinho  
José ErmirioSebastião Archer  
Oscar Passos

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto — Ramal 245.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Constituição e Justiça.

**COMISSÃO DE POLÍCULO DAS SECAS**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Ruy Carneiro  
Vice-Presidente: Duarte Filho**ARENA****TITULARES**Clodomir Millet  
Manoel Villaga  
Arnold de Melo  
Duarte Filho  
Menezes Pimentel**SUPLENTE**Teotônio Vilela  
José Leite  
Domício Gondim  
Paulo Sarasate  
Leandro Maciel**MDB**Ruy Carneiro  
Argemiro de FigueiredoAurélio Vianna  
Adalberto Senna

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: Wilson Gonçalves  
Vice-Presidente: Carlos Lindenberg**ARENA****TITULARES**Wilson Gonçalves  
Paulo Torres  
Antônio Carlos  
Carlos Lindenberg  
Mem de Sá  
Eurico Rezende  
Paulo Sarasate  
Carvalho Pinto**SUPLENTE**José Feliciano  
João Cleofas  
Adolpho Franco  
Petrônio Portela  
José Leite  
Ney Braga  
Milton Campos  
Daniel Krieger**MDB**José Ermirio  
Aurélio Vianna  
João MartinsAntônio Balbino  
Arthur Virgílio  
Leandro Levi

Secretário: Afrânio Cavalcanti Mello Junior — Ramal 245.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**Presidente: José Feliciano  
Vice-Presidente: Leandro Maciel**ARENA****TITULARES**José Feliciano  
Leandro Maciel  
Antônio Carlos  
Lobão da Silveira**SUPLENTE**Filinto Müller  
Mem de Sá  
Duarte Filho  
Clodomir Millet**MDB**

Nogueira da Gama

Edmundo Levy

Secretaria: Beatriz Brandão Guerra.

Reuniões: Quintas-feiras, à tarde.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

**PREÇO DESTA EXEMPLAR: NCr\$ 0,10**